

Diretor de **Geociências**
Mauro Pereira de Wello
Diretor Adjunto
Marilourdes Lopes Ferreira
Núcleo de Documentação e Informação
Angelo José Pavan
Núcleo de Planejamento e Supervisão
Antonio **Ferreira** Antunes

Departamento de Cartografia
José Roberto **Duque** Novaes
Departamento de Geografia
Solange Tietzmann Silva
Departamento de Geodésia
Fernando Augusto de **A.Brandão** Filho
Depto. de Recursos Naturais e Estudos Ambientais
Luiz Góes Filho
Departamento Regional/CE
José Clovis **Mota** de **Alencar**

Departamento Regional/DF
David **Almeida** de **Freitas**
Departamento Regional/RJ
Jorge Pinto **Gomes**
Departamento Regional/BA
Ney Alves **Ferreira**
Departamento Regional/GO
Rui Lopes de Loureiro
Departamento Regional/SC
Ulisses Pastore

CADERNOS DE **GEOCIÊNCIAS**



Publicação seriada da Diretoria de **Geociências** do **IBGE**, tem por objetivo divulgar internamente pesquisas, metodologias, experimentações técnicas, teses, notícias, e outros trabalhos elaborados no **IBGE** e externamente, que contribuam para o desenvolvimento das atividades sob a responsabilidade do **IBGE**, na área das **Geociências**.

Editor Responsável
Joil Rafael Portella
Co-Editor
Sergio Pereira dos Santos

Projeto Editorial: **Alice** Leite de **Lima**, **André** Luis da **Silva Almeida**, **Fábio** Góes **Guerra**, **Fernando** Hotta **Liam Cascon**, **Fernando Sacramento** da Conceição, **Getúlio** Benedicto **Simão**, **Ibis da Silva Vianna**, **Jesus** de Souza **Balão**, **José** Lincoln Barbosa Leite, **Lucia Rodrigues** de Souza, **Miguel Guimarães** de **Bulhões**, **Paulo** Roberto Muniz Rosa, **Raimundo** Olavo **Coinbra**, **Sandra Lúcia** dos Santos Henezes e **Zuleica** da Costa Veiga.

Capa: **Pedro** Paulo **Machado**

Cadernos de **Geociências/Fundação** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de **Geociências** - nº 1(1988)
- Rio de Janeiro: **IBGE**, 1988

ISSN 0103-1597

1. **Geociências** - Periódico. I. **IBGE**. Diretoria de **Geociências**.

II. Título.

IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca

RJ-**IBGE/88-08**

CDU 55(05)

CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS

CONTROLE E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE LEITORES

Remeter ao PROJETO EDITORIAL

Informe o último número recebido : Deseja receber os subseqüentes ? sim não
(NOME)

(ÓRGÃO)

Atualize seu endereço de correspondência preenchendo uma das opções

Endereço residencial :

(RUA, AVENIDA, NUMERO, BLOCO, APTO)

(CIDADE)

(ESTADO)

(PAÍS)

(CEP)

(DDD OU DDI)

(TELEFONE)

(RAMAL)

Endereço comercial :

(RUA, AVENIDA, NÚMERO, BLOCO, APTO)

(CIDADE)

(ESTADO)

(PAÍS)

(CEP)

(DDD OU DDI)

(TELEFONE)

(RAMAL)

Sugestões

Local : _____ Bata : _ / _ / _

Assinatura : _____

Projeto Editorial/IBGE/DGC/NDI
Avenida Brasil, 15 671, bloco III-B
21 241 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone (021) 391-1420 ramal 223

APRESENTAÇÃO

O Grupo Editorial, da Diretoria de Geociências, entrega para técnicos do IBGE e de outras Instituições o resumo da Dissertação de Mestrado, da Professora Onorina Fátima Ferrari, aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, sobre as transformações econômicas ocorridas no Agreste e Sertão de Alagoas - Palmeira dos Índios e Arapiraca, compreendendo também Delmiro Gouveio e Batalha. O trabalho se insere num programa mais amplo de pesquisa levado a efeito no Departamento de Estudos Geográficos a partir dos resultados do estudo "Regiões de Influência das Cidades", publicado pelo IBGE em 1907 em co-edição com o então Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e já, a esta altura, um tanto desatualizado, mas que serviu para abrir campo para a realização de estudos comparativos da rede urbana brasileira, em momentos diversos de sua evolução histórica.

Como instrumento de análise, foi preconizado o método dialético, com a consequente terminologia hegeliano-marxista com nítido e inteligente assimilação pessoal do Autora.

A tese é representada pelas raízes da organização espacial com os forças de permanência de certas atividades - sobretudo pequena agricultura e "indústria" rapadureira. A síntese se manifesta na incontida consciência dos contraditórios internos da reorganização espacial, a partir de 1960, advinda do crescente afluxo de massa populacional, do incremento à construção de rodovias e do desenvolvimento de algumas atividades - policultura, pecuária de leite e indústria fumageira. A nova síntese se fecha na subordinação do trabalho ao capital e na nova relação cidade/campo: um processo de união dos trabalhadores do campo e da cidade num único agrupamento de expropriados pelo capital.

Observa-se, no entanto, que, na visão da Professora Onorina, as mudanças havidas na região não estão dicotinizadas no binômio rural/urbano, e sim, colocadas num movimento conjunto que tem como processo ou motor as forças atuais do desenvolvimento capitalista, que são de natureza histórica, transformando, através de criação e modificação de funções (produção, circulação, distribuição e consumo), o campo e a cidade, bem como as relações entre ambos.

Como o processo depende tanto das estruturas existentes como de confronto com os segmentos burgueses emergentes, a redefinição que se opera nos centros urbanos desenvolve-se graças aos avanços e recuos das classes dominantes locais, na participação dos trabalhadores no processo decisório.

O desenvolvimento do capital e das demais forças produtivas em seu conjunto facultou a emergência de "novos" centros urbanos, influenciou desigualmente o crescimento de outras cidades, alterando a organização de espaço no área. Arapiraca, então, no bojo de toda esta luta de contrários, substituiu a "superada" Palmeira dos Índios, surge como o "novo urbano", com a própria contradição urdida por uma organização espacial estruturada através das alianças e embates entre os representantes políticos, os "novos" comerciantes, os proprietários rurais e os exportadores de fumo.

Este trabalho é mais um testemunho de lutas engastadas, de embates abortados e de algumas vitórias obtidas pelo classe histórica dos oprimidos - escravos, servos, operários. Desarmando as tramas medidas pelo desenvolvimento do capitalismo, a Autora revelou a luta de classe e as relações de produção. Nos limites de uma pouca extensa Dissertação de Mestrado, a Professora Onorina soube mostrar como é possível retratar, compreender e revelar totalidades ou segmentos compactos através de História enquanto tempo medido socialmente, e pela Geografia, enquanto espaço em processo. Com competência, e coragem, a Mestranda desata os nós e desnuda as estruturas das "continuidades e descontinuidades", do trabalho excedente e do processo da mais-valia. O esforço deve continuar. Talvez chegue mesmo o dia em que desalojemos do âmago de nossa sociedade, onde parece estarem determinados dialética e historicamente, esses nós e essas estruturas em superação. Antes que seja tarde. Antes da tragédia - que, aliás, nada mais seria, felizmente, do que um novo tempo, tempo aceitável, tempo profético, não-utópico, de um novo céu e uma nova terra - uma nova ordem social.

Com este fascículo, o Grupo Editorial inaugura, em seu programa de "Cadernos de Geociências", uma nova linha de publicação - a série "Cadernos Especiais", que se constitui em novo veículo de acesso à divulgação de trabalhos de nossos técnicos.

**Cadernos de Geociências não se responsabiliza pelas informações
contidas em artigos assinados**

Pedidos para:
Projeto *Editorial/DGC/NDI*
Avenida Brasil, 15 671, bloco 113-i3
21 241 Rio de Janeiro/RJ
telefone: (021) 391-1420 ramal 223

S U M Á R I O

1 - INTRODUÇÃO	7
2 - CARACTERÍSTICAS TRADICIONAIS E AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS.	8
2.1 - Raízes da Organização Espacial: Traços Gerais	10
2.1.1 - O campo e suas especificidades tradicionais.	10
2.1.2 - O pequeno desenvolvimento das relações interurbanas.	11
2.1.3 - O papel de Palmeira dos Índios na rede urbana regional.	11
2.2 - As Forças de Permanência e as Transformações na Organização do Espaço Regional.	14
2.2.1 - A Força de Permanência da pequena agricultura e da atividade rapadureira.	17
2.2.2 - Condicionantes da dinâmica da reorganização espacial.	21
2.2.2.1 - A melhoria da pecuária e o repovoamento do Sertão.	22
2.2.2.2 - A expansão fumageira.	23
3 - A REDEFINIÇÃO DA REDE URBANA: A EMERGÊNCIA DE ARAPIRACA.	25
3.1 - Palmeira dos Índios - Mudanças Estruturais Básicas. as Relações com área de influência e o Processa. de Centralização do Capital.	26
3.2 - A Emergência de Arapiraca como Capital Regional.	29
3.2.1 - O significado das atividades urbanas face as relações regionais	33
3.2.1.1 - O papel da feira regional.	33
3.2.1.2 - O beneficiamento e industrialização de produtos regionais.	35
3.2.1.2.1 - O setor algodoeiro	37
3.2.1.2.2 - A dinâmica fumageira. a força de trábalo e os tipos de empresas	38
3.2.1.3 - O comércio distribuidor.	41
3.2.2 - O processo de rearticulação regional.	43
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
5 - REFERÊNCIAS	50
INSTRUÇÕES PARA AUTORES	53

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO AGRESTE E DO SERTÃO DE ALAGOAS: A REDEFINIÇÃO DOS CENTROS URBANOS

Resumo da Dissertação de Mestrado aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

Onorina Fátima Ferrari, Geógrafa/DEGEO/DITER

RESUMO. Este trabalho procura compreender os processos de mudança ocorridos nos dois principais centros urbanos do Agreste e Sertão alagoano - Palmeira dos Índios e Arapiraca - com base no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Para tal finalidade são revistas as raízes da organização espacial como também as forças de permanência de certas atividades, e as condicionantes da dinâmica da reorganização espacial, aqui representados pela pecuária leiteira e a atividade fumageira. As principais atividades regionais são tomadas como marcos estruturais de referência que terminam por estabelecer a "nova" síntese espacial da subordinação do trabalho ao capital: a relação cidade/campo; ou seja, o processo de união dos trabalhadores do campo e da cidade num único exército expropriados pelo capital. Como tal processo depende tanto das estruturas existentes como do confronto com os segmentos burgueses emergentes, a redefinição que se opera nos centros urbanos desenvolve-se graças aos avanços e recuos das classes dominantes locais, em virtude da fraca participação dos trabalhadores no processo decisório. Portanto, a emergência da cidade de Arapiraca configura-se, enquanto o "novo urbano", como a própria contradição urdida por uma organização espacial estruturada através das alianças e embates entre os representantes políticos, os "novos" comerciantes e os proprietários rurais, além dos exportadores de fumo.

ABSTRACT The aim of this study is to understand the connected series of changes in the two main inland urban centers of the state of Alagoas - Palmeira dos Índios and Arapiraca; changes due to development of tensions between the productive forces and the relations of production. With this end in view the roots of the spatial organization as well as the persistence of certain economic activities in the area, and the activities that condition the spatial reorganization dynamic-dairy farming and tobacco - are examined. The outstanding regional activities are considered as structural marks of reference, conditioning the "new" spatial synthesis of labor subordination to capital: the town-country relationship, that is, the process in which the rural merges with the urban expropriated labor power. Since this process is depended on both the present structures and the confrontation between the emerging segments of the bourgeoisie, the reorganization is due to tensions between the dominant classes of the two main centers, without participation of the labor power. The prominence of Arapiraca - the "new urban" - embodies, thus, the contradiction generated by a spation organization born out of alliances and struggles among "new" traders, landowners, political groups and to tobacco exporters.

1 - INTRODUÇÃO

A questão central deste trabalho diz respeito as transformações ocorridas nos principais centros urbanos de uma área da Região Nordeste no que se refere ao papel que desempenham na articulação econômica regional e interregional. Este trabalho se insere num programa mais amplo de pesquisa levado a efeito no Departamento de Estudos Geográficos a partir dos resultados do estudo Região de Influência das Cidades. Tal estudo conduziu-nos a identificar regiões que sofreram alterações na hierarquia de seus centros urbanos. Dentre as áreas do território nacional onde tais alterações se verificaram selecionou-se para investigação e análise o Agreste e Sertão de Alagoas.

O presente estudo resulta basicamente do processo de elaboração do material empírico, obtido na pesquisa de campo(*1) levada a efeito no espaço correspondente ao Agreste e Sertão alagoano, entre julho e agosto de 1979,

com vinte e um dias de duração. Foram pesquisados vinte e sete municípios e as técnicas de investigação utilizadas foram observações diretas, entrevistas e questionários dirigidos e um total de vinte agentes entre produtores, comerciantes, profissionais liberais, empresas de serviço, indústrias de beneficiamento e instituições públicas, que reunidos geraram um conjunto de 984 fontes de informações. Para seleção dos agentes e o tipo de entrevista ou questionário a ser aplicado levou-se em consideração: a) as características econômicas da área onde se localizava o centro urbano; b) a importância local e/ou regional da(s) atividade(s) e c) a presença de agentes que tivessem testemunhado as transformações ocorridas. A organização e o funcionamento da área analisada representam produtos da ação desses agentes nos principais centros urbanos. Mas apenas em um primeiro nível de análise, pois em última instância são o resultado do processo mais amplo de desenvolvimento do capitalismo nacional; que passa a tornar inteligível, no espaço e no tempo, a ação dos

agentes pesquisados.

Privilegamos o estudo dos centros urbanos, não através das características particulares de cada cidade e sim, através de sua articulação tanto com o campo como com o conjunto de cidades dessa área de **Alagoas**, e também, com um espaço **extra-regional**.

O fato de privilegiar o rural ou o urbano depende, a princípio, da importância que um ou outro possui na sociedade em um dado momento do tempo. Esta importância é ditada por **interesses** de maior ou menor duração de tempo, que frequentemente extrapolam o âmbito regional e que são comandados pela **divisão** social do trabalho a nível internacional e nacional que ditam o que e o como vai ser produzido, bem como pela intensidade com que tais interesses atuam, afetando a estrutura sócio-espacial preexistente, que oferece um quadro constituído historicamente por uma determinada produção, vias de circulação; rede urbana, volume e distribuição de população, relações sociais de produção e estrutura do poder.

A identificação das cidades, principalmente como centros de coletas, beneficiamento e expedição de produtos rurais, de distribuição de bens industriais e serviços ao campo e a outras cidades, e local de concentração da força de trabalho urbano e rural, deve ser entendida historicamente. Quer dizer, as mudanças havidas numa região não devem ser dicotomizadas ao nível do rural e do urbano e sim, estudada **num** movimento conjunto que tem como processo ou motor as formas atuais do desenvolvimento **capitalista**, que são de natureza histórica, transformando através da criação e modificação de funções (produção, circulação, **distribuição** e consumo) o campo e a cidade, bem como as relações entre ambos.

Trata-se, em realidade, de entender de que maneira o desenvolvimento do capital atingiu essa região; de que forma o desenvolvimento das forças produtivas em seu conjunto foi capaz de facultar a emergência de "novos" centros urbanos, capaz de influenciar desigualmente o crescimento de outras cidades, enfim, de alterar a organização do espaço da área em questão.

2 - CARACTERÍSTICAS TRADICIONAIS E AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS

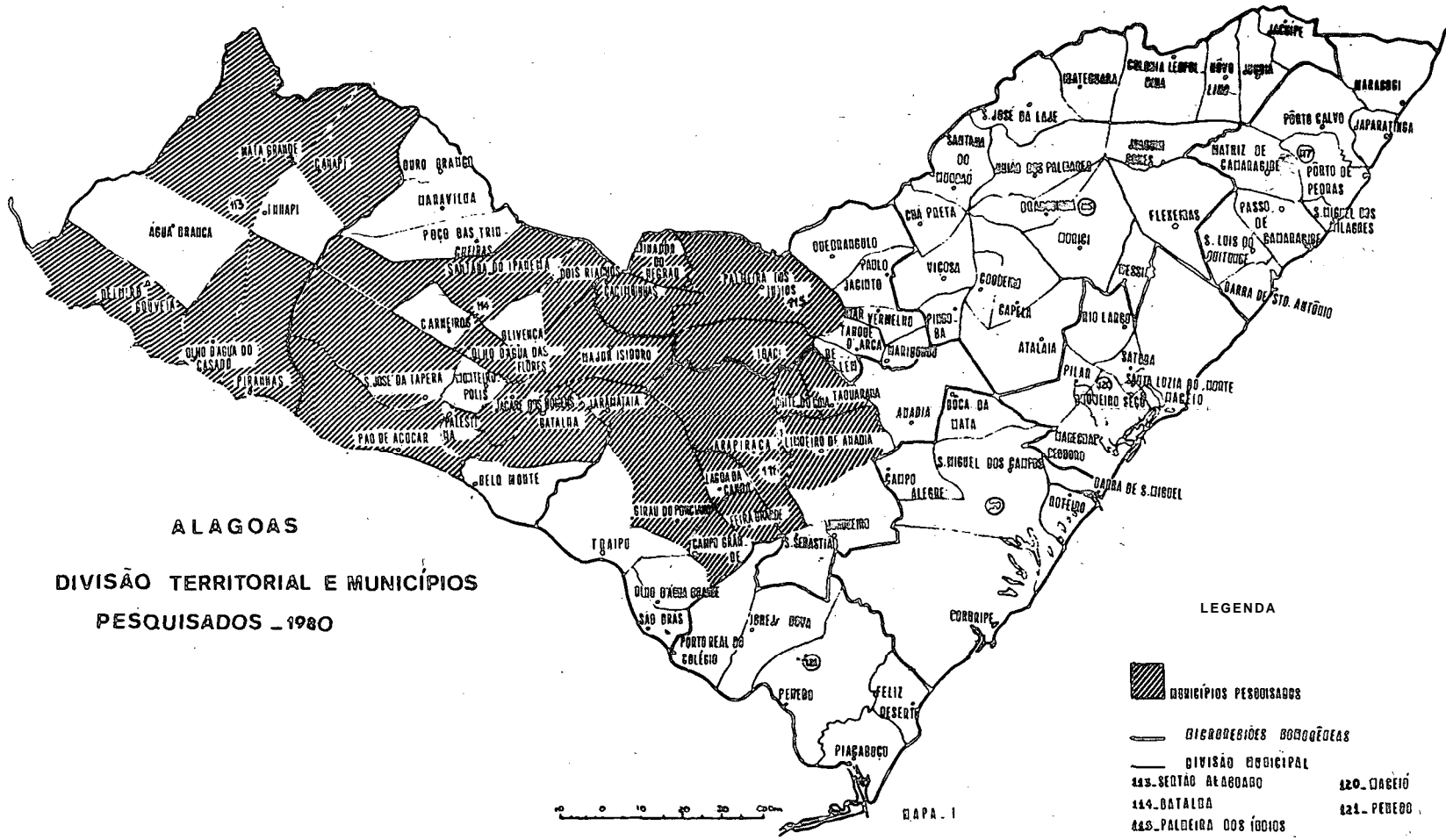
O estado de **Alagoas** pelas suas pequenas dimensões e configuração territorial, caracterizado por uma faixa litorânea relativamente ampla e reduzida na interiorização de seu território, apresenta uma pequena porção **de** seu espaço sob condições semi-áridas, as quais, entretanto, não assumem características

tão severas como em outros estados nordestinos. Assim, das três grandes regiões que, tanto a literatura geográfica como o consenso popular reconhecem, é a Zona da Mata a que apresenta maior extensão territorial. O Agreste e o Sertão não apenas ocupam área relativamente pequena, como as diferenças **climato-botânicas** entre elas não são muito sensíveis a ponto de alguns autores (*2) referirem-se a toda parte ocidental do estado como sendo Agreste: **compreende, conforme** se observa no mapa 1, as microrregiões homogêneas de Palmeira dos Índios, Arapiraca, Batalha e Delmiro Gouveia. Contudo, paralela a esta relativa homogeneização dos aspectos físicos do território em pauta, verifica-se uma diferenciação maior no que se refere à organização social de seu espaço.

A organização socioespacial do Agreste e Sertão de **Alagoas** guarda, por sua vez, certas formas que se assemelham muito aquelas vigentes em cada momento da evolução econômica das áreas do Agreste e Sertão do Nordeste, desde a atividade inicial básica, a pecuária ultra extensiva, passando pelo surto algodoeiro, pela policultura de produtos alimentares, pecuária semi-intensiva, e culturas comerciais de origem mais recente, no caso representada pela fumicultura. Podemos então verificar como tais fatos aproximam essa área do restante do Nordeste, como também a particularizam.

Trata-se então de estudar a relação espaço-tempo como uma relação contraditória, caso contrário torna-se impossível interpretar as diversas modalidades da organização espacial, como também entender de que maneira "o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história" (*3)

Em linhas gerais, entendemos que os centros urbanos do Agreste e Sertão de **Alagoas** passaram pelo menos por três etapas. A primeira refere-se a atuação dos núcleos localizados ao longo do rio São Francisco, que iniciaram suas funções como entrepostos **coureiros** - os currais de Pão de Açúcar em 1611 e de Penedo em 1614, este fora da região em estudo - e **posteriormente**, como pontos de transbordo, visando tanto ao abastecimento da população, como a exportação do algodão. A segunda etapa, já neste século, inicia-se com a expansão ferroviária proveniente do litoral, quando a cidade de Palmeira dos Índios, localizada no Agreste, redireciona os relacionamentos entre o Sertão, a Zona da Mata de **Alagoas** e Recife. A presença desse centro no interior do estado ampliou a atividade comercial e o criatório, intensificando suas ligações com núcleos menores, como **Santana** do Ipanema, Delmiro Gouveia e Arapiraca, como também tornou-se um dos principais centros



ALAGOAS
DIVISÃO TERRITORIAL E MUNICÍPIOS
PESQUISADOS - 1980

- LEGENDA**
- MUNICÍPIOS PESQUISADOS
 - DIVISÃO MUNICIPAL
 - DISTRIBUIÇÕES INTERMUNICIPAIS
 - 143. SERTÃO ALAGOANO
 - 144. BATALHA
 - 145. PALMEIRA DOS INDIOS
 - 146. BOTA ALAGOANA
 - 147. LITORAL OESTE ALAGOANO
 - 148. APAPIRACA
 - 149. TABOLEIROS DE S. MIGUEL DOS CAMPOS
 - 120. JAGÉIO
 - 121. PIREBO

0 10 20 30 40 Km MAPA 1

atacadistas do estado.

A terceira etapa **marca,sem** dúvida, a proeminência de um novo centro urbano no Agreste - a cidade de Arapiraca. A construção rodoviária, aliada a policultura e a lavoura fumageira fizeram com que para lá convergissem, a partir de 1960, expressiva massa populacional, bem como surgissem numerosas atividades comerciais e de serviços. Paralelamente ao crescimento da região fumageira, comandada por Arapiraca, ampliaram-se os efetivos bovinos para corte e leite, principalmente em Batalha, Major Isidoro, Jacaré dos Homens, Mata Grande e Água Branca. Arapiraca e os municípios próximos configuram-se ainda como o grande **reduto**, por um lado absorvedor dos contingentes de trabalhadores expropriados pela expansão da pecuária **semi-intensiva**, e por outro, como fornecedor de mão-de-obra à produção canvieira da Zona da Mata, em franco progresso.

2.1 RAÍZES DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL: TRAÇOS GERAIS

Alagoas insere-se entre os estados nordestinos cuja penetração para o interior partiu do litoral, tendo como eixo o rio São Francisco. A pecuária foi a atividade inicial no espaço **Agreste/Sertão** alagoano, desenvolvida como extensão da lavoura canvieira da Zona da Mata, cujas necessidades de gado como animais para o trabalho e secundariamente como meio de alimentação de sua população, levou os senhores de engenho ou seus prepostos a aí estabelecerem as primeiras fazendas de criação de gado.

A atividade canvieira aliada a presença de vilas e povoados próximos ao litoral - fundo de rias ou junto aos estuários de numerosos rios - influenciou o **surgimento** da primeira geração de cidades no estado, como Porto Calvo, Marechal Deodoro e Penedo. Essas cidades, contudo, mantinham, poucas ligações com o interior devido as dificuldades de transporte na época, obrigando a população das fazendas ao longo do São Francisco a produzirem para sua própria subsistência.

A pequena lavoura de subsistência aliada a pecuária ultra-extensiva foi a **única** forma de ocupação do espaço em questão até meados do século XVIII, quando a cultura; algodoeira passa a se desenvolver trazendo completa transformação na organização espacial, em particular, na região do Agreste.

O desenvolvimento **algodoeiro** a partir do fim do século XVIII e no decorrer do século XIX, foi de fundamental importância para a formação da atual estrutura de produção, comercialização e centros urbanos do Agreste e alguns municípios do **Sertão**. Tanto a pequena pro-

priedade que permitiu as classes mais pobres condições de subsistência e venda do excedente, quanto as grandes propriedades que empregavam parceiros e moradores - onde se combinavam o gado, a policultura de alimentos e o algodão como produto comercial - podem ser consideradas como sendo as **raízes** da atual **organização** espacial. Foi da combinação e da fusão das relações definidoras daquelas formas tradicionais, paralelamente ao avanço das relações modernas e capitalistas, que podemos apreender como se redefiniram as várias gerações de cidades dessa área, pois o algodão ao necessitar de um beneficiamento próximo aos locais de sua produção, e posterior industrialização fora da área produtora, favoreceu o adensamento populacional em diversas cidades, entre elas Penedo e Piranhas, que passaram a comercializar o produto já transformado.

2.1.1. O campo e suas especificidades tradicionais

O gado e a policultura alimentar implantados inicialmente nesta região foram associados ao algodão, e passaram a constituir uma estrutura **socioeconômica** bastante estável e resistente às mudanças. O algodão ocupou inicialmente a Zona da Mata, se propagou pelo **Agreste** e atingiu o Sertão. Portanto, muitos plantadores de cana, grandes proprietários empolgados com os elevados preços do algodão no começo do Século XIX, depois da abertura dos portos, e no período da II Guerra da independência dos Estados Unidos (1813-14), chegaram a estabelecer grandes "plantations" com emprego do trabalho escravo. Esse investimento fixo em escravos tornou-se desvantajoso, quer pelas oscilações de preços do produto no mercado externo, envolvendo aí a concorrência dos E.U.A., da Índia e posteriormente do Egito; quer pela ociosidade da mão-de-obra em determinados períodos do ano.

Assim sendo, um "novo" regime de exploração passou a vigorar entre o grande proprietário da terra e o trabalhador, com base numa relação sem circulação monetária. A terra era cedida ao trabalhador para sua subsistência e produção de excedente **comercializável**, e em troca, o trabalhador deveria pagar ao proprietário uma renda fundiária, **em** espécie (parceira ou arrendamento) ou em trabalho (morador). Em verdade, **estamos** diante de formas "pré-capitalistas", que diferiam apenas quanto as condições de apropriação do trabalho excedente, que puderam viabilizar-se graças as formas políticas e jurídicas de propriedade da terra.

Não se trata aqui de se constatar a presença de uma combinação de formas (gado, **policult-**

tura alimentar, algodão. etc) especialmente atomizadas, mas de mostrar que seu conteúdo, dadas as condições históricas, subordinava ambas as categorias ao grande proprietário e que essa subordinação não esteve na dependência apenas das relações econômicas, mas, também, foi subjugada as relações político-jurídicas. Isto porque a subordinação real do trabalho ao capital só ocorreu posteriormente. Pois nesta etapa, nem as forças produtivas se achavam desenvolvidas, nem a divisão do trabalho se aprofundara, daí ter ocorrido neste espaço, nesta fase, um processo de subordinação apenas formal do trabalho ao capital.

Se, por um lado, a cultura algodoeira deu margem ao fortalecimento da grande propriedade pecuarista e, de certo modo da canavieira, por outro, estimulou a expansão da pequena exploração agrícola. Daí Manuel Correia de Andrade(*4) afirmar que a sociedade algodoeira não se hierarquizou de forma tão rígida quanto a açucareira. Estes pequenos produtores podiam plantar o algodão, principalmente o herbáceo, de ciclo curto, juntamente com o milho, feijão, fava, mandioca, etc., por meio de técnicas rudimentares e com o auxílio da própria família. Havendo a policultura e um produto comercializável, este espaço permitiu, por um lado, um nível de vida relativamente mais elevado do que o existente na Zona da Mata e, por outro, um considerável adensamento populacional, sobretudo no Agreste onde essa policultura mais se desenvolvera.

2.1.2 - O pequeno desenvolvimento das relações interurbanas.

Os núcleos urbanos desta área surgem em função da concentração populacional propiciada pelo desenvolvimento da cultura algodoeira. Localizavam-se ao longo dos rios navegáveis, substituídos, onde não havia, pelos caminhos de gado. Nestes núcleos, que evoluíram para as atuais vilas e cidades, surgiram as feiras, pontos de encontro da população local, onde se realizavam as trocas. Ponto de encontro, portanto, do rural com o urbano, onde se instalaram as primitivas unidades industriais, ligadas ao beneficiamento do algodão, bolandeiras a princípio, e movidas a motor, posteriormente, que descaroçavam e prensavam o algodão a ser exportado. Penedo, situado no ponto final da navegação oceânica do rio São Francisco, tornou-se importante centro exportador de algodão, peles e couro, e importador de bens de consumo, através de sua Alfândega, instalada em 1867.

Foram, entretanto, as estradas de ferro que geraram o crescimento e/ou decadência de alguns núcleos urbanos. Tais ferrovias foram instaladas em vários pontos do território na-

cional, com base em privilégios, isenções e garantias de juros sobre o capital investido, para empresários nacionais e estrangeiros (*5).

A introdução das estradas de ferro e a maquinização do beneficiamento de produtos agrícolas representaram os principais indícios, em termos de desenvolvimento capitalista nacional, da etapa do nascimento e consolidação do capital industrial, que ocorreu de 1888 a 1933, conforme Cardoso de Mello. Aquelas inovações, enquanto circulação mercantil, antecederam a constituição de uma agricultura mercantil de alimentos e matérias primas e uma indústria de bens de consumo para assalariados - têxtil, principalmente, e a açucareira - cuja expansão propiciaria a reprodução ampliada da força de trabalho existente no mercado.

Em Alagoas, tais estradas nem sempre foram introduzidas atentando para a integração com outros meios de transporte, especialmente o fluvial, tão utilizado nesta fase. Dessa forma, certas cidades situadas no fundo de rias ou próximas a foz de numerosos rios, tornaram-se decadentes pontos de transbordo como: Santa Luzia do Morte, Pilar, Marechal Deodoro e, posteriormente, Penedo, entre outras. Paralelamente novos núcleos começaram a surgir ou se desenvolver com o prosseguimento dos trilhos e a mais ou menos longa paralisação das obras de extensão ferroviária. Foi o caso de Viçosa (1891-1911) e Quebrangulo (1912-1930), consideradas cidades "ponta de trilhos"(*6) que contaram com um efêmero crescimento, enquanto os trilhos não avançaram na direção sudeste do estado de Alagoas.

O avanço da ferrovia, através do ramal que subiu o rio Paraíba do Meio atingindo a bacia do alto Coruripe, tornou viável, no interior, os relacionamentos tanto do Agreste como do Sertão, em virtude da expansão do núcleo de Palmeira dos Índios, a cidade que se transformou na década de 1930, na principal "porta do Sertão", e ponto de articulação mais intensa entre os núcleos existentes no Agreste/Sertão e cidades extra-regionais.

2.1.3 - O papel de Palmeira dos Índios na rede urbana regional

Palmeira dos Índios é sede municipal desde 1838. Sua história no século XVIII é a história da penetração do homem branco no espaço do índio, e a cataquese, a escravidão, são as lutas pela terra ainda em 1822, que redundaram em conflitos como o dos "cabanos" (1832-1835) em Colônia Leopoldina. Os testemunhos destas lutas encontram-se nas reservas da FUNAI, próximo à atual sede do município. Se as lutas iniciais foram por terra, as que se seguiram e

que se arrastam até os dias atuais, com seus "novos grilhões", têm sido pelas mesmas razões, se bem que as estruturas **tempo-espaciais** sejam diversas.

O desenvolvimento de Palmeira dos Índios vincula-se tanto as disputas pelas terras da pecuária, como aquelas propícias a cultura do algodão, como ao prosseguimento dos trilhos provenientes de Maceió.

A extensão territorial da então **comarca** de Palmeira dos Índios correspondia, a grosso modo, ao que hoje é a microrregião do mesmo nome, incluindo o **município** de Anadia, hoje localizado na microrregião de Ai-apiraca.

Em 1850, Palmeira **dos Índios** produzia quase a metade do algodão da Província alagoana. Nela funcionavam vários engenhos de rapadura à almanjarra e, já em 1880 foram **introduzidas** no processo de beneficiamento do algodão, as bolandelras a vapor.

Devido ao valor comercial alcançado pelo algodão em 1861 e 1865, quando da Guerra de Secessão, ampliou-se tanto a exportação pelo porto de Jaraguá (atual porto de Maceió, como a produção nas **comarcas** de Anadia, Assembléia (Viçosa), Imperatriz (União dos **Palmares**), Mata Grande e Palmeira dos Índios ("7).

Associada ao auge algodoeiro cresce a importância de Palmeira dos **Índios**. Exemplo disto foi a campanha iniciada em 1873 pelos produtores de algodão deste município juntamente com os de Capela, contra os "inspetores do algodão", instituídos pela Comissão Comercial de Maceió, fundada em 1866, formada principalmente por comerciantes exportadores (*8).

Consideramos tais episódios importantes no sentido de situar histórica e espacialmente a emergência dos embates, tanto entre produtores e exportadores do Estado, como entre os próprios produtores e donos de terra da então **comarca**. Embates cujos resultados vão marcar a organização espacial, tanto que por volta de 1901 foi criado um Código de Posturâ em virtude de constantes desentendimentos entre agricultores, principalmente plantadores de algodão, e os pecuaristas. Em decorrência, a área do município foi dividida com travessões, **valados** e cercas de mulungus, estabelecendo-se ao norte da atual sede municipal a área destinada a pecuária e ao sul, no vale, a agricultura.

A chegada da ferrovia em 1933 proveniente de Maceió, e até então temporariamente estacionada em Quebrangulo, sem dúvida reforçaria a importância de Palmeira dos Índios como **principal** centro do **Sertão** alagoano, pois, com o prosseguimento dos trilhos, deslocaram-se para esta cidade as atividades até então insta-

ladas em Quebrangulo e Viçosa. Assim sendo, em 1940, Palmeira dos Índios, era considerada o "empório" do Agreste e Sertão **de Alagoas, posição** esta que desfrutaria até 1960, como pode ser verificado pelos dados de valor total da receita do comércio, na tabela 1.

O crescimento da cidade nas décadas de 1930 e 1940 deveu-se sobretudo ao desenvolvimento da cultura algodoeira, com a **concomitante** instalação de usinas de beneficiamento de algodão e **mamona**, mas também por ter se tornado importante centro de comercialização de milho e feijão. Os incentivos à policultura se fizeram inicialmente nas fazendas de **cana-de-açúcar** da Zona da Mata (Usina Sinimbu, entre 1927 e 1928) devido às **oscilações** do preço do açúcar. Tal prática obteve, contudo, por fatores diversos, maior difusão no Agreste.

Dessa forma, visando ao beneficiamento do algodão, instalaram-se na década de 1930 as usinas da SANBRA, Sampaio e Passos e Pedro Carnaúba, esta última procedente de Viçosa, e nas décadas **de** 1940 e 1950 a Lagense S/A, Indústria, comércio e Agricultura e a Algodoeira Palmeirense, respectivamente.

O algodão comercializado em Palmeira dos Índios era, na década de 1940, adquirido através de agentes comissionados, estabelecidos nas principais cidades do Sertão, **como Santana** do Ipanema, Major Isidoro e **Cacimbinhas**. Este algodão destinava-se principalmente as fabricas alagoanas de Rio Largo e Maceió, e ainda de Neópolis, em Sergipe. Para Recife era enviado o algodão beneficiado pela SANBRA, e a **mamona** que a Sampaio e Passos revendia a ANDERSON CLAYTON.

De forma a dinamizar este comércio do algodão, o Banco do Brasil, em 1937, instala em Palmeira dos Índios a primeira agência do Agreste e Sertão alagoano. A presença deste agente bancário veio ampliar as perspectivas da área em questão em virtude da persistência de prática de dominação financeira por parte das firmas estabelecidas na região. Empresas como a SANBRA, a Pedro Carnaúba e a **Sampaio** e Passos atuavam como se fossem bancos, financiando a produção. No caso da **Sampaio** e Passos, a firma obtinha dinheiro das fábricas têxteis e emprestava a comerciantes e produtores, além de emprestar com recursos próprios, para receber na safra. Tal prática estendeu-se até a década de 1950. Por sua vez, e adicionalmente, a SANBRA configura um outro tipo de prática. Esta firma tendia a oferecer preços mais elevado de compra aos produtores rurais, ao mesmo tempo que vendia a **preços** inferiores aos de mercado as indústrias têxteis (*9). Tal prática implicava em reduzir a margem de comercialização de empresas concorrentes, expulsando do mercado as menos competitivas.

TABELA I
AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
VALOR TOTAL DA RECEITA * DO COMÉRCIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS (Cr\$1.000,00)

MUNICÍPIOS	TOTAL - COMÉRCIO				
	1940	1950	1960	1970	1975
Palmeira dos Índios	14033	27311	36706	120282	180809
Belém	-	-	-	1380	1965
Cacimbinhas	-	-	1373	2805	11779
Igaci	-	-	1971	1801	4475
Minador do Negrão	-	-	-	642	704
Quebrangulo	7700	9115	2637	4649	4610
Maribondo	-	-	-	8065	30911
Anadia	2880	3864	5193	5160	4432
Tanque D'Arca	-	-	-	528	1064
Mar Vermelho	-	-	-	330	292
Santana do Ipanema	4610	9408	11038	43918	56893
Canapi	-	-	-	2473	3626
Dois Riachos	-	-	697	1230	3698
Maravilha	-	-	390	1858	2689
Mata Grande	1021	5475	4051	7200	9808
Ouro Branco	-	-	-	1366	5708
Poço das Trincheiras	-	-	476	1040	569
Olho D'Água das Flores	-	-	2664	10560	19807
Carneiros	-	-	-	615	1755
Jacaré dos Homens	-	-	860	1380	1271
Monteirópolis	-	-	247	778	584
Oliveira	-	-	978	914	1926
S. José da Tapera	-	-	1567	1788	2931
Arapiraca	2048	8475	21237	134676	337046
Campo Grande	-	-	251	789	736
Coité do Nôta	-	-	-	311	729
Feira Grande	-	-	1991	642	1590
Girãu do Ponciano	-	-	108	4475	6875
Lagoa da Canoa	-	-	-	7285	1617
Limoeiro de Anadia	1120	1262	1701	795	1068
S. Sebastião	-	-	16	1858	4585
Taquarana	-	-	-	1945	2835
Batalha	-	1330	1932	5802	13163
Belo Monte	-	-	91	729	528
Jaramataia	-	-	-	757	1511
Major Isidoro	-	1013	657	5492	20238
Pão de Açúcar	2641	5073	1916	5604	6556
Palestina	-	-	-	610	463
Delmiro Gouveia	-	-	4119	9909	21184
Água Branca	1925	5249	2863	4244	8996
Inhapi	-	-	-	1559	7189
Olho D'Água do Casado	-	-	-	297	323
Piranhas	709	986	907	860	1438
Olho D'Água Grande	-	-	-	188	882
S. Brás	-	1291	400	430	232
Traipu	1443	1607	772	1823	1344
Estado de Alagoas	400172	811746	551519	2395774	4469234
Região Nordeste	8862068	15027431	12637790	43059222	86797783
B R A S I L	60692364	110994315	108492294	379098428	837342153

FONTE: FIBGE. Censo Comercial, 1940-1950-1960-1970-1975.

NB: 0 - não ocorrência do fenômeno

- - distrito ou vila na época

(x) - omissão para não individualizar a informação

- Dados inflacionados em relação a 1975, a partir do Índice de Preços por Atacado [IPA-FGV]. Para os dados referentes aos anos anteriores à mudança do padrão monetário - 1940, 1950 e 1960 - os valores a preços correntes foram ainda divididos por mil, já que os deflatores não incorporam a mudança para o cruzeiro novo.

Portanto, enquanto Palmeira dos Índios conseguiu se manter como ponto de convergência dos produtos agrícolas do Sertão e de parte do Agreste **alagoano** e centro de redistribuição de produtos recebidos de Maceió ou Recife, as atividades urbanas mantiveram certo patamar de crescimento. Tanto assim que o município de Palmeira dos Índios apresentou num período de quarenta anos um crescimento populacional expressivo (ver tabela 2) e uma absorção menos significativa até 1960, do pessoal ocupado no comércio, como pode ser verificado pelos dados da tabela 3.

O algodão e a **mamona** foram culturas importantes até o final da II Guerra Mundial. O auge da comercialização destes produtos foi também o auge da vida urbana de Palmeira dos Índios, que comandava uma área de influência que atinge todo o Agreste e Sertão alagoano, em função de suas ligações com **Santana** do Ipanema, Mata Grande e Delmiro Gouveia, centros intermediários subordinados a ela.

Esta rede de centros, contudo, não se encontra tão articulada como nos dias atuais, tendo em vista as dificuldades de transporte da época. Por outro lado, parte das cidades da área do Sertão e do Agreste escoavam seus produtos pelos portos de Penedo, Pão de Açúcar e Piranhas, situados às margens do rio São Francisco.

22 - As Forças de Permanência e as Transformações na Organização do Espaço Regional

Entendemos que as transformações havidas no Agreste e Sertão de **Alagoas**, vinculam-se, embora timidamente, as mudanças ocorridas no padrão de acumulação capitalista em escala nacional. O espaço nacional, até meados da década de 1930, apresentava-se como um conjunto de "arquipélagos econômicos", cujos espaços urbanos mantinham estreita vinculação a atividade rural de áreas próximas. O desenvolvimento do criatório e da atividade algodoeira, localizados na região em questão foram propiciados, como vimos, por fatores históricos desde sua implantação. A atividade pecuária, a despeito da crise açucareira, favoreceu-se por uma "acumulação endógena", pois gravitava em suas terras enorme contingente demográfico, graças à presença de uma agricultura de subsistência, que permitiu a manutenção e reprodução desse grande reservatório de mão-de-obra (*10).

A partir de 1956 acelera-se o ritmo das mudanças ocorridas no período anterior. As estradas de rodagem pavimentadas repetiram, de certa forma, o processo desencadeado pelas estradas de ferro no século passado, só

que os espaços emergentes passaram a se desenvolver sob um novo ritmo, comandados pelo capital urbano-industrial. O Nordeste, em seu conjunto, não acompanha as transformações ocorridas nos sistemas produtivo do Sudeste, sendo as inversões naquela região correspondentes a interesses da indústria nacional, e não regional, visando a **integração** dos diversos mercados - nacionais aos centros urbano-industriais do Sudeste. Por outro lado, no Nordeste, as formas de denominação do capital comercial se **aprofundam**, concomitantemente a perpetuação de estruturas - **políticas**, sociais e econômicas - arcaicas, principalmente no que se refere a estrutura **fundiária** existente.

O setor agropecuário, base econômica da região em questão, foi assimilado paulatinamente ao circuito de reprodução do então dinâmico capital industrial e do emergente capital financeiro. Essa assimilação, por sua vez, viabilizou a penetração capitalista, que por algum tempo permaneceu camuflada. Foi, por exemplo, o que ocorreu com a nova atuação dos bancos **comerciais**, para o financiamento de capital de giro às empresas agrícolas, em particular o Banco do Brasil. A ampliação da atuação bancária, entretanto, associa-se a uma série de medidas ocorridas após 1964, que visavam, sobretudo, a criação de mecanismos novos de financiamento, em **detrimento** dos tradicionais.

Na década de 1960, a política regional nordestina orientou-se no sentido de favorecer grupos ligados ao setor industrial que estavam preocupados em ampliar seus interesses e a se consolidar no poder. Esclarece, entretanto, Wilson Cano (*11), que as vantagens regionalmente auferidas por esse capital industrial não são conflitantes com a dos grupos tradicionais vinculados ao capital comercial. Isto porque, cada um tem a sua "área" de atuação; ao capital comercial não interessa promover o avanço das forças produtivas capitalistas, enquanto ao capital industrial, quando lhe interessar, passa a liquidar áreas de dominação do capital comercial, com a aquiescência do **Estado** que, via incentivos fiscais, limpa áreas, para o **capital** industrial.

Por sua vez, em meados de 1971, com finalidade específica de promover a expansão do capitalismo no setor agropecuário, foi criado, pelo Decreto-Lei número 1.178, o PROTERRA - Programa de **Redistribuição** de Terras e Fomento à Indústria Agrária do Norte e **Nordeste**(*12). Esse programa deveria canalizar para os programas de "integração nacional", 50% do total de recursos do fundo "34/18" a partir de 1970 e até 1976; os 50% restantes ficariam reservados à **SUDENE**, com a prioridade para projetos agrícolas (*13). Já em outubro de 1974 foi criado o POLONORDESTE - Programa

TABELA II
AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
VARIAÇÃO DE CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO RECENSEADA
TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	1940-1950			1950-1960			1960-1970			1970-1980		
	TOTAL	URB.	RURAL	TOTAL	URB.	RURAL	TOTAL	URB.	RURAL	TOTAL	URB.	RURAL
Palmeira dos Índios	27,4	64,9	18,7	22,7	74,5	6,2	31,2	67,0	12,4	8,1	30,8	-9,7
Belém	-	-	-	-	-	-	29,3	8,4	35,9	9,4	25,3	5,4
Cacimbinhas	-28,7	22,9	-33,7	23,1	32,1	21,5	15,8	8,8	17,1	12,4	59,0	3,9
Igaci	39,6	109,5	36,0	6,4	74,9	1,0	29,6	13,5	31,8	5,4	25,5	3,1
Minador do Negrão	-	-	-	63,5	98,3	59,1	8,0	-31,4	14,3	12,1	178,7	-3,8
Quebrangulo	-23,7	-2,4	-28,1	11,4	22,7	8,3	-13,0	6,2	-19,1	-16,2	10,3	-27,3
Maribondo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,1	56,3	-19,3
Anadia	20,0	14,8	20,5	-8,6	12,4	-10,7	-46,3	17,0	-54,1	19,0	39,9	12,4
Tanque D'Arca	-3,3	-16,4	-2,1	-68,0	-6,4	-72,8	42,4	2,8	53,1	23,2	60,7	16,4
Mar Vermelho	-52,6	-12,6	-53,8	-3,0	20,5	-4,4	-39,0	-20,4	-40,4	-14,1	-10,6	-14,4
Santana do Ipanema	4,5	41,9	1,6	-19,8	152,6	-38,6	32,6	43,3	27,8	17,2	33,3	9,1
Canapi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31,0	54,9	28,9
Dois Riachos	-	-	-	-	-	-	29,2	17,9	33,0	28,2	66,4	16,8
Maravilha	93,3	22,7	100,9	-52,1	38,9	-58,0	105,3	165,1	92,4	44,3	40,9	45,3
Mata Grande	69,5	30,7	73,0	-4,2	2,5	-4,6	-40,4	15,3	-44,5	11,1	8,2	11,6
Ouro Branco	-	-	-	-	-	-	81,9	87,7	79,7	40,5	40,6	40,5
Poço das Trincheiras	7,2	-4,6	8,1	-8,4	6,3	-9,3	27,5	23,5	27,8	4,2	20,0	3,1
Olho D'Água das Flores	-	-	-	-18,8	117,0	-33,3	19,8	72,8	1,4	28,6	45,3	18,7
Carneiros	-	-	-	-	-	-	0,0	-16,4	4,5	7,0	55,2	-3,7
Jacarê dos Homens	-	-	-	-23,0	147,2	-32,7	-23,7	56,0	-40,4	4,7	29,7	-9,0
Monteirópolis	-	-	-	-	-	-	7,1	40,2	-2,6	14,3	8,8	16,6
Oliveira	-	-	-	-	-	-	-4,9	5,8	-5,8	10,5	34,2	8,2
S. José da Tapera	-	-	-	40,7	57,8	39,9	14,1	65,5	11,5	20,2	131,8	11,6
Arapiraca	143,6	265,6	117,2	53,3	127,0	26,5	77,7	122,1	48,6	45,1	88,4	2,8
Campo Grande	-	-	-	-	-	-	80,3	57,1	87,1	27,3	89,9	11,9
Coité do Nôia	-	-	-	-	-	-	21,9	35,1	20,6	27,6	83,5	21,7
Feira Grande	8,5	83,2	2,7	44,5	38,1	45,4	5,2	14,8	4,0	32,0	10,8	35,1
Girãu do Ponciano	61,5	10,3	65,9	-22,3	5,3	-23,9	66,0	88,7	64,2	22,9	137,2	12,5
Lagoa da Canoa	-29,6	31,7	-40,2	55,0	33,2	63,3	243,3	45,8	304,6	9,1	151,4	-6,8
Limoeiro de Anadia	21,2	11,5	22,1	19,1	6,5	20,2	11,3	-4,7	12,5	9,1	14,6	8,8
S. Sebastião	-12,9	389,7	-60,3	38,3	-77,0	205,9	103,3	36,7	110,5	68,7	198,6	59,5
Taquarana	21,5	84,8	16,9	-40,0	-16,3	-42,7	46,6	-6,9	55,6	11,8	118,2	1,1
Batalha	-	-	-	3,3	62,5	-10,0	20,5	84,3	-5,3	16,5	46,5	-7,1
Belo Monte	-57,4	11,8	-62,6	21,7	31,3	19,6	29,2	15,5	32,6	21,5	-2,3	26,6
Jaramataia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,4	53,8	23,1
Major Isidoro	94,0	84,1	95,7	5,1	44,5	-1,3	12,5	28,0	8,8	13,4	62,9	-0,4
Pão de Açúcar	-43,9	13,1	-54,4	19,7	45,1	8,1	22,3	21,7	22,7	14,0	26,7	6,3
Palrestina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,6	49,1	-18,4
Delmiro Gouveia	40,3	47,3	30,5	35,2	21,0	57,5	31,5	48,9	10,4	83,7	105,9	47,4
Água Branca	34,0	31,6	34,2	-2,2	1,5	-2,5	13,4	32,8	11,9	10,7	51,1	7,1
Inhapi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,7	139,2	28,2
Olho D'Água do Casado	-	-	-	19,5	67,6	-53,3	74,2	-10,6	534,2	57,9	69,6	49,1
Piranhas	-1,6	-13,5	6,8	20,5	26,7	17,0	38,1	-12,2	69,1	20,7	-3,8	28,5
Olho D'Água Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,9	17,3	5,2
S. Brás	44,4	20,1	49,1	-18,7	34,5	-27,0	-30,5	26,5	-46,9	18,0	13,1	21,4
Jraipu	19,3	15,0	20,5	69,1	28,2	79,7	1,5	3,9	1,1	25,0	127,5	5,5
Estado de Alagoas	14,9	25,0	11,7	16,3	49,5	4,5	26,4	50,0	14,4	25,3	55,0	5,4
Região Nordeste	24,5	40,3	19,7	24,8	61,9	11,5	27,8	56,0	13,2	23,5	49,9	4,6
B R A S I L	26,0	45,8	16,9	36,7	70,4	17,6	33,1	65,3	6,7	28,2	55,0	-5,9

FONTE: FIBGE. CENSO DEMOGRÁFICO. 1940-1950-1960-1970-1980.

TABELA III
AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO NO COMÉRCIO
ATACADISTA, VAREJISTA E TOTAL, SEGUNDO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	ATIVIDADE COMERCIAL		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS															PESSOAL OCUPADO																
			TOTAL					ATACADISTA					VAREJISTA					TOTAL					ATACADISTA					VAREJISTA						
	1940	1950	1960	1970	1975	1940	1950	1960	1970	1975	1940	1950	1960	1970	1975	1940	1950	1960	1970	1975	1940	1950	1960	1970	1975	1940	1950	1960	1970	1975	1940	1950	1960	1970
Palmeira dos Índios	167	224	289	354	504	34	22	37	18	18	133	202	252	336	486	225	387	603	798	1054	66	78	91	73	74	159	309	512	725	980				
Quebrangulo	88	121	55	70	100	10	14	2	1	0	78	107	53	69	100	193	171	86	99	166	33	15	3	(x)	0	160	1%	83	(x)	166				
Anadia	84	102	144	71	74	11	4	7	7	1	73	98	137	64	73	114	148	232	139	143	18	10	11	12	(x)	96	138	221	127	(x)				
Santana do Ipanema	150	206	178	221	213	30	30	23	17	14	120	176	155	204	199	194	321	292	413	445	54	59	42	54	33	140	262	250	359	412				
Mata Grande	41	93	141	64	103	5	8	7	5	6	36	85	134	59	97	66	178	308	100	145	9	21	18	9	6	57	157	290	91	139				
Olho d'Água das Flores	-	-	45	55	58	-	-	3	3	5	-	-	42	52	53	-	-	68	83	128	-	-	7	5	22	-	-	61	78	106				
Arapiraca	47	83	199	635	888	6	9	12	18	35	41	74	187	617	853	60	171	342	1706	2121	10	17	38	502	328	50	154	304	1204	1793				
Limoeiro de Anadia	45	36	73	31	45	1	(x)	5	0	1	44	36	68	31	44	68	51	140	32	73	(x)	1	6	0	(x)	68	50	134	32	(x)				
Batalha	-	40	67	50	57	-	0	0	3	4	-	40	67	47	53	-	4	1	6	85	78	0	0	7	4	-	4	1	6	74				
Major Isidoro	-	25	23	69	147	-	(x)	0	6	0	-	25	23	63	147	-	48	40	123	264	-	5	0	13	0	-	43	40	110	264				
Pão de Açúcar	57	156	68	73	99	7	15	0	0	1	50	141	68	73	98	74	187	82	112	157	15	23	0	0	(x)	59	164	82	112	(x)				
Delmiro Gouveia	-	-	74	64	128	-	-	12	3	2	-	-	62	61	126	-	-	133	115	225	-	-	14	4	(x)	-	-	119	111	(x)				
Água Branca	27	107	106	64	113	3	(x)	3	2	1	24	107	103	62	112	36	168	116	102	199	8	5	3	(x)	(x)	28	163	113	(x)	(x)				

FONTE: FIGE. CENSO COYERCIAL, 1940-1950-1960-1970-1975.

de Desenvolvimento de **áreas Integradas** do Nordeste -, com recursos antes **alocados** ao PROTERRA, cujo objetivo era de desenvolver e **modernizar** as atividades **agropecuárias** de **áreas** prioritárias do Nordeste com base em planos integrados (*14). Não vamos nos estender aqui, quanto aos propósitos e consequências dos sucessivos programas vinculados à **modernização** do **setor agropecuário**; pretendemos, **simplesmente**, deixar claro que, "o **desencadeamento** dos mecanismos de ajuda logo elevam a necessidade de capital na agricultura, não apenas na esfera da produção, mas, **também**, em outras atividades. Ocorrem **concentrações** no mercado atacadista, no transporte, no frete, e de novo na propriedade da terra, **formando-se** verdadeiros monopólios rurais. Na verdade, tais programas não fazem senão ajudar os já favorecidos" (*15).

Do ponto de vista da totalidade do espaço nacional, após 1968, as forças produtivas desenvolveram-se no sentido da **modernização** agrícola, quer **através** da intensificação do cultivo de produtos de exportação, quer **através** da **utilização generalizada** de insumos e máquinas no espaço rural, **além** da penetração da legislação trabalhista a **no** campo, com e concomitante **aceleração** do processo de expulsão da **mão-de-obra** rural. Do ponto de vista do espaço Agreste/Sertão sob análise, as forças produtivas orientaram-se, principalmente, no sentido da modernização da pecuária. Em **sentido lato** podemos afirmar que foram os grupos ligados à atividade pecuária, tanto de corte como de leite, que comandaram o processo de transformações na **organização** do espaço rural.

Por outro lado, a **rearticulação** urbana que passa a ocorrer no Agreste/Sertão de Alagoas, fruto de condicionantes a nível regional e nacional, favoreceu a **absorção** de expressivo contingente de **mão-de-obra** expulso pela expansão da atividade pecuária.

Como **também** a atração exercida pela atividade **fumageira** na região comandada por Arapiraca, bem como a **permanência** representada sobretudo pela pequena agricultura disseminada pelos municípios do Agreste e **parte** do Sertão, e ainda a produção **rapadureira**, restrita aos municípios de Água Branca e Mata Grande. A permanência de tais atividades não só **particularizam** esses espaços, como **também**, enquanto formas "pré-capitalistas" de **produção**, **vinculam-se** as atividades modernas, enquanto fornecedoras de **mão-de-obra**.

2.2.1 - A força de permanência da pequena agricultura e da atividade rapadureira

Vimos que o desenvolvimento algodoeiro está na raia da atual **organização** do espaço do Agreste/Sertão alagoano, associado a uma pecuária **ultra-extensiva**.

Foi com base no **binômio gado-algodão** que se associou a **agricultura** de **subsistência**, representada, pelos cultivos de mandioca, **milho** e feijão, cultivados no caso dos dois últimos produtos, de **forma consorciada** ao algodão. A **permanência** dessas lavouras, enquanto formas tradicionais de exploração, reveste-se de **importância** na região em **questão**, tendo em vista a simples reprodução da força de **trabalho**, interessando **assim** ao **proprietário rural**.

A força de **permanência** dessas lavouras se verifica graças à **combinação** entre fatores como o limitado acesso à terra, as **crédito**, ao mercado de produtos **industrializados** e aos preços. Para os pequenos agricultores, sem o menor poder de **barganha**, face aos novos mecanismos colocados à **disposição** do grande capital fundiário, comercial e por **vezes usurário**, aqueles elementos são estabelecidos a **priori**, longe e fora do **controle** deles, **gerando** uma **subordinação** ao capital das formas não tipicamente capitalistas, que são **mantidas** no espaço em tela. Esta **subordinação** implica tanto na **delimitação** de uma esfera mínima de **atuação** (venda de produtos, acesso ao **crédito**...) como na **extração** de um excedente, aparentemente no processo de **circulação**, na medida em que o próprio **comerciante** é, em muitos casos, o **proprietário** da terra. Isto significa que, do modo como vem se desenvolvendo a divisão social e territorial do trabalho, a pequena **produção** não tem **condições** de crescer **autonomamente**; pois ao tentar ampliar sua **produção** ou **comercialização** é **invariavelmente** absorvida pelo **capital**. Ou seja, não há como prosseguir com o **desenvolvimento** das forças produtivas sem que se alterem as relações sociais que a **antecederam** neste **avanço**. Por sua vez, as **relações** de produção, cuja forma **jurídica** traduz-se **através** da propriedade econômica e da posse, determinam o lugar social dos agentes que **dominam** o **quê** e o como será produzido. É o que analisaremos a seguir.

A produção **agrícola** nos pequenos estabelecimentos envolve o cultivo de **feijão**, **milho**, mandioca e algodão. Apesar desses cultivos se encontrarem **disseminados** por todo Agreste e parte do Sertão, é possível identificar espaços onde **ocorrem** com maior **predominância**. Assim, na microrregião de Palmeira dos Índios cultiva-se mandioca principalmente, enquanto na microrregião de Arapiraca difundem-se os cultivos de milho, **feijão** e algodão, além do fumo. Já nas microrregiões de Batalha e do Sertão, onde a pecuária leiteira o de corte, respectivamente, **assumem** destaque, é possível distinguir, na área próxima à Santana

do Ipanema, bem como em Mata Grande, **Inhapi** e Canapi, o predomínio do plantio de feijão. Por seu turno, em Olho **d'Água** das Flores e Pão de Açúcar, o milho e o algodão são preferencialmente cultivados. Neste último **município** é importante salientar a rizicultura, praticada nas "lagoas" criadas com as cheias do rio São Francisco e à medida que diminui o **nível** das águas.

A estrutura **dimensional das** propriedades rurais se caracteriza pelo fato de que as propriedades com Brea **inferior** a 50 ha representam 88% do total de propriedades, ao passo que somente 5% delas **têm** Brea superior a 100 ha. Estas **são**, responsáveis por ocupar 52% da Brea total, enquanto **às** primeiras cabe somente 33% segundo se verifica na tabela 4. Em geral os pequenos agricultores, que constituem a **majoria** dos produtores, cultivam o milho e o feijão para subsistência, sendo o algodão "a garantia do agricultor", dado seu caráter nitidamente comercial.

Guardadas certas especificidades locais, podemos resumir o calendário agrícola como se segue. O Plantio do milho, feijão e algodão ocorre de abril a junho, sendo que a safra transcorre nos meses de julho a setembro para o feijão, e de setembro a novembro para o milho e o algodão. A comercialização do milho e do feijão efetiva-se de outubro a dezembro, enquanto a de algodão vai de outubro a fevereiro.

As formas tradicionais de exploração agrícola, traduzidas pelas figuras do parceiro e do morador, foram substituídas por relações de produção que em alguma medida se combinam com aquelas tradicionais, diferindo, apenas, em alguns casos, quanto a forma de remuneração do trabalho. A pesquisa de campo revelou algumas categorias principais, a saber:

a) Os rendeiros que pagam a terra em dinheiro. Tais agricultores vendem o milho e o feijão ao atacadista, localizado em um centro urbano próximo, e que em muitos casos é o proprietário da terra.

b) Os rendeiros que pagam a terra com o plantio de capim. A semente do capim (pangola, sobretudo, braquiária ou sempre-verde) é fornecida pelo proprietário que permite o cultivo de milho e feijão pelo rendeiro. Neste caso não se planta algodão.

Na região de Batalha planta-se palma **forrageira** e também algodão que fornece duas a três safras, até que a palma, após o terceiro ano, possa ser cortada. A necessidade de replantio das capineiras ou da palma impede o total desaparecimento da lavoura, representando fator de permanência, constituindo-se esta lavoura, em essência, no pagamento pelo **re-**

plântio da capineira ou da palma.

Muitos destes rendeiros são também diaristas denominados de trabalhador alugado ou sem terra. São estes que migram de dezembro a março, durante a estação seca ou "verão" no Agreste e Sertão, para o corte da cana na Zona da Mata; nesta migração sazonal são conhecidos como "corumbas". Essa categoria é sem dúvida a que **predomina** na região do **Agreste/Sertão de Alagoas**.

c) A categoria meeiro é menos comum e se relaciona e trabalhadores impossibilitados **até** de adquirirem as sementes de milho e **feijão**. Nesta **situação** o proprietário fornece a terra e as sementes, e o agricultor, a força de trabalho. A produção é dividida com o proprietário, sendo a parte que cabe ao agricultor vendida ao proprietário que é, em muitos casos, o comerciante. Acresce ainda que, o proprietário por vezes adianta dinheiro ao agricultor, que ao fim da safra não tem como pagar o empréstimo.

Quer dizer, a quota-parte do agricultor é utilizada somente para saldar as dívidas que, **às** vezes, permanecem sem serem pagas, tal o montante que atingem.

d) O pequeno proprietário, enquanto categoria, distingue-se dos demais simplesmente por ter o "privilégio" de conseguir crédito, bancário, graças a intermediação da EMATER, através da qual obtém, juros mais baixos, ou através de uma carta de anuência **fornecida** por algum fazendeiro. Planta as mesmas lavouras de milho, feijão e algodão, e parte do ano também se assalaria de forma a complementar a renda familiar.

Alguns dos membros das categorias acima enunciadas podem ainda cultivar uma pequena parcela de terra através de um tipo de relação onde o proprietário da terra obtém um crédito destinado a agricultura, mas o utiliza para a compra de gado. Para efeito de fiscalização, entretanto, o proprietário permite que algumas famílias cultivem milho, feijão e algodão em uma determinada parte de suas **terras, ficando** essas famílias com a produção, que é assim, dada pelo proprietário. Para todos os efeitos, o crédito destinou-se a agricultura, e isto pode ser comprovado pelo fiscal do banco.

O excedente agrícola produzido sob as mais variadas formas e combinações das categorias assinaladas acima, é apropriado pelo capital comercial e **usurário** que se confunde, com próprio capital fundiário, e transferido para o setor urbano e/ou para o exterior da **região**, no caso, por **exemplo**, do fumo. A comercialização **apresenta-se**, dessa forma, como o **veículo** espacial, transformado na "via crucis" do trabalhador e na redenção do capital. O **capital, comercial** entretanto, em nenhum momento

TABELA IV

AGRESTE ALAGOANO

PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES DE PROPRIEDADES RURAIS, SEGUNDO O NÚMERO
E A ÁREA OCUPADA, POR MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO (1976)

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	CLASSES DE PROPRIEDADES (ha)									
	0 — 10		10 — 50		50 — 100		100 — 500		500 e mais	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
MRH-113 SERTÃO ALAGOANO										
Água Branca	71,6	8,5	20,6	14,4	3,4	8,6	3,5	28,4	0,9	40,1
Canapi	25,2	3,2	53,2	27,2	12,2	18,7	8,4	33,3	1,1	17,6
Delmiro Gouveia	10,1	0,3	38,2	4,7	16,9	5,4	23,7	27,3	11,1	62,4
Inhapi	31,3	4,2	44,7	24,8	17,2	29,5	5,7	23,8	1,2	17,7
Mêta Grande	46,0	6,1	40,3	21,8	6,5	11,0	5,8	32,0	1,4	29,1
Olho d'Água do Casado	43,8	2,3	36,1	8,7	9,6	7,1	6,8	15,6	3,6	66,3
Piranhas	12,4	0,5	48,5	8,5	16,5	8,3	18,1	28,9	4,5	53,8
Total	46,3	3,8	36,6	15,6	8,3	11,1	7,0	28,5	1,8	41,1
MRH-114 BATALHA										
Batalha	19,7	1,5	45,4	16,9	16,1	16,3	17,0	48,0	1,8	17,4
Belo Monte	31,5	1,7	33,9	10,8	14,9	13,7	17,3	45,7	2,4	28,1
Carneiros	54,4	12,2	35,0	36,2	7,5	26,2	3,1	25,4	-	-
Dois Riachos	54,9	11,5	37,1	34,7	5,3	16,1	2,1	19,8	0,6	18,0
Jacaré dos Homens	38,2	2,4	26,3	6,8	9,7	8,6	23,1	51,0	2,7	31,2
Jaramataia	19,1	1,3	43,8	14,0	13,5	12,0	21,4	38,8	2,3	33,9
Major Isidoro	32,3	4,5	50,4	29,9	9,8	17,2	6,8	33,1	0,8	15,3
Maravilha	42,4	6,2	45,2	30,2	6,1	12,6	6,1	37,8	0,4	13,2
Monteopolis	64,8	10,4	26,7	22,2	4,4	13,0	3,2	24,0	0,9	30,4
Olho d'Água das Flores	48,1	11,2	41,4	38,4	6,9	21,7	3,4	22,6	0,2	6,2
Oliveira	55,4	15,5	37,1	46,4	5,9	24,3	1,6	13,9	-	-
Curo Branco	41,8	7,5	44,4	36,6	8,9	22,5	4,7	30,3	0,2	3,2
Palestina	69,4	19,6	26,5	35,7	2,0	13,6	2,0	31,2	-	-
Pão-de-Açúcar	29,9	1,8	39,2	13,1	11,8	11,2	16,6	46,3	2,5	27,6
Poço das Trincheiras	52,2	9,1	37,9	32,5	6,3	17,3	3,2	30,3	0,3	10,9
Santana do Ipanema	45,2	7,9	41,7	32,4	8,6	20,1	4,3	28,0	0,3	11,6
São José da Tapera	40,7	6,3	46,3	32,2	7,9	17,1	4,7	27,9	0,4	16,6
Total	42,9	5,7	41,4	25,7	8,4	16,2	6,5	35,1	0,7	17,3
MRH-115 PALMEIRA DOS ÍNDIOS										
Belém	60,7	12,5	28,7	31,0	7,6	24,1	2,9	32,3	-	-
Cacimbinhas	36,9	4,1	44,1	21,2	9,7	13,2	7,6	29,0	1,7	32,5
Agaci	64,6	19,6	29,3	39,1	4,3	19,4	1,9	22,0	-	-
Maribondo	41,2	6,2	44,8	30,4	8,0	16,4	5,6	32,2	0,5	14,7
Mar Vermelho	50,5	8,4	39,9	31,0	6,2	16,0	2,5	15,0	0,9	29,7
Minador do Negrão	48,5	6,3	35,2	22,5	8,2	16,5	7,8	48,1	0,2	6,6
Palmeira dos Índios	65,9	16,5	27,9	34,7	3,6	14,7	2,6	29,9	0,1	4,2
Paulo Jacinto	51,5	10,1	37,7	29,1	6,5	17,2	4,1	31,5	0,3	12,1
Quebrangulo	33,9	3,3	38,8	15,9	12,1	14,6	14,3	52,5	0,9	13,8
Tanque d'Arca	53,4	7,4	32,0	20,9	7,1	16,2	6,8	35,4	0,7	20,3
Total	56,7	10,1	32,8	27,7	5,9	16,0	4,4	33,9	0,3	12,3
MRH-118 ARAPIRACA										
Anadia	49,0	6,3	38,7	23,3	5,1	9,3	6,5	35,2	0,8	25,9
Arapiraca	67,0	20,5	28,7	38,5	2,7	12,4	1,5	20,8	0,1	7,8
Campo Grande	42,4	7,9	46,0	32,7	6,4	14,0	4,6	27,0	0,6	18,5
Coité do Nóia	74,3	35,0	24,4	53,3	1,1	7,9	0,3	3,9	-	-
Feira Grande	71,0	27,8	26,4	45,2	1,8	10,3	0,7	9,8	0,1	7,0
Girau do Ponciano	55,8	11,3	34,3	31,8	6,4	19,3	3,3	29,3	0,2	8,3
Junqueiro	56,5	9,5	34,9	27,4	4,6	11,5	3,2	23,5	0,7	28,1
Lagoa da Canoa	76,4	27,2	20,0	38,7	2,8	20,2	0,7	13,9	-	-
Limoeiro de Anadia	64,2	16,3	29,2	35,6	4,0	15,5	2,4	23,2	0,2	9,5
Olho d'Água Grande	50,4	10,9	40,9	38,5	6,9	19,8	1,4	10,6	0,5	20,2
São Brás	38,5	5,1	46,8	26,0	8,3	14,3	5,7	37,8	0,8	16,8
São Sebastião	53,4	8,8	36,6	28,2	5,4	13,2	3,8	21,3	0,9	28,4
Taquarana	63,8	17,9	30,6	37,7	2,9	12,1	2,5	22,9	0,3	9,4
Traipu	30,0	3,3	48,1	24,8	11,6	17,5	9,3	33,7	1,0	20,8
Total	59,6	12,7	32,7	32,3	4,5	14,4	2,9	25,0	0,4	15,6
TOTAL GERAL	52,6	7,9	35,6	25,5	6,4	14,5	4,7	30,7	0,6	21,3

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais - 4. Cf. Mário Lacerda de Melo, p. 295.

encontra barreiras junto ao capital industrial, a quem se acha subordinado, e com quem se articula; ao contrário, sua forma de atuação revela-se ao se utilizar de mecanismos primitivos de extração do excedente, viabilizados pela manutenção de relações "pré-capitalistas". Portanto, esse veículo, isto é, a **comercialização** na forma como se apresenta, constitui um obstáculo ao progresso técnico é a capitalização agrícola.

O milho e o feijão comercializados convergem, de modo geral, para os principais centros urbanos da região em pauta, como: Arapiraca, Palmeira dos Índios, **Santana** do Ipanema, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar e Major Isidoro. A venda da produção de milho e feijão aos atacadistas destes municípios varia de acordo com as facilidades de acesso entre produtores e negociantes, implicando num maior ou menor número de intermediários. Realiza-se diretamente, entre **produtor(es)** e **comerciante(s)** estabelecido(s), ou indiretamente, através de agentes compradores - pequenos proprietários nas áreas rurais, comissionados ou atravessadores e caminhoneiros que se deslocam até os estabelecimentos rurais. Esses comerciantes são os principais financiadores dos pequenos produtores, fornecendo sementes, produtos alimentares e alguns outros produtos como querosene e feragens, ou ainda, adiantamento em dinheiro. Operam, em geral, com grandes quantidades de produtos que seguem para Maceió e outras capitais e centros regionais, como Recife, Aracaju, João Pessoa, Natal, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Governador Valadares, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Maringá. O lucro desses comerciantes compradores de produtos agrícolas e distribuidores de produtos industrializados, realiza-se tanto pela especulação através do armazenamento prolongado de produtos agrícolas, como pelo envio destes produtos aos centros maiores, onde os preços são mais elevados; realiza-se ainda pela margem de seu financiamento aos agricultores, tanto em espécie como em gêneros, e o preço dos produtos comprados a estes mesmo agricultores.

O processo de **intermediação** da venda do milho e do feijão aos comerciantes compradores e distribuidores do **Agreste/Sertão** em foco, percorre, em geral, duas ou três etapas do produtor a um intermediário de pequeno porte e desde ao comerciante, quando a produção se destina ao consumo regional, ou do comerciante a um grande atacadista extra-regional, quando a produção se destina a centros maiores. A estrutura de comercialização, contudo, apresenta-se bem mais ampla no que se refere ao algodão, chegando a atingir cinco etapas. Segundo informações obtidas em Batalha, através de um atacadista regional, o processo

se estende desde o produtor rural, passando por dois intermediários - o atravessador e o atacadista regional -, chegando a **beneficiadora**, sendo então entregue a corretores ligados às fábricas, que por sua vez destinam o produto às indústrias têxteis ou de óleos vegetais. Nesta **seqüência** cabe ao atacadista regional o fornecimento de mudas e sementes, cujo valor será abatido quando o atravessador ou produtor rural fizer a entrega do algodão. Quando da compra do algodão, há um acordo entre os vários atacadistas de forma a dividirem o mercado garantindo, desta forma, a entrega do produto às beneficiadoras. São estas **beneficiadoras** que garantem o dinheiro adiantado ao portador rural, e que é repassado a este através da medição do atacadista regional.

A presença de beneficiadoras de algodão, ao contrário das firmas compradoras de milho e feijão, restringe-se a poucos centros urbanos, como as estabelecidas em Arapiraca, **Santana** do Ipanema, Olho d'Água das Flores e Pão de Açúcar. A exceção de Arapiraca, onde a **Lagen** se S.A. Indústria Comércio e Agricultura, além de beneficiar, também produz óleo, nos três últimos centros. As firmas instaladas dispõem somente de máquinas para a separação da pluma do caroço. A pluma é enviada para as têxteis localizadas nas cidades nordestinas de Estância, **Aracaju** (SE), Ribeirão, Cabo, **Paulista**, Petrolina, Recife, Escada (PE), **Valença** (BA), Maceió, São José de Lage (AL) e João Pessoa (PB), enquanto o caroço destina-se às indústrias de óleos vegetais de Arapiraca (AL), Caruaru, Limoeiro, Recife, Bom Conselho (PE), Campina Grande (PB), Juazeiro do Norte e Orós (CE).

Enquanto força de permanência, é importante salientar a presença da atividade rapadureira concentrada principalmente em dois brejos de altitude nos municípios de Mata Grande a Água Branca, no Sertão alagoano.

A decadência dessas cidades deu-se a partir de 1940, época em que o gado passou a ser criado de forma semi-intensiva, regredindo também a área ocupada por lavouras e havendo, a partir de 1970, a expansão do planalto de capineiras.

A população da "serra" vive do cultivo do milho e feijão em propriedades com menos de 6 ha. Os rendeiros, por seu turno, alugam a terra por quatro meses e pagam a dinheiro. Já o morador pode cultivar 0,33 ha de feijão e milho, em troca do plantio de capineiras ou de palma forrageira, para o proprietário da terra. Esses diaristas são chamados de "volantes", **que se** dirigem à Zona da Mata, quando do corte da cana-de-açúcar. Por outro lado, os proprietários de terras que, em alguns casos, são também pequenos logistas, podem ter ainda cerca de 100 ha de pasto, com **aproximi-**

madamente 50 cabeças de gado leiteiro.

Além do cultivo do milho e feijão, a população dos brejos dedica-se ao plantio de **cana-de-açúcar** para o fabrico de rapadura. A cana plantada é do tipo 3 x e 19, grossa e com muito caldo. A semente é proveniente das usinas da Zona da Mata - Cururipe e São Miguel dos Campos. A cana permanece plantada, em média, por treze anos, sem adubação, necessitando apenas de quatro a cinco limpas anuais, época em que são empregados cinco "volantes" por dia na lavoura. Pode ser moída após dezoito meses de plantio, ou então em dezesseis meses, se houver chuva. Para a produção de rapadura os engenhos **utilizam** de seis (engenhos **de** almanjarra) a nove (engenhos a motor) diaristas por dia. De acordo com a qualidade da semente e o tipo de terreno são produzidas as rapaduras brancas (terreno argiloso) e escuras (terreno arenoso, com baixo teor de argila).

A maior parte dos engenhos são ainda de almanjarra com quatro bois, pois para a instalação dos engenhos a motor é necessário financiamento junto ao Banco do Brasil. Estes últimos chegam a produzir mil rapaduras por dia, enquanto os de **almanjarra** produzem, em média, quatrocentas rapaduras. Estas rapaduras são comercializadas sem imposto nas feiras ou no próprio engenho. Os proprietários dos engenhos de **almanjarra** transportam sua produção para a feira em lombo de burro, sendo seu excedente, praticamente, para a subsistência da **família**.

Embora os engenhos rapadureiros pertençam a famílias tradicionalmente ligadas a cultura canavieira, desde o século XIX, como os Brandão, proprietários de engenhos a vapor na serra, as demais famílias, como os Malta, os **Alencar**, os Ribeiro, os Alcântara e os **Tôrres** - descendentes da Baronesa de **Água Branca** - têm interesses ligados a pecuária nas áreas planas do Sertão de **Alagoas**.

Segundo o que foi analisado para a pequena agricultura e para a atividade rapadureira, entendemos que a estrutura de comercialização, apresenta-se como o veículo unificador do rural com o urbano. Só que para o capital, ou melhor, seus detentores, não existem rural nem urbano, pois sua penetração **independe** do onde e do como; seu objetivo é a valorização nos vários espaços e diferentes esferas econômicas. A sua viabilização é garantida através de mecanismos financeiros colocados a disposição do comerciante, que é também proprietário rural e por vezes também político. Em Pão de Açúcar, por exemplo, dominam duas famílias, **cujos** membros além de possuírem latifúndios vinculados à pecuária leiteira e a de corte, têm comércio de cereais, beneficiadora de algodão, são proprietários do

supermercado da cidade e "fizeram" um **deputado** estadual. O mesmo ocorre com famílias de **Olho d'Água** das Flores e **Santana** do **Ipanema**, **sem** contar Arapirace, onde, ao capital comercial e **usurário** e ao capital **funditário**, alia-se o capital industrial, ligado às firmas **multinacionais** do fumo. Não foi a toa que, quando entrevistado, o proprietário da Lopes **Fumageira** Exportadora e Importadora de Arapiraca Ltda., atualmente com firma de terraplanagem em **Maceió**, observou que, "a firma necessita de **um** deputado na família para ampliar os negócios".

São estas "observações na paisagem" da região em questão que nos permitem afirmar que a pequena produção de alimentos é uma força que persiste de forma dolorosa, enquanto a atividade rapadureira permanece de **forma** nostálgica. A pequena **produção** de alimentos vincula-se, como vimos, ao esquema capitalista de produção por suas vias principais: a primeira refere-se aos mecanismos de **crédito** para a produção propriamente dita, e a segunda através da determinação de preços, quando da venda de seus produtos no mercado. Entre estas duas vias, há uma terceira, não menos importante, e refere-se à margem de comercialização dos produtos. Esta margem ou lucro (especulativo ou não) é apropriada pelos diferentes agentes em cada etapa da comercialização, estando entre estes agentes, os grandes proprietários de terra. Como os preços dos comerciantes dos **principais** centros urbanos da região tendem a ser **unificados** por cima, o preço pago ao produtor: rural **através** dos intermediários é sempre mais baixo. Tudo para o produtor rural é pre-determinado bem como são **preestabelecidas** suas limitações de acesso a terra e ao crédito. Portanto, a permanência da policultura e do semi-analfabetismo, da **miséria**, da **subnutrição**, que em realidade a ela estão associados, são decorrência e não causas da falta de acesso as migalhas dos recursos financeiros que lhes permitam um nível adequado de vida. Tais fatores tornam-se dramáticos a qualquer ser humano que visite os brejos de Água Branca e Mata Grande, cercados por um "mar" de pastos. Essa população acha-se confinada compulsoriamente ao desterro mas, enquanto não chega, permanece tentando sobreviver.

2.2.2 - Condicionantes da dinâmica da reorganização espacial

Consideramos como fatores condicionantes da atual organização especial tanto a **melhoria** e expansão da pecuária, **predominantemente** a leiteira, a expansão fumageira, bem como a resultante ampliação da atividade comercial. Tais fatos foram decisivos no **rearranjo** da **es-**

estrutura produtiva do Agreste/Sertão de Alagoas, e se associam diretamente à redefinição dos centros urbanos.

2.2.2.1 - A melhoria da pecuária e o repovoamento do Sertão

Com a ampliação da rede rodoviária as distâncias foram encurtadas, integrando os centros urbanos do Agreste e Sertão as grandes metrópoles nordestinas, Recife e Salvador, como também a São Paulo e Rio de Janeiro. Tal integração vai se traduzir em uma ampliação tanto da circulação monetária como da divisão territorial do trabalho, no âmbito da qual a atividade pastoril passa por um amplo processo de melhoria.

A atividade pecuária do Agreste e, posteriormente, do Sertão, perde seu caráter ultra-extensivo, e as fazendas passam a ser cercadas, havendo com isso maior valorização dessas terras. Há que destacar nesta valorização em termos recentes, notadamente duas áreas: uma diz respeito à região de Batalha, onde a pecuária leiteira vem assumindo caráter eminentemente capitalista, como veremos a seguir; a outra, cujo espaço vem sendo reorganizado e repovoado com base na pecuária para corte, se refere, principalmente, a área ocupada pelos municípios de Piranhas, Olho d'Água do Casado, Pão de Açúcar e São José da Tapera.

A evolução da área de Batalha - incluindo aí os municípios de Olivença, Cacimbinhas, Major Isidoro, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Monteirópolis, entre outros - voltada para o criatório leiteiro e a engorda do gado bovino, tornou inexpressiva a área ocupada pelas lavouras. Essas lavouras foram substituídas pelo plantio da palma forrageira e, mais recentemente, por pastos. A estrutura fundiária (ver tabela 4) passou a ser marcada pela presença de propriedades médias, de 100 a 500 ha, e grandes, com mais de 500 ha, que paulatinamente passaram a empregar rendeiros e diaristas. Trata-se de uma forma espacialmente organizada em moldes capitalistas, cuja reprodução e ampliação efetivou-se graças, entre outras, as facilidades creditícias.

Tais facilidades propiciaram o aperfeiçoamento técnico, de acordo com as exigências do mercado, constituído sobretudo pela cidade de Maceió, da produção de leite e queijo, principalmente em Olho d'Água das Flores, Monteirópolis e Jacaré dos Homens. A evolução do conteúdo dessa forma de produção demonstra como o capital passou a subordinar todos os aspectos da organização do espaço, desde a terra enquanto natureza até seu derivado - o leite - resultante daquela transformação. Batalha resulta no centro de

convergência e difusão dessa "nova" estrutura produtiva. Assim, os latifundiários atuais, em geral ex-pequenos produtores, passaram a deter não só a posse - que antes pertencia a vários pequenos produtores, enquanto donos dos instrumentos de seu trabalho - como também a propriedade dos meios de produção, a matéria prima, as máquinas, os instrumentos, os prédios e outras instalações necessárias à produção propriamente dita e ao beneficiamento. A partir, portanto da retirada das lavouras de subsistência, a população passou a migrar em busca de novas áreas de lavouras ou para centros urbanos do Agreste, e com isso foi se reorganizando esse espaço em termos econômicos mercantis e capitalistas.

A par do desenvolvimento dessa nova estrutura produtiva reorganiza-se parte do espaço do Sertão alagoano, através do que denominamos de repovoamento, representado mormente, pelos municípios de Piranhas, Olho d'Água do Casado, Pão de Açúcar e São José da Tapera.

Nestes municípios verificou-se, recentemente, a passagem da pecuária ultra-extensiva, onde o gado era criado a solta na caatinga, e alimentado durante a estação seca com cactáceas nativas como o facheiro, convivendo lado a lado com a miunça (porcos, carneiros, cabras), para uma pecuária de corte melhorada. A expansão desta pecuária foi estimulada quer pela presença do Banco do Brasil em Pão de Açúcar, quer através da EMATER em São José da Tapera e Pão de Açúcar, no que se refere ao fornecimento de sementes e assistência técnica ao rebanho.

Esta expansão da pecuária melhorada se verifica a partir de meados da década de 1960, quando então, sob os estímulos anteriormente citados, algumas propriedades passam a ser cercadas, introduzindo-se capineiras - pangola e sempre verde - a palma forrageira e a silagem do milho. Introduz-se, progressivamente, gado da raça indubrasil, e nas propriedades ao longo da rodovia estadual, que corta o município da São José da Tapera, onde ainda é vantajosa a criação de gado leiteiro, introduz-se gado resultante do cruzamento de reprodutores das raças holandesas e turina com vacas da raça indiana.

As mudanças verificadas na criação de gado foram acompanhadas de um redirecionamento das correntes de comercialização: no passado o gado destinava-se aos marchantes de Arco-verde em Pernambuco, ou aos "armazéns de couro" de Santana do Ipanema, Pão de Açúcar e Olho d'Água das Flores; atualmente, o rebanho é comercializado na feira de Olho d'Água das Flores ou enviado para Maceió.

A expansão da pecuária melhorada implicou na valorização relativa das terras do Sertão, mas ao mesmo tempo, associou-se, dado a dis-

pondibilidade de terras, a uma partilha delas, constituindo-se uma malha fundiária onde, ao lado de propriedades grandes, com mais de 500 ha, são numerosas as propriedades com menos de 50 ha (ver tabela 4). Esta partilha de terras, cujas conformações transparece aos grandes proprietários fundiários como um meio de capitalização, está, em essência, fundamentada, de um lado, na existência de um amplo excedente demográfico expulso do Agreste e do Sertão pela expansão da pecuária leiteira, já implantada há mais tempo, e que vê nessa área do sudoeste **alagoano** uma possibilidade de se reproduzir enquanto pequeno produtor, e de outro, na necessidade de se constituir uma reserva de trabalho disponível no Sertão - até então uma área de baixa densidade de população - tanto para as necessidades de replantio das capineiras, como para as necessidades sazonais de colheita da **cana-de-açúcar** na Zona da Mata.

Este repovoamento do Sertão traduz-se nas taxas de crescimento demográfico dos municípios que mais ativamente participaram do processo de expansão da pecuária melhorada, como Olho d'Água do Casado (ver tabela 2), que no período 1950/60 acusou perda relativa de população rural (-53,3%), atingindo no período seguinte um aumento de 534,2%, e situando-se em 49,1% no período mais recente. Em São José da Tapera, por sua vez, a presença de áreas cultivadas com lavouras de milho e feijão, favoreceu a expansão da população urbana com taxas de crescimento de 57,8%, 65,5% e 131,8%, respectivamente, para os períodos de 1950/60 e 1960/70 e 1970/80.

2.2.2.2 - A expansão fumageira

A **fumicultura** na região de Arapiraca, que compreende os municípios de Lagoa da Canoa, Girau do Ponciano, Feira Grande, São Sebastião, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Coité do Nória, Taquarana e Campo Grande, passou por várias etapas no que diz respeito a produção, **comercialização** e ao **beneficiamento**. Assim, sendo é possível, a grosso modo, serem identificados quatro estágios nesse desenvolvimento, a saber:

primeiro estágio - desde fins do século XIX até aproximadamente 1922 - processos primitivos de plantio do fumo: o "curral" e o cultivo nos "baixios", aliado a uma agricultura de subsistência, com uma débil comercialização do excedente;

segundo estágio - de 1922 até aproximadamente 1950 - o fumo **adquire** caráter comercial: o plantio é transferido para as "chãs", utilizando-se a adubação **orgânica**; criação dos **instrumentos** para beneficiar o fumo em corda;

início da comercialização da "folha" do fumo;

terceiro estágio - de 1950 até aproximadamente 1970 - expansão da **área fumageira**, com a **introdução** da adubação **química**; alteram-se as relações de **trabalho:assalariados**, diaristas e bóias-frias; introdução de mecanismos de "ajuda" à agricultura **através** do FUNRURAL e do INCRA; instalação de firmas exportadoras internacionais; expansão da "**industrialização**" do fumo em corda fino; crescimento da população, instalação de bancos e **ampliação do comércio** varejista;

quarto estágio - após 1970 - **tendência** ao abandono da "monocultura" fumageira, pois os novos investimentos destinam-se a pecuária e as atividades urbanas; remanejam-se **as** formas de utilizar o capital, sem que se **remanejem** a sua **posse** e **propriedade redefinem-se** as funções urbanas de Arapiraca.

O início da ocupação de Arapiraca deu-se a partir do atual distrito de Canaã, cuja população era formada por descendentes de portugueses que praticavam uma agricultura de subsistência e caçavam algumas reses. Vendiam gado para Penedo, Traipu, Anadia, Igreja Nova e Marechal Deodoro, principais vilas e cidades nesta época. A feira já existia e realizava-se **às** segundas-feiras no "quadro" - praça quadrada - principal área do **limitado** aglomerado urbano.

O plantio do fumo iniciou-se em 1490 por Francisco Magalhães, sugestionado pelo almoceiro **Pedro Vieira de Melo**, de Lagarto, cidade sergipana que já era centro de uma pequena área fumageira. Esse fumo, **por** sua vez, era de **procedência** baiana, da região do **Recôncavo**. Francisco Magalhães plantou fumo, pela primeira vez em um curral onde cuidava do gado, numa área hoje incorporada ao espaço urbano de Arapiraca (*16). A expressão **curral** de fumo ou **campo** de fumo, **também** empregada na Bahia, advém da difusão de **um** sistema agrícola que do **Recôncavo** baiano, via Lagarto, chegou a Arapiraca, sendo ainda hoje empregada pelos plantadores da região. Após a sementeira do fumo nos currais, transferia-se o **muda** para canteiros, situados a beira de riachos e córregos, ou seja nos **baixios**. Dessa forma, **até** 1922, o pioneiro Francisco Magalhães e outras famílias cultivaram em suas propriedades cerca de duas tarefas (**0,66** ha) de fumo. A expansão da **fumicultura** tomava **vulto**, de modo que já em 1915, Manuel Bernardino passou a armazenar o fumo em corda, como também os cereais produzidos na área, e a **comercializá-los** com Palmeira dos Índios, já o principal centro do Agreste, antes mesmo da chegada da ferrovia em 1933.

A **transferência** do plantio de fumo dos **baixios** para as chãs (*17) pode ser considerada como

o primeiro marco no desenvolvimento fumageiro, devido à expansão da área plantada com fumo, a **introdução** dos instrumentos para o beneficiamento do fumo em corda e a comercializações da "folha".

Na chã, entretanto, já havia o plantio de cereais, juntamente com o fumo, cuja **área** ampliou-se paulatinamente. Em 1930 o maior proprietário, **Lino** de Paula Magalhães já cultivava dez tarefas (3,3 ha), na chã, sendo oito ocupadas por cereais e duas pelo fumo. Já o feijão em corda e o algodão, cultivos consorciados, que antecederam à cultura do fumo, passaram a ser plantados em volta dos campos de fumo. Por volta de 1935, alguns **fumicultores** já passaram a plantar vinte tarefas (6,6 ha) de fumo, indicando um progressivo processo de difusão e ampliação da área cultivada.

Simultaneamente ao aumento da produção, começaram a ser produzidos na região os primeiros instrumentos, de madeira, destinados a beneficiar a produção de fumo em corda, conhecidos como, "macaca", para rodar o balaio de fumo, "moleque", para prensar o fumo, "banco", para enrolar e desenrolar a corda do fumo e o "carro", para o transporte do rolo de fumo. Além disso, abandonou-se gradualmente a secagem à sombra dos cajueiros e capoeiras, para serem utilizados os varais, estaleiros ou "sequeiros" atuais. Isto mostra claramente as especificidades, num determinado espaço-tempo, do desenvolvimento das forças produtivas.

Estas transformações ocorreram, sobretudo, em virtude do aumento da demanda de fumo pelos mercados europeus após a II Guerra Mundial. Os comerciantes e exportadores de Salvador, a quem se subordinariam os produtores de fumo de Arapiraca, passaram então a estimular esse cultivo em Arapiraca, financiando e comprando a produção. Esses exportadores, entretanto, preocuparam-se, não com o cultivo do fumo em si, mas, com a compra da folha do fumo sobretudo o "baixeiro" - as primeiras folhas que nascem - para utilização como capa de charuto.

No **período** que transcorre de 1950 até aproximadamente 1970, houve um salto qualitativo na organização do espaço fumageiro. Em 1950 metade da população voltou-se para o plantio de fumo - em cerca de dez tarefas cultivadas, seis eram de fumo e quatro de cereais. **Uma** das alterações substantivas processou-se quando da substituição do adubo orgânico, proveniente do Sertão, que atingiu preços bastante elevados, pelo adubo químico, tais como, tortas e salitre. Tal substituição operou-se por sugestão do usineiro Francisco Oiticica, sendo introduzido, por volta de 1953, por **Lino** de Paula Magalhães. Após 1960, o plantio de fumo

se expandiu por todo o município de Arapiraca e municípios vizinhos, como **Limoeiro** de **Anadia**, Feira Grande, Junqueiro, **Coité** do **Nóia**, Taquarana, São Sebastião, Campo Grande, **Girau** do Ponciano e Igaci. Houve com isso a devastação e depredação da flora da região, o mesmo ocorrendo com o "labirinto" ou **aveloz**, usado como limite dos campos cultivados e que fazia parte da paisagem do Agreste **policultor**.

Alteração das mais significativas, entretanto, ocorreu na esfera das relações de trabalho, graças a política do FUNRURAL e do INCRA. O proprietário da terra passou a assumir os encargos sociais do trabalhador. Praticamente todos os trabalhadores do fumo deixaram de ser meeiros e passaram a ser diaristas e bóias-frias, vivendo na periferia de Arapiraca, e sendo transportados diariamente por caminhões até as plantações, de onde **retornavam** ao final do dia. Apenas alguns moradores de confiança ainda permaneciam na propriedade rural, e o restante da mão-de-obra, quando terminava a fase da colheita das folhas do fumo e do preparo inicial, dirigia-se, a partir de outubro, a Zona da Mata, para iniciar as tarefas de corte da cana-de-açúcar.

Quanto a comercialização do fumo, foi **estabelecida** em 1950, por Galeno Fraga, a primeira firma internacional, a Exportadora Garrido. De 1951 a 1956 instalaram-se mais **de** dez firmas de fumo. Houve uma verdadeira corrida de firmas internacionais em busca de folhas de fumo. Apareceram, assim, os primeiros "gringos" que ficaram hospedados no hotel do Lopes. Nessa fase instalaram-se as firmas "Exportadora Bukovitz Ltda, Fraga e Sobel, **Tabacalera** do Brasil, C. Pimentel, Carleoni e Souza Cruz, cujo técnico, Mr. James Reed, na época, insistiu para que os fumicultores da região plantassem o fumo do tipo amarelinho, que produzia uma folha de qualidade **especial**"(*18). Entretanto, tal tentativa foi em vão, pois a folha desse fumo não se prestava à produção do fumo em rolo. Os fumicultores preferiram cultivar um tipo de fumo que servisse tanto para a folha, como para a corda, como os tipos, rodoleiro, língua de vaca, rapé, orelha de burro, folhiço, **verdão** e outros. Ainda na década de 1950, instalaram-se as firmas internacionais de **Amerino** Portugal e a Mangerroux, atual Ermor e, a partir de 1960, a Esotaco e a **Copata**, todas visando ao aproveitamento da folha para capa de charuto. Em realidade, todas essas firmas tinham em **Arapiraca** depósitos e escritórios de compra subordinados às filiais tradicionalmente **estabelecidas** em Salvador.

Esse estágio foi marcado também pela industrialização do fumo do tipo forte e do extra-forte, e pela produção do papel "coloni" para fazer cigarro. Passaram a elaborar,

também, o fumo em corda fino que, ao contrário do grosso, destinado ao mercado maranhense, destinava-se aos mercados do Sudeste e Sul do País.

O crédito bancário **passou** a ser utilizado na medida em que foram sendo ampliadas as funções urbanas de Arapiraca. O Banco da Lavoura de Minas Gerais, atual Banco Real, instalou sua primeira agência em Arapiraca em 1950, enquanto o Banco do Brasil só iniciou seu funcionamento a partir de 1964. Anteriormente o movimento era feito através de suas agências de Palmeira dos Índios principalmente, ou de Penedo.

O período que se iniciou após 1970 caracterizou-se por um aprofundamento das determinantes observadas na fase anterior. Quer dizer, os investimentos que antes de 1970 tiveram sua aplicação na esfera da produção e do comércio de fumo, passaram a se deslocar para outras atividades, tais como, a pecuária, cultivos de mandioca, abacaxi, etc, loteamentos imobiliários, firmas de construção civil, cerâmica, etc. Houve uma redefinição da aplicação de capitais, quer pela expansão urbana de Arapiraca, quer pelo valor de venda do fumo, que deixou de remunerar de muito os investimentos com seu cultivo.

A pecuária passou a ser o investimento mais atrativo para os grandes proprietários da área. É o caso, por exemplo, de João Lúcio da Silva, semi-analfabeto, ex-diarista, ex-prefeito por duas legislaturas, que paulatinamente passou a criar gado para corte em terras anteriormente destinadas ao cultivo de fumo. O mesmo se verificou com os investimentos de José Maia e Nascimento Leão, grandes plantadores de fumo em um passado recente.

Com a valorização das terras, quer em áreas urbanas, através de empresas imobiliárias, quer em zonas rurais pelo tipo de atividade que ali se estabeleceu, como a pecuária e o fumo com elevada produtividade, passaram os cartórios locais a se defrontar com problemas de posse de terras, cujas lutas incluíram situações como, desmembramentos por herança, ausência de documentação precisa, lei de usucapião, etc.

3 - A REDEFINIÇÃO DA REDE URBANA: A EMERGÊNCIA DE ARAPIRACA

No capítulo anterior procuramos mostrar as duas faces da questão da organização do espaço. Uma referente as forças de permanência representadas pela pequena agricultura mercantil e a atividade rapadureira e a outra, bem mais progressista, associada a pecuária e a expansão **fumageira**. Procuramos deixar claro também que, enquanto atividades **econômicas**, ambas existiam desde o início da

ocupação da área em pauta. Contudo, as relações sociais, a dimensão especial e o nível tecnológico, que lhes são pertinentes, sofreram transformações, havendo com isso em alguns espaços um relativo avanço das forças produtivas capitalistas.

Com base nesta organização redefiniram-se os centros urbanos. Estes, ao redefinirem o seu conteúdo, ou seja, suas funções, intrinsecamente redefiniram a relação de subordinação **trabalho/capital**. Pois, entendemos que, o resultado desta subordinação se desmascara quando do avanço do desenvolvimento **técnico** e do aprofundamento da divisão do trabalho em toda a sociedade. Entretanto uma das "barreiras" para que se efetive a socialização das forças produtivas acha-se representada pelas relações sociais de produção existentes, que necessitam de um novo patamar de desenvolvimento para o **avanço** capitalista nos diferentes espaços.

Dado o caráter e a natureza do dinamismo do **desenvolvimento** capitalista, o processo de subordinação **trabalho/capital** não se realiza de forma homogênea em todos os espaços, não havendo, portanto, uma contemporaneidade nos vários centros urbanos. É devido a esse processo **diacrônico/sincrônico** que encontramos, tanto nas principais cidades como em suas regiões de influência da área em questão, atividades que aparentemente não estariam subordinadas ao modo capitalista de produção.

Estas formas de subordinação estão associadas a existência de uma quantidade significativa de atividades como a das rendeiras de bilro a domicílio em São Sebastião, da pesca em açude em Jaramataia ou mesmo a da grande feira de alimentos, vestuário, utensílios domésticos, etc, em Arapiraca. O fato de ser possível identificar em alguns centros atividades denominadas de "mercantis simples ou de formas não **capitalistas**" (*19), significa que desenvolvimento capitalista, ou melhor o desenvolvimento das forças produtivas, é tênue e não foi ainda capaz de colocar inteiramente todas as estruturas produtivas a serviço e subordinação do capital. O que o desenvolvimento capitalista nesta área conseguiu foi a liberação de massa de mão-de-obra desligada da terra e envolvida com "novas" atividades urbanas. O que se observa é um desenvolvimento capitalista lento e gradual e, portanto, reacionário, mesmo que se analise sob o prisma da classe dominante local.

Isto ocorre porque a partir da década de 1960 o processo de acumulação a nível nacional move-se segundo um **novo** padrão, comandado pelos compartimentos industriais produtores de bens de produção e bens de consumo duráveis. É bem verdade que tal **redirecionamento** não se fez de forma constante durante

a década, porém, é inegável o salto qualitativo observado nos **chamados** setores de ponta da economia nacional, no que se refere ao desenvolvimento do capital. Embora tenha sido expressivo tal desenvolvimento, seu encaminhamento, tanto na década de 1960 como na de 1970, não foi capaz de alterar totalmente as estruturas tradicionais em vários subespaços nacionais.

Assim sendo, mesmo que chamemos a atenção na área sob análise para o sentido progressista da produção leiteira e para a atividade fumageira, é necessário relativizar sua dinâmica no sentido da aparente transformação, tanto no que se refere as relações de produção **que lhes** são imanentes, quanto as estruturas de dominação que vem se perpetuando, apesar do aparato técnico a que se encontram submetidas tais atividades.

Ocorre, por assim dizer, a nível da organização espacial tanto **uma** submissão "compulsória" ao capital, como uma espécie de hiato, de fosso (*20) entre o tradicional - preservado pelos latifundiários e comerciantes antigos - e o "novo", desenvolvido pelos comerciantes de fumo e pelos pecuaristas leiteiros.

Daí encontrarmos diferentes formas de dominação tradicional convivendo com novas; daí os espaços serem diferentes; daí as cidades redefinirem seu papel na rede capitalista de acumulação, denominada de rede urbana. Pois, diversas são as formas como o capital submete o trabalhador no seu processo de expropriação. Por não haver similitude temporal nas várias cidades, a mistura de diferentes atividades passa a singularizar também cada espaço e a homogeneizar a maioria dos habitantes desses espaços, não como cidadãos ou rurícolas, e sim,, como massa proletária a disposição do capital.

3.1 - Palmeira dos índios - Mudanças Estruturais Básicas, as Relações com a Área de Influência e o Processo de **Centralização** do Capital

Conforme procuramos mostrar no capítulo anterior, o dinamismo de Palmeira dos **Índios** se manteve enquanto este espaço foi capaz de absorver a mão-de-obra que para **lá** convergia. A presença de terras ainda por explorar garantia a presença de pequenos arrendatários que se formavam a retaguarda dos médios e grandes proprietários rurais. Isto porque estes pequenos arrendatários encontravam, na **poli-**cultura de produtos alimentares e em lavouras como algodão e **mamona**, condições tanto para manutenção da família, como ainda, condições para economizar algo que **lhes** proporcionasse a compra de utensílios e vestuário.

Embora os dados estatísticos não apresentem declínios acentuados para o **município** de Palmeira dos índios, há que registrar a causa da perda de seu dinamismo urbano. Tal perda não decorreu somente em função do **declínio** da cultura do algodão, ou do novo traçado rodoviário, mas decorreu, sobretudo, do desenvolvimento da atividade pecuária em terras anteriormente ocupadas pela lavoura. Trata-se portanto de uma mudança estrutural **básica**, não restrita, é bem verdade, a esta área, mas contemporânea a outros espaços nacionais, e como tal reflexa da "universalidade", das consequências, que se tornaram singulares e graves para a totalidade da população não proprietária.

O desenvolvimento da atividade pecuária em Palmeira dos índios deveu-se principalmente à **melhoria** do rebanho, ao passo que **nos** municípios vizinhos de Quebrangulo, **Minador** do Negrão, Cacimbinhas, Mar Vermelho e Paulo Jacinto, o crescimento da atividade pecuária foi propiciando por sua expansão em **área. Tanto** que, apesar do aperfeiçoamento técnico que vem sofrendo esta atividade em outros municípios de Sertão alagoano, Palmeira dos índios, até 1980, contava com o mais elevado valor de produção animal e o segundo maior valor **de** produção de leite, como pode ser verificado segundo dados das tabelas 5 e 6, respectivamente.

A expansão do consumo de leite e de seus derivados nas grandes cidades do litoral nordestino, entre elas Maceió, iria suscitar o desenvolvimento da pecuária leiteira na hinterlândia dessas grandes cidades. É neste contexto que emerge a CAMIL, Cooperativa Agropecuária de Major Isidoro Ltda (*21) que absorveu as instalações da antiga fábrica de pasteurização e leite em pó, da **CILA**, Cia Industrial de Leite de **Alagoas**, fundada em 1975 pelos fazendeiros de **Batalha**(*22). A atual **CA-**MIL tem postos de resfriamento em Major **Isi-**doro, Palmeira dos índios, Batalha e em implantação, em Olho d' Água das Flores, além de postos de atendimento técnico em **Capeli-**nha, **Minador** do Negrão, Batalha e Major **Isido-**ro. Nestes postos a Cooperativa revende **insu-**mos agrícolas, produtos veterinários, ferramentas agrícolas, latões para leite, etc. Além **destas** atividades a Cooperativa deveria fazer **também** o recolhimento de leite, entretanto, tal transporte fica a cargo dos grandes proprietários. Isto ocorre porque tais proprietários dispõem de caminhões próprios que também recolhem o leite produzido pelos pequenos proprietários. A assistência técnica é prestada por agrônomos e veterinários **cedi-**dos pela EMATER a Cooperativa; vale dizer cedidos pelo Estado a uma cooperativa coordenada pelos principais pecuaristas da região que com isso comercializam, beneficiam e

TABELA V
AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA* SEGUNDO OS MUNICÍPIOS (CR\$ 1.000,00)

MUNICÍPIOS	TOTAL			PRODUÇÃO ANIMAL			PRODUÇÃO DE LAVOURAS		
	1940	1970	1975	1940	1970	1975	1940	1970	1975
Palmeira dos Índios	9.111	16.718	51.655	1.298	6.811	23.495	7.651	9.499	27.998
Belém	-	2.356	6.211	-	806	3.091	-	1.472	3.115
Cacimbinhas	-	6.945	14.876	-	3.980	9.859	-	2.661	5.003
Igaci	-	5.780	27.447	-	3.041	7.117	-	2.424	20.328
Mitador do Negrão	-	3.781	11.378	-	2.168	7.299	-	610	4.064
Quebrangulo	6.397	11.335	21.094	1.216	5.000	13.647	5.040	5.944	7.366
Maribondo	-	4.896	10.544	-	1.932	5.406	-	2.884	5.134
Anadia	15.267	4.132	18.901	1.292	1.720	3.954	13.509	2.310	14.947
Tanque D'Arca	-	2.269	5.897	-	226	1.726	-	1.989	4.164
Mar Vermelho	-	1.741	4.777	-	482	2.871	-	1.148	1.905
Santana do Ipanema	10.135	7.660	25.305	1.954	5.440	9.164	8.162	2.068	15.963
Canapi	-	5.231	17.766	-	3.172	4.195	-	1.662	13.152
Dois Riachos	-	3.896	6.123	-	1.132	2.605	-	2.720	3.446
Maravilha	-	2.234	13.988	-	1.295	1.854	-	585	11.922
Mata Grande	1.765	5.511	18.267	256	2.272	4.462	1.506	2.987	13.692
Ouro Branco	-	3.713	8.769	-	1.336	1.691	-	2.302	6.934
Poço das Trincheiras	-	2.171	9.294	-	1.173	2.817	-	950	6.411
Olho d'Água das Flores	-	2.908	5.036	-	1.445	2.612	-	1.450	2.370
Carneiros	-	1.360	4.276	-	1.083	1.756	-	270	2.512
Jacaré do Homens	-	4.195	5.363	-	2.351	3.528	-	1.812	1.796
Monteirópolis	-	6.999	5.664	-	1.094	3.851	-	5.876	1.804
Oliveira	-	2.106	6.501	-	1.295	2.983	-	751	3.493
S. José da Tapera	-	5.492	20.986	-	1.915	3.312	-	3.177	17.622
Arapiraca	5.203	33.663	56.290	666	4.513	10.012	4.532	28.707	46.274
Campo Grande	-	3.343	9.914	-	928	5.765	-	2.416	4.149
Coité do Nôia	-	3.632	8.601	-	1.010	1.745	-	2.495	6.855
Feira Grande	-	4.692	12.601	-	585	2.295	-	4.029	10.304
Girau do Ponciano	-	25.525	22.242	-	2.122	6.298	-	20.768	15.939
Lagoa da Canoa	-	7.271	9.934	-	305	668	-	6.912	9.265
Limoeiro de Anadia	4.226	5.397	28.403	377	1.605	5.540	3.822	3.700	22.854
S. Sebastião	-	6.991	12.906	-	1.268	2.867	-	5.590	10.007
Taquarana	-	4.894	6.888	-	1.344	1.979	-	3.365	4.895
Batalha	-	28.928	32.227	-	4.475	19.555	-	24.369	12.628
Belo Monte	-	21.437	8.995	-	950	3.277	-	20.468	5.695
Jaramataia	-	6.156	3.863	-	694	2.720	-	5.460	1.139
Major Isidoro	-	9.295	27.309	-	6.670	16.119	-	1.877	11.166
Pão de Açúcar	2.188	5.095	8.257	542	2.595	2.043	1.644	2.269	6.167
Palestina	-	1.010	2.281	-	373	1.196	-	634	1.084
Deimiro Gouveia	-	1.823	6.376	-	1.018	1.553	-	504	4.700
Água Branca	2.988	5.680	21.502	515	1.516	3.002	2.327	3.719	18.137
Inhapi	-	2.478	13.053	-	1.385	2.190	-	884	10.719
Olho d'Água do Casado	-	1.760	5.411	-	476	790	-	1.208	4.460
Piranhas	461	860	4.832	187	302	758	225	509	3.856
Olho d'Água Grande	-	1.758	5.908	-	898	2.855	-	825	3.052
S. Brás	-	1.885	2.126	-	904	448	-	931	1.649
Traipu	3.467	5.207	8.514	952	1.428	4.540	2.472	3.126	3.969
Estado de Alagoas	220.834	984.828	2.008.348	18.323	126.894	322.694	192.805	832.141	1.677.729
Região Nordeste	3.337.357	12.448.902	22.211.371	586.679	2.934.391	6.250.673	2.466.894	8.636.136	14.922.309
BRASIL	14.433.836	67.912.727	139.106.514	3.603.335	21.865.618	47.995.191	9.938.659	40.524.396	82.461.267

*Cf. NB. TABELA I

FONTE: FIBGE. CENSO AGROPECUÁRIO 1970-1975.

TABELA VI
 AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
 VALOR DA PRODUÇÃO* DE FEIJÃO EM GRÃO, FUMO EM CORDA, LEITE E
 ALGODÃO EM CAROÇO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS (CR\$ 1.000,00)

PRINCIPAIS PRODUTOS MUNICÍPIOS	FEIJÃO EM GRÃO		FUMO EM CORDA		LEITE		ALGODÃO EM CAROÇO	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Palmeira dos Índios	3.716	14.504	6	-	2.302	7.781	479	1.879
Belém	297	1.408	-	86	207	430	30	86
Cacimbinhas	958	3.267	-	-	1.594	4.184	44	406
Igaci	966	12.479	20	1.920	738	2.234	365	2.514
Minador do Negrão	297	2.911	-	-	871	2.359	33	89
Quebrangulo	1.850	2.827	-	-	1.363	1.475	384	231
Maribondo	68	152	-	-	104	544	88	42
Anadia	185	397	25	-	207	841	63	121
Tanque d'Arca	539	1.305	-	14	49	334	82	54
Mar Vermelho	343	455	0	-	115	171	17	27
Santana do Ipanema	1.200	12.237	-	-	982	2.342	370	601
Canapi	996	10.699	-	-	321	704	569	186
Dois Riachos	221	2.762	-	-	389	759	47	69
Maravilha	368	9.690	-	-	210	630	104	140
Mata Grande	1.146	7.241	3	-	360	405	185	404
Ouro Branco	376	5.670	-	-	245	414	365	162
Poço das Trincheiras	678	4.934	-	-	319	797	55	54
Olho d'Água das Flores	991	1.394	-	-	506	872	275	228
Carneiros	117	1.785	-	-	237	508	112	85
Jacarê dos Homens	63	284	-	-	1.056	1.881	123	359
Monteirópolis	321	581	-	-	373	1.112	194	191
Oliveira	251	2.165	-	-	387	1.137	433	246
S. José da Tapera	1.573	12.295	-	-	474	534	618	527
Arapiraca	2.748	3.501	41.592	62.228	1.475	3.642	1.061	4.614
Campo Grande	1.369	2.054	-	3	-	272	430	729
Coité do Nôia	759	1.588	419	3.892	88	280	172	558
Feira Grande	871	1.706	1.464	5.895	275	325	47	572
Girão do Ponciano	4.440	3.192	6.711	14.003	944	970	2.419	1.530
Lagoa da Canoa	947	209	8.468	13.137	49	138	191	340
Limoeiro de Anadia	795	4.704	572	3.681	136	212	85	719
S. Sebastião	1.483	2.134	221	889	147	505	264	314
Taquarana	811	1.464	107	910	153	377	68	215
Batalha	28	361	-	-	2.446	6.014	128	281
Belo Monte	139	1.652	-	-	444	2.101	112	785
Jaramataia	0	406	-	-	199	920	88	61
Major Isodoro	498	3.238	-	-	2.625	9.537	251	881
Pão de Açúcar	863	2.545	-	-	1.056	650	637	262
Paléstina	400	527	-	-	47	375	90	82
Delmiro Gouveia	98	3.653	-	-	185	202	71	0
Água Branca	1.728	9.983	3	3	158	382	202	214
Inhapí	534	8.026	-	-	136	289	136	86
Olho d'Água do Casado	60	3.137	-	-	11	2	0	-
Piranhas	210	2.841	-	-	6	25	237	156
Olho d'Água Grande	256	809	6	-	351	569	147	300
S. Brás	90	239	-	-	275	88	275	230
Traipu	1.118	1.457	-	-	1.004	496	691	138
Estado de Alagoas	49.390	182.287	59.821	107.782	32.314	70.669	16.263	23.601
Região Nordeste	1.053.742	1.523.400	105.468	175.315	733.715	1.306.912	236.592	343.950
BRASIL	3.061.407	4.111.929	193.129	347.779	5.037.236	10.208.604	2.501.992	2.303.598

*Cf. NB. TABELA I

"determinam" o valor qualitativos do leite. Este leite é vendido a **NESTLE**, a **COBAL** de **Maceió**, aos supermercados **BOM PREÇO** de Maceió e Recife e a Cia de Leite do Estado do Sergipe.

Se por um lado a Cooperativa de Major Isidoro serviu como incentivo ao desenvolvimento da atividade pecuária, por outro, a Cooperativa de **Santana** do Ipanema, criada na década de **1940** e reaberta em **1975**, visa principalmente à comercialização de algodão, feijão e milho. Em ambos os casos presenciamos a "criação" de novos espaços para o capital, que paulatinamente deixa de fluir e se concentrar sobretudo em Palmeira dos Índios e passa a reorganizar as funções urbanas nos demais centros.

Assim senda, nos municípios de Poço das Trincheiras, Maravilha, Ouro Branco, Dois Rios, Olho d' Água das Flores, São José da Tapera, vem se desenvolvendo importante atividade agrícola em pequenas propriedades, que vem favorecendo o relativo adensamento urbano, observado em **Santana** do Ipanema. Adicionalmente, a produção de leite passou a ter certa expressão na década de **1970**, devido à seleção de seu rebanho, havendo com isso a realização, após **1972**, de exposições agropecuárias anuais.

O processo de crescimento urbano desenvolvido por **Santana** do Ipanema é aparentemente o mesmo ocorrido em Palmeira dos Índios; quer dizer, a origem do capital que circula e comanda as atividades urbanas provém de pequenos proprietários agrícolas e/ou comerciantes (*23). Tais comerciantes além de se dedicarem a venda de móveis, tecidos, confecções eletrodomésticos, etc. são também funcionários públicos, proprietários rurais e construtores imobiliários. Este capital, entretanto, não se transferiu de Palmeira dos Índios para **Santana** do Ipanema, ao contrário, esta última "cresceu às suas próprias expensas", graças em parte à ampliação das facilidades creditícias, com a instalação do Banco do **Basil**, na década de **1960**, e a abertura de rodovias, conforme Mapa 2. Estas favoreceram a ampliação dos negócios tanto com a capital do Estado, através da BR-316, como também com a Bahia e Pernambuco, através da BR-423.

Até **1950** **Santana** do Ipanema apresentou o segundo maior valor total de receita no comércio, de acordo com dados da tabela I, ou seja, as atividades de pequeno porte nesta cidade desenvolveram-se paralelamente ao crescimento de atividades similares em Palmeira dos Índios. Trata-se, portanto, de um centro urbano que não experimentou o dinamismo de outrora de Palmeira dos Índios, nem o atual de Arapiraca, devido sobretudo à "função reacionária" representada pelo comércio atacadista, conforme já indicado no capítulo anterior, que registrou na década de

1960, uma **variação** relativa de **crescimento** de **418%**, seguindo dados da tabela, 7.

A medida que é redefinida a **divisão territorial** da produção nos municípios vinculados e Palmeira dos Índios, são **concomitantemente** redefinidas, tanto sua **área** de influência como também as atividades urbanas. Isto porque, os **municípios** anteriormente com **fortes vínculos** a Palmeira dos Índios, ou estão hoje praticamente desenvolvendo a **atividade pecuária**, principalmente de corte, como **Cacimbinhas**, **Mar Vermelho**, **Água Branca** e **Delmiro Gouveia**, ou de leite, como Major Isidoro e Batalha; ou então desenvolvem uma agricultura **voltada** principalmente para a **produção** de **feijão**, como **Santana** do Ipanema, ou voltada para a produção de fumo, como ocorre em Arapiraca. Portanto, seria muito difícil a Palmeira dos Índios permanecer com a **centralização** anteriormente conquistada, com base na atividade comercial, na medida em que quase todos os municípios passaram a ter **novos equipamentos** comerciais para atender a comercialização de suas produções.

Por outro lado, muitas das transformações na produção rural implicaram em enorme **redução** da população rural, implicando numa diminuição do mercado de Palmeira dos Índios (*24), segundo se observa na tabela 2. Por **outro** lado, ao ser redefinida a **organização** da produção, uma "nova" área, Arapiraca, passa a comandar e a centralizar **as** atividades urbanas anteriormente existentes em Palmeira dos Índios.

Assim sendo, a questão não é que Palmeira dos Índios tenha deixado de crescer, mas que os fatores que poderiam desencadear um novo dinamismo a partir dos anos sessenta, como ocorreu em Arapiraca, deixaram de estar presentes. O que se "observa" hoje é uma cidade **semi-estagnada** e um espaço em torno **crescentemente** ocupado por pastos. O que **depreendemos**, a julgar pelos valores de produção nas diferentes estatísticas, é que as atividades de Palmeira dos Índios e dos municípios vizinhos, continuam a auferir lucros vultosos, só que para uma **restrita** parcela da população que concentra a propriedade da terra.

3.2 - A Emergência de Arapiraca como Capital Regional.

Arapiraca, diferentemente das demais cidades do Agreste e Sertão alagoano, **praticamente** "explodiu", tanto em termos **populacionais** como econômicos, a partir da **década** de **1960**. Assim, em **1950** a cidade possuía **9.318** habitantes, passando para **21.949** em **1960**, e **46.972** em **1970**, alcançando **88.478** em **1980**, conforme mostra a tabela 8. A **participação** da

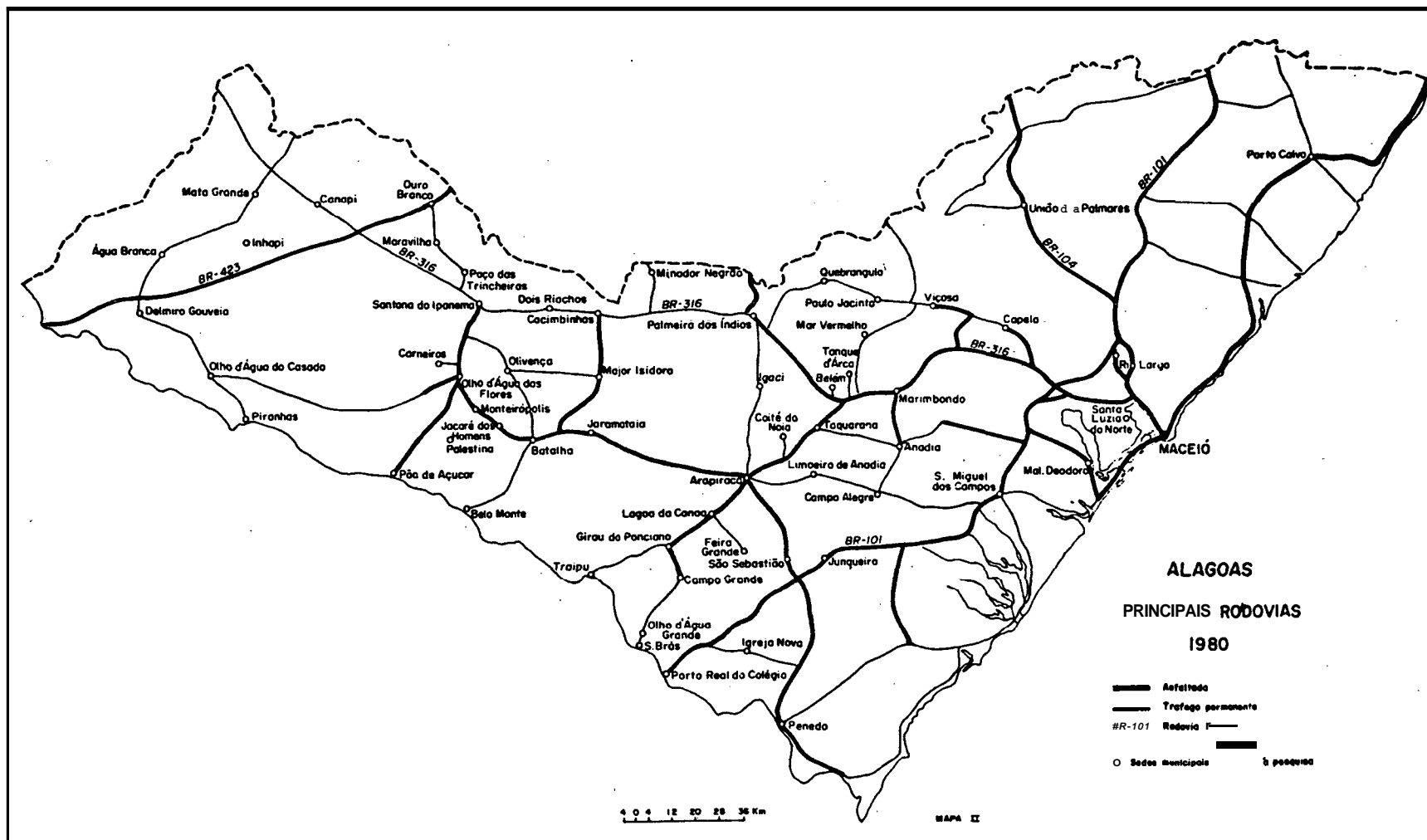


TABELA VII
AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
VARIÇÃO DE CRESCIMENTO RELATIVO DO VALOR DA RECEITA* DO COMÉRCIO
ATACADISTA, VAREJISTA E TOTAL, SEGUNDO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	TOTAL				ATACADISTA				VAREJISTA			
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/75	1940/50	1950/60	1960/70	1970/75	1940/50	1950/60	1960/70	1970/75
Palmeiras dos Índios	94,6	34,4	227,7	50,3	139,4	-7,4	274,1	-5,0	47,9	104,9	192,2	104,4
Quebrangulo	18,4	-71,1	76,3	-0,8	-53,5	-97,6	(x)	(x)	68,9	-65,9	(x)	(x)
Anadia	34,2	34,4	-0,6	-14,1	-65,0	36,2	136,8	(x)	167,4	34,1	-25,1	(x)
Santana do Ipanema	104,1	17,3	297,9	29,5	-2,3	96,9	418,4	-28,4	164,9	0,5	248,1	65,2
Mata Grande	436,2	-26,0	77,7	36,2	252,4	-45,0	84,3	-3,8	526,6	-20,8	76,4	44,2
Olho d'Água das Flores	-	-	296,4	87,6	-	-	108,7	320,8	-	-	423,0	24,6
Arapiraca	313,8	150,6	534,2	150,3	163,0	851,3	310,9	173,1	349,2	53,5	725,7	140,5
Limoeiro de Anadia	12,7	35,0	-53,3	34,3	(x)	655,0	-100,0	(x)	5,6	-6,9	-27,8	(x)
Batalha	-	45,3	200,3	126,9	-	0,0	-	11,9	-	45,2	162,7	143,3
Major Isidoro	-	-35,1	735,9	268,5	-	-100,0	-	-100,0	-	-13,0	451,6	458,4
Pão de Açúcar	92,1	-62,2	192,5	17,0	1,3	-100,0	0,0	(x)	207,7	-46,4	192,5	(x)
Delmiro Gouveia	-	-	140,6	113,8	-	-	84,2	(x)	-	-	150,0	(x)
Água Branca	172,7	-45,5	48,2	112,0	-81,8	-68,4	(x)	(x)	374,8	-44,7	(x)	(x)

*Cf. NB. TABELA I

FONTE: FIBGE. CENSO COMERCIAL. 1940-1950-1960-1970-1975

TABELA VIII
AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
POPULAÇÃO RECENSEADA TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

POPULAÇÃO RECENSEADA MUNICÍPIOS	1940			1950			1960			1970			1980		
	TOTAL	URB.	RURAL	TOTAL	URB.	RURAL	TOTAL	URB.	RURAL	TOTAL	URB.	RURAL	TOTAL	URB.	RURAL
Palmeira dos Índios	30469	5700	24769	38807	9402	29405	47623	16403	31220	62503	27396	35107	67562	35847	31715
Belém	-	-	-	-	-	-	4490	1080	3410	5807	1171	4636	6353	1467	4886
Cacimbinhas	9273	822	8451	6611	1010	5601	8137	1334	6803	9420	1451	7969	10590	2307	8283
Igaci	12170	600	11570	16988	1257	15731	18084	2198	15886	23434	2494	20940	24709	3129	21580
Minador do Negrão	-	-	-	4230	479	3751	6917	950	5967	7472	652	6820	8375	1817	6558
Quebrangulo	20605	3528	17077	15724	3444	12280	17523	4227	13296	15249	4488	10761	12776	4951	7825
Maribondo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14039	5092	8947	15174	7958	7216
Anadia	21434	2009	19425	25723	2306	23417	23501	2592	20909	12619	3032	9587	15015	4243	10772
Tanque D'Arca	13852	1164	12688	13392	973	12419	4287	911	3376	6106	937	5169	7524	1506	6018
Mar Vermelho	17454	508	16946	8270	444	7826	8018	535	7483	4887	426	4461	4198	381	3817
Santana do Ipanema	31372	2270	29102	32799	3222	29577	26299	8139	18160	34875	11664	23211	40872	15550	25322
Canapi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13954	1121	12833	18276	1736	16540
Dois Riachos	-	-	-	-	-	-	4832	1218	3614	6244	1436	4808	8004	2389	5615
Maravilha	4334	419	3915	8378	514	7864	4015	714	3301	8245	1893	6352	11900	2668	9232
Mata Grande	21871	1833	20038	37069	2396	34673	35519	2456	33063	21169	2832	18337	23528	3063	20465
Ouro Branco	-	-	-	-	-	-	3451	958	2493	6277	1798	4479	8821	2528	6293
Poço das Trincheiras	8290	562	7728	8890	536	8354	8147	570	7577	10386	704	9682	10823	845	9978
Ólho D'Água das Flores	-	-	-	11168	1079	10089	9070	2341	6729	10870	4045	6825	13978	5876	8102
Carneiros	-	-	-	-	-	-	5103	1106	3997	5104	925	4179	5459	1436	4023
Jacarê dos Homens	-	-	-	6362	343	6019	4899	848	4051	3739	1323	2416	3914	1716	2198
Monteirópolis	-	-	-	-	-	-	4443	1011	3432	4758	1417	3341	5438	1542	3896
Oliveira	-	-	-	-	-	-	9110	746	8364	8667	789	7878	9581	1059	8522
S. José da Tapera	-	-	-	12914	567	12347	18168	895	17273	20738	1481	19257	24934	3433	21501
Arapiraca	14322	2549	11773	34886	9318	25568	53483	21149	32334	95016	46972	48044	137855	88478	49377
Campo Grande	-	-	-	-	-	-	4135	935	3200	7455	1469	5986	9488	2789	6699
Coité do Nôia	-	-	-	-	-	-	5804	502	5302	7074	678	6396	9030	1244	7786
Feira Grande	8084	585	7499	8775	1072	7703	12680	1480	11200	13343	1699	11644	17616	1883	15733
Girãu do Ponciano	8866	701	8165	14322	773	13549	11124	814	10310	18462	1536	16926	22682	3643	19039
Lagoa da Canoa	3108	458	2650	2187	603	1584	3389	803	2586	11634	1171	10463	12690	2944	9746
Limoeiro de Anadia	10422	901	9521	12628	1005	11623	15044	1070	13974	16740	1020	15720	18268	1169	17099
S. Sebastião	4801	506	4295	4183	2478	1705	5785	569	5216	11759	778	10981	19842	2323	17519
Taquarana	11100	752	10348	13489	1390	12099	8094	1164	6930	11864	1084	10780	13267	2365	10902
Batalha	-	-	-	7297	1237	5960	7537	2173	5364	9082	4004	10584	5868	4716	10920
Belo Monte	7067	492	6575	3012	550	2462	3666	722	2944	4738	834	3904	5757	815	4942
Jaramataia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2371	790	1581	3162	1215	1947
Major Isidoro	6250	916	5334	12125	1686	10439	12741	2436	10305	14332	3119	11213	16252	5081	11171
Pão de Açúcar	20497	3199	17298	11499	3618	7881	13769	5250	8519	16841	6388	10453	19205	8091	11114
Palestina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2310	960	1350	2532	1431	1101
Delmiro Gouveia	5919	3448	2471	8304	5080	3224	11226	6147	5079	14761	9154	5607	27115	18849	8266
Água Branca	15406	1053	14353	20652	1386	19266	20194	1407	18787	22891	1868	12023	25332	2823	22509
Inhapi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9460	812	8648	13031	1942	11089
Ólho D'Água do Casado	-	-	-	1258	757	501	1503	1269	234	2618	1134	1484	4135	1923	2212
Piranhas	3017	1246	1771	2969	1078	1891	3579	1366	2213	4942	1199	3743	5963	1153	4810
Ólho D'Água Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4391	634	3757	4696	744	3952
S. Brás	7684	1244	6440	11094	1494	9600	9021	2009	7012	6266	2541	3725	7395	2874	4521
Traipu	7579	1622	5957	9045	1866	7179	15297	2393	12904	15527	2486	13041	19411	5655	13756
ESTADO DE ALAGOAS	951300	229126	722174	1093137	286379	806758	1271062	428228	842834	1606174	642208	963966	2011875	995344	1016531
REGIÃO NOROESTE	14434080	3381173	11052907	17973413	4744808	13228605	22428873	7680681	14748192	28675081	11980937	16694144	35419156	17959640	17459516
B R A S I L	41236315	12880182	28356133	51944397	18782891	33161506	70992343	32004817	38987526	94508554	52904744	41603310	121150573	82013375	39137198

FONTE: FIBGE. Censo Demográfico. 1940-1950-1960-1970-1980.

população urbana de Arapiraca representava em 1960, 21,16% da população urbana regional, valor este que atinge 27,48% em 1970 e 32,43% em 1998. Por sua vez, a população economicamente ativa engajada nas atividades eminentemente urbanas como comércio de mercadorias, transportes, comunicações e ar-**mazenagem**, e administração pública, tiveram entre 1950 e 1970, acréscimos relativos superiores a 300%, jamais atingidos por nenhuma outra cidade da área em estudo (ver tabela 9).

Este expressivo crescimento da população e atividades terciárias não se restringiu a meros deslocamentos de força de trabalho "tangida" de outras áreas do Estado em busca de terra e trabalho. Coexistiram na verdade dois processos. Um, interno à área de influência imediata de Arapiraca, determinado pela **dinâmica** da atividade fumageira e cuja direção era a cidade de Arapiraca. O segundo desenvolveu-se associado ao anterior, mas sua dinâmica assumiu determinações mais amplas, tendo sido comandado pelas classes dominantes do Estado, que passaram a alocar recursos na região do Agreste alagoano. Entendemos tratar-se da **existência** de processos intrinsecamente econômicos associados as reorientações políticas e expressos pelos movimentos de deslocamentos "espontâneos" da força de trabalho.

Num sentido amplo verificamos que as mudanças políticas havidas em **Alagoas** associam-se a uma série de eventos ocorridos na década de 1960, cujos grupos emergentes, a nível estadual, **correspondiam** aqueles existentes na região de Arapiraca, incluindo-se não só as multinacionais de fumo como também os pecuaristas leiteiros de Major Isidoro e Batalha. Graças ao novo comando político, que tem como suporte econômico sobretudo, o controle sobre a produção e o comércio de fumo, expandem-se as vias de acesso a Arapiraca. A expansão rodoviária que tomou de assalto o País como um todo, atingiu **Alagoas** em sua parte central, no sentido leste-oeste, beneficiando principalmente **Arapiraca**. Esta cidade que, somente após 1947, passou a ser servida pela estrada de ferro procedente de Palmeira dos Índios em direção ao rio São Francisco, tornou-se paulatinamente o mais importante foco de rodovias estaduais, como a AL-220, AL-110 e AL-145, com as respectivas interligações a BR- 346 ao norte do Estado, conforme pode ser verificado no Mapa

Paralelamente ao crescimento da cidade e a ascensão dos grupos ligados a pecuária de leite e a atividade fumageira, associou-se o capital extra-regional representado em grande parte pelas cadeias de **supermercados** de **Maceió** e Recife, em virtude do tamanho do mercado potencialmente **fértil** para a

valorização do capital comercial. Foi neste contexto que a feira semanal da cidade de Arapiraca transformou-se na maior Beira do Nordeste de **gêneros** alimentícios, **vestuários**, e utensílios **domésticos**.

3.2.1 - O significado das atividades urbanas face às relações regionais

3.2.1.1 - O papel da feira regional

As feiras semanais em **Alagoas**, como no **Nordeste** em geral, são um aspecto característico da atividade comercial em todas as sedes municipais e vilas, representando papel **fundamental** no que se refere à distribuição de produtos industrializados e **comercialização** de produtos **agrícolas**. Fatores como a pequena mobilidade espacial dos consumidores e a exigüidade do poder aquisitivo da população podem ser apontados, entre outros, como responsáveis pela persistência dessa forma de comércio. Tais feiras realizam-se sobretudo aos sábados e domingos e segundas-feiras, não havendo feira no dia de quinta-feira. As maiores feiras do Estado localizam-se, **em** geral, nas cidades de maior tamanho **populacional**, como Arapiraca, Palmeira dos Índios e **Santana** do Ipanema. Por seu turno, a atual importância da feira, realizada as **segundas-feiras** em Arapiraca, expressa o próprio **desenvolvimento** das cidades nas últimas **décadas**.

Ocupando cerca de vinte ruas da cidade, **numa** área urbana de aproximadamente um quilômetro quadrado, e contando com cerca de 5.000 feirantes, esta feira semanal vem auxiliando tanto a ampliação da arrecadação municipal através do "imposto de chão" e a "multa pela banca" (*25), como **também** no sentido de contribuir para o abastecimento de grande parte da população de baixa renda do município.

Os feirantes são itinerantes, fazendo em média três feiras semanais, transportando **seus** produtos em kombis fretadas. No segundo semestre do ano, **época** do início da **destalação** e comercialização do fumo, a feira adquire maior movimento, com aumento nas vendas. Os feirantes de Arapiraca são geralmente agricultores, no caso de comércio de cereais: entretanto, aqueles que se dedicam a venda de produtos como confecções, artigos de cama e mesa, utensílios de alumínio e calçados, **também** possuem, por vezes, lojas instaladas, quer em Palmeira dos Índios, quer em **Arapiraca**.

Assim sendo, verificamos, ao contrário do que supúnhamos, que parte representativa dos comerciantes instalados em lojas, bodegas ou em mercados públicos: vem encontrando na feira de Arapiraca, ao ampliar seus pontos de

TABELA IX

AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS

VARIAÇÃO DE CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS

SETOR DE ATIVIDADE MUNICÍPIOS	TOTAL			COMÉRCIO DE MERCADORIAS		AGRICULTURA, PEC, ... *			TRANSPORTES, ... **		ATIVIDADES INDUSTRIAIS			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	1940/50	1950/60	1960/70	1940/50	1950/70	1940/50	1950/60	1960/70	1940/50	1950/70	1940/50	1950/60	1960/70	1940/50	1950/70
Palmeira dos Índios	50,4	-51,7	0	89,3	161,2	29,2	-17,0	-22,8	167,6	111,1	1,0	-14,4	149,5	8,8	78,4
Igaci	-	-	14,5	-	-	-	-	12,2	-	-	-	-	-6,6	-	-
Quebrangulo	-5,1	-52,9	-20,5	-26,9	-11,3	-19,0	-10,4	-17,9	-6,1	41,3	-24,4	-22,6	-6,2	-41,4	-41,5
Anadia	-9,8	-48,4	-78,8	27,5	-46,4	-29,1	-10,6	-80,3	-38,3	31,0	-17,2	30,4	-56,2	-46,2	-50,9
Santana de Ipanema	26,8	-70,5	-3,3	51,7	39,4	15,3	-53,2	-6,4	-14,3	80,9	4,6	-36,6	23,6	-30,3	57,4
Mata Grande	83,9	-38,4	-47,2	110,4	18,8	41,1	14,1	-49,4	11,8	242,1	216,7	112,6	-55,4	-14,5	30,2
Olho d'Água das Flores	-	-	36,3	-	-	-	-	25,5	-	-	-	-	76,6	-	-
Arapiraca	58,7	-17,2	62,9	92,4	651,1	56,9	35,6	48,5	7,3	319,8	101,1	67,8	214,3	-25,0	558,3
Limoeiro de Anadia	-16,1	-40,5	-39,8	-12,9	16,7	-37,9	24,1	-40,6	66,7	6,7	-34,2	127,1	21,1	-53,6	-31,2
Batalha	-	-59,4	4,9	-	117,5	-	-35,4	2,2	-	-62,5	-	25,0	14,3	-	92,3
Major Isidoro	-	-30,7	-17,9	-	32,3	-	14,3	-14,3	-	170,0	-	85,2	14,1	-	32,1
Pão de Açúcar	58,1	-76,1	16,7	6,9	-21,4	37,4	-61,6	19,0	-4,6	-35,6	34,6	0,0	11,9	-33,3	17,2
Delmiro Gouveia	-	-	8,9	-	-	-	-	-11,6	-	-	-	-	3,9	-	-
Água Branca	60,9	-63,0	-0,2	43,5	-70,8	55,4	-18,7	4,6	148,3	-66,7	86,0	-97,6	475,0	7,3	-6,8
Estado de Alagoas	21,7	-36,2	13,3	11,9	96,1	4,6	17,5	2,9	1,0	67,3	32,0	-9,1	58,5	-2,5	161,2
Região Nordeste	27,1	-36,9	18,0	34,1	99,7	6,3	19,1	5,5	53,9	70,8	22,2	22,2	72,0	12,9	134,3
Brasil	29,3	-32,2	29,9	34,1	110,8	5,3	19,7	5,5	47,2	78,5	59,4	25,9	88,5	6,1	124,8

* Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca

** Transportes, Comunicações e Armazenagem.

FONTE: FIBGE. CENSO DEMOGRÁFICO. 1940-1950-1960-1970.

vendas, uma forma substitutiva e, em alguns casos, temporária, de salvaguardar seu **negócio**, Impedindo com esta estratégia que haja uma "deterioração das condições de vida". Isto ocorre porque os produtos vendidos por estes feirantes são de qualidade inferior, vendidos em medidas menores, sendo mais **facilmente** expostos na feira do que nas lojas e, têm, por outro lado, a população de baixa renda como, principal clientela. Por sua vez, os feirantes que se dedicam à venda de confecções, cama e mesa, calçados e afins, geralmente **estão** subordinados a atacadistas de Arapiraca e/ou a itinerantes de outras cidades do Nordeste, como Caruaru, que semanalmente dirigem-se a Arapiraca, onde realizam suas transações comerciais.

Em verdade, a feira de Arapiraca vem sofrendo transformações sensíveis tanto no que diz respeito ao tipo de bens **comercializados** quanto à **coexistência** com o comércio moderno recém-instalado. Embora ainda sejam **comercializados** certos produtos tidos como artesanais - utensílios domésticos, **roupas**, calçados, etc. - bem como produtos agrícolas, já se verifica certa diversificação no que se refere aos produtos industrializados. Assim, os produtos tradicionais terminam por dividir os espaços da feira com os artigos industrializados produzidos no Centro-Sul ou em outras regiões. Neste caso, trata-se em geral de sucedâneos de marcas existentes em outras **áreas** do País, fabricados por pequenas **indústrias** localizadas nas cidades do Nordeste.

A introdução desses "novos" artigos na feira é garantida, em **parte**, pelo comércio instalado, que recebe e distribui as mercadorias do Centro-Sul. Há entre a feira e o comércio instalado certa convivência participativa que termina por **beneficiar** tanto o lojista, que por vezes se confunde com o próprio feirante, como o consumidor. Isto ocorre devido **às** economias de aglomeração geradas pelas ampliação da oferta **de** produtos, garantindo, por outro lado, ao consumidor certa barganha de preços.

Assim sendo, esta feira persiste e se **amplia** sem perder seu caráter tradicional de escoadouro da **produção** agrícola e **artesanal** local. Ao contrário, há uma concomitância entre o tradicional e o novo; desenvolve-se uma paulatina mudança tanto no conteúdo do tradicional como na introdução das novas formas ou artigos.

Além disso, a feira expressa ainda sua importância enquanto um negócio "independente" que auxilia **o sustento** de **famílias** inteiras. A presença desses feirantes, trabalhadores assalariados ou **não**, **mercadejando** na feira é um **indicativo** da articulação que se estabelece **entre** este trabalho inde-

pendente e um outro trabalho fixo, em **decorrência** do baixo nível de remuneração da força de trabalho.

Não há, como supúnhamos inicialmente, um desligamento entre o emprego capitalista propriamente dito e o trabalho por conta própria. Há uma **convivência** entre ambas as formas de subordinação ao capital, mesmo que se considere que tal subordinação se expresse via circuito comercial. Entendemos **que**, neste caso, enquanto as formas capitalistas de **comércio** não se desenvolverem plenamente, ainda serão criados espaços a serem ocupados pelas chamadas atividades independentes,

3.2.1.2 - O beneficiamento e industrialização de produtos regionais

O crescimento demográfico de Arapiraca **tem** sido acompanhado pela expansão do processo de assalariamento vinculado às atividades de beneficiamento e industrialização de produtos regionais, sobretudo o fumo e o **algodão** (ver tabela 9 no que se refere ao crescimento da população economicamente ativa na **indústria** e tabela 10 no que se refere à importância regional da indústria de Arapiraca).

De modo geral o beneficiamento de produtos regionais propriamente dito fica a cargo de empresas ligadas à separação da pluma do algodão e da produção de fumo para **capa** de charuto, enquanto a industrialização vincula-se principalmente as firmas voltadas para o **processamento** de óleo de algodão e de **fumo** desfiado.

Temos, então, dois aspectos a serem considerados, do ponto de vista do produto final: o beneficiamento e a industrialização. Tal diferenciação, em verdade, passa a ocorrer, **em certos** casos, a partir de determinada fase do processo, podendo **ambas** as estruturas produtivas ser desenvolvidas numa mesma fábrica. Face à **dinâmica** imanente a cada atividade de per si, há uma variada mistura de tipos de empresas que **viabilizam** alternada ou simultaneamente, o beneficiamento, a industrialização e o comércio do **algodão** ou do fumo.

Acresce ainda que por estarmos lidando com estruturas de produção **cuja** matéria-prima é eminentemente agrícola, parte dessa **dinâmica** poderia estar determinada, no caso do fumo, **por exemplo**, desde o plantio, de acordo **com** o tipo de **semente** utilizada. Seria, por assim dizer, uma primeira determinante do processo que resultaria na separação do fumo em corda e **do fumo** para **capa** de charuto e, **portanto**, para **exportação**.

Em **decorrência**, teríamos uma "infinidade de **únicos**" processos **se cada** uma das atividades **fosse** estudada, de **per si**, desde o plantio ao

TABELA X

AGRESTE E SERTÃO DE ALAGOAS
VALOR DA PRODUÇÃO* INDUSTRIAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS (Cr\$1.000,00)

MUNICÍPIOS ATIVIDADE INDUSTRIAL	VALOR DA PRODUÇÃO				
	1940	1950	1960	1970	1975
Palmeira dos Índios	5464	5506	33180	10103	28419
Belém	-	-	-	(x)	(x)
Cscimbinhas	-	-	180	240	2389
Igaçú	-	-	272	188	1117
Minador do Negrão	-	-	-	134	326
Quebrangulo	6629	4941	755	1102	1840
Maribondo	-	-	-	615	3510
Anadia	198	1134	945	610	1047
Tanque D'Arca	-	-	-	(x)	(x)
Santana do Ipanema	1947	4912	4019	11104	13185
Canapi	-	-	-	(x)	461
Dois Riachos	-	-	148	98	486
Maravilha	-	-	162	294	616
Mata Grande	327	291	869	928	1171
Ouro Branco	-	-	-	117	261
Poço das Trincheiras	-	-	53	3148	0
Olho D'Água das Flores	-	-	1638	5313	10342
Carneiros	-	-	-	134	(x)
Jacare dos Homens	-	-	1176	(x)	730
Monteirópolis	-	-	198	(x)	3471
Oliveira	-	-	55	172	384
S. José da Tapera	-	-	142	1679	112
Arapiraca	301	914	3596	26191	119496
Campo Grande	-	-	106	0	(x)
Feira Grande	-	-	1946	0	396
Girão do Ponciano	-	-	92	387	1296
Lagoa da Canoa	-	-	-	(x)	(x)
Limoeiro de Anadia	653	283	162	79	432
S. Sebastião	-	-	111	136	721
Taquarana	-	-	-	153	633
Batalha	-	895	594	6684	1950
Belo Monte	-	-	12	221	80
Jaramataia	-	-	-	7437	(x)
Major Isidoro	-	725	186	882	8545
Pão de Açúcar	3592	3486	4437	4192	4617
Palestina	-	-	-	(x)	255
Delmiro Gouveia	-	-	23409	72668	167964
Água Branca	6772	14509	868	1638	1060
Inhapi	-	-	-	226	(x)
Olho D'Água do Casado	-	-	-	-	(x)
Piranhas	107	70	23	(x)	(x)
Olho-O'Água Grande	-	-	-	(x)	1468
S. Brás	-	126	85	(x)	0
Traipu	1051	521	4960	215	221
Estado de Alagoas	321341	547907	514850	1387184	2929645
Região Nordeste	3203620	6705054	8142674	20723795	52732864
B R A S I L	31672661	73250550	104806501	322122966	793645132

■ NB. TABELA ■

■ FONTE: FIBGE; Censo Industrial. 1940-1950-1960-1970-1975.

produto final, ou seja, **se não considerássemos as múltiplas** conexões tanto no que se refere à **organização** da estrutura produtiva no espaço rural, como no urbano. **Conscientes** destes **ris- cos**, consideramos em um primeiro momento, e para efeito de **análise**, primeiramente o setor algodoeiro, em seguida o setor fumageiro, para **posteriormente** analisar ambos os setores, segundo **as principais características** estruturais que envolvem implicitamente a noção de tempo.

A "variável" tempo não se associa somente ao nível de desenvolvimento técnico, mas **também** as relações de produção que caracterizam tanto cada firma ou órgão **isoladamente**, coma também grupos de empresas que operam num mesmo ramo. Assim sendo, na região de Arapiraca (*26), paralelamente à presença de órgãos estatais voltados para a pesquisa e experimentação do fumo, como a FITIPAL, ou beneficiadoras estrangeiras preocupadas com a qualidade do fumo para exportação, como a Emor, Indústria e **Comércio** Ltda, encontramos comercializadoras e indústrias de fumo em corda bastante primitivas no que diz respeito aos respectivos processos de produção. Embora ressalvas possam ser apontadas quanto ao nível técnico de algumas empresas, o mesmo não ocorre quanto às relações de trabalho, nas várias etapas do processo. Tanto nas empresas nacionais **como** estrangeiras, **beneficiado- ras** ou **comercializadoras**, as condições de trabalho e o nível de reivindicação e **cooperati- vismo** se apresentam frágeis, mesmo que não sejam feitas comparações com outras áreas mais desenvolvidas do País.

3.2.1.2.1 - O setor algodoeiro

O beneficiamento, industrialização e comércio de algodão em Arapiraca está entregue principalmente a **três** empresas, a bagense SA, Indústria, Comércio e Agricultura; a Algodoeira São Francisco e a Algodoeira Arapiraca SA. As duas **últimas** operam no sentido do **beneficia- mento** do algodão, sem a produção de óleo, enquanto a primeira cobre praticamente todas as fases do processo produtivo propriamente dito.

Como vimos no capítulo anterior referente a **análise** da **organização** espacial, no que diz respeito à atividade algodoeira, um dos aspectos importantes refere-se a excessiva **intermediação**, em sua primeira fase de comercialização. Tal prática impede que haja maior rotatividade do capital empregado no início, reduzindo sua **margem** de **comercialização** e retardando a transferência de capital aos demais setores. A par de questões **relativas** à **dinâmica** do processo, ocorre que, devido à baixa **produtividade**, à falta de incentivos ao plantio e ao baixo preço

de revenda a **industrialização** do produto na região de Arapiraca termina por ficar a cargo de uma **única** empresa, a Lagense S. A que consegue bancar Bodas as fases do processo, **graças** principalmente a seu leque de investimentos em setores afins, localizados ou não em Arapiraca.

Esta empresa opera em Arapiraca desde 1961 com uma usina de **beneficiamento e produção** de **óleo** bruto de algodão herbáceo, de fibra curta. Do caroço é fabricado o óleo, o farelo e o **línter**. O óleo segue para a firma Alimonda Irmãos SA, produtora de óleo da marca Bem-Te-Vi, em Recife, onde é feito o refino; o **línter** é vendido aos **atacadistas** da Maceió e Recife. O farelo, por sua vez, **resíduo** da produção de **óleo**, em forma de torta, é vendido aos **principais municípios** de **bacia** leiteira, Batalha e Major Isidoro sobretudo, sendo utilizado **como** forragem para gado. A "lã" (**pluma**) é enviada a indústrias **têxteis** de Maceió e São Miguel dos Campos em Alagoas, e Recife e Escada em Pernambuco.

Possuindo duas **fábricas** de adubos localizadas em Maceió e Olinda, a empresa vende estes produtos sobretudo na região de Arapiraca, **não** apenas aos **fumicultores**, **como também** para os produtores de inhame, abacaxi e algodão. Adicionalmente **vende**, **através** de corretores na **área** rural, **alguns** tipos de sementes de algodão para o replantio.

Por outro lado, a forma de **atuação** da Lagense SA. **não** difere, em **essência**, de empresas tradicionais no ramo de **beneficiamento** de **produtos** rurais. Quer dizer, **certas** firmas do gênero se deslocam acompanhando a produção de algodão; ao diminuir a **produção** em determinada **área** ou **região**, a firma fecha uma filial e abre **outra** em outro centro urbano, **em cuja região** a **produção** esteja crescendo. Mo que tange à empresa em **questão**, **este** foi o processo ocorrido em São José da Lage, União dos Palmares, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios.

Por sua vez, a **permanência** dessa empresa em Arapiraca desde 1961, justifica-se **tanto** em **decorrência** da **diversificação** dos negócios, como devido à **ampliação** da escala de produção da empresa. Para tal **ampliação** a firma vem se beneficiando tanto da rede de **intermediação** **preexistente** como **também** da expansão da atividade **fumageira** na **região**. No primeiro caso, isto **ocorre** porque, ao se transferir de Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios para Arapiraca, a Lagense S.A. não só permanece com os postos de coleta existentes **nas áreas** de **influência** desses cidades, como **também** **amplia** sua rede de compra numa **área** em **expansão**. Com **isso** passa a **comandar** as operações referentes ao **comércio** e **industrialização** do algodão, tanto para sua fir-

fino" se destina' principalmente a São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A par dos aspectos técnicos relativos às várias etapas do processo fumageiro, este tipo de organização da produção vem encontrando sérios problemas tanto no que diz respeito a expansão da área cultivada, como também quanto as variações de preços e dificuldades de comercialização.

Por tratar-se de uma atividade onde o uso de adubos e fertilizantes é imprescindível, o produtor rural vem comprometendo o saldo de sua safra anual para o pagamento de juros, com base em financiamentos para o plantio (*30). Acresce que, se a produção se destina ao fumo em corda, a situação é ainda mais grave, pois tal tipo de fumo não vem obtendo reajustes de preços desde 1976, não ocorrendo o mesmo com o fumo destinado a exportação, que vem sendo reajustado anualmente. Mesmo neste último caso, os reajustes de preços para os fertilizantes têm sido mais elevados que os do produto em questão. Dessa forma, alguns plantadores de fumo na divisa, com Limoeiro de Anadia, portanto mais a leste, onde as precipitações são menores, vêm, ano a ano, expandindo a área ocupada com cana-de-açúcar, uma cultura que passa por enorme expansão no Estado de Alagoas.

Por outro lado, devido a ampla expansão do consumo de cigarros industrializados, mesmo em áreas rurais, para onde é exportado o fumo em corda, a demanda por este tipo de produto tende a não diminuir, pelo menos a se estabilizar. Adicionalmente os cigarros industrializados são produzidos com fumos do tipo Sumatra e Virgínia, que não são cultivados na área em estudo. Como não há interesse das multinacionais de cigarros industrializados em introduzir o cultivo desses tipos de fumo na área em pauta, verifica-se que esta se vê excluída de participar do mercado nacional de cigarros industrializados.

A produção de fumo após a fase de "curação" ou "virada", para secagem e formação das "bolas" de fumo, é em parte encaminhada para as indústrias de fumo desfiado. Nestes estabelecimentos, as condições de trabalho são bastante precárias sendo as tarefas de separação e ensacamento executadas por mulheres e crianças sob condições mínimas de alimentação, salubridade e higiene (*31). Devido à permanência nestes recintos por longas horas, as mulheres da região haviam desenvolvido a prática de cantar durante as tarefas, os chamados cantos das destaladeiras como registrou Zezito Guedes, prática hoje proibida por "diminuir o interesse e baixar a produtividade do trabalho".

Paralelamente ao desenvolvimento da atividade,

de fumageira voltada para a produção do fumo em corda, ocorre a comercialização e beneficiamento do fumo voltado para exportação.

Neste caso, houve em Arapiraca uma tentativa de afastar a presença excessiva de "gringos" e intermediários na região, com a criação de uma cooperativa que comercializasse tanto o fumo para corda como para exportação.

A CAPIAL, Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca Ltda., fundada em 1963, por cento e oitenta produtores de fumo, tinha como objetivo principal, a "eliminação" dos vários intermediários entre os quais os chamados "baianos", firmas oriundas de Salvador ou Recôncavo baiano, representados por Amerino Portugal, Exportadora Suerdieck, Mange-roth Leoni (atual Ermor), irmãos Fraga e a própria Souza Cruz, cujo estabelecimento em Arapiraca era dependente da filial baiana, firmas com representação e aluguel de armazéns na safra, além de pequenos intermediários subsidiados pelas firmas de Salvador. Esta cooperativa conseguiu reunir 9.280 associados, contando atualmente com cerca de 850. Entre 1963 e 1967 esteve desativada, e de 1967 a 1977 praticamente só se dedicou a revenda de insumos, devido ao acúmulo de dívidas, em função de transações frustradas por falta de pagamento, além do desvio de verbas. Atualmente, esta entidade coloca-se no mercado fumageiro, como mais um intermediário, procurando colocar seu produto junto a determinadas exportadoras de região, com o auxílio creditício do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Pulnordeste.

Dentre as exportadoras que atuam na região de Arapiraca comercializando e/ou beneficiando o produto, cinco principais foram incluídos na pesquisa, a saber: Exportadora de Fumo Altino da Fonseca Ltda, Amerino Portugal SA, Indústria Lopes Fumageira Exportadora e Importadora de Arapiraca Ltda., Ermor Indústria e Comércio de Fumos Ltda., e a Cacique SA. Indústria e Exportação de Fumos. As duas últimas são subsidiárias de multinacionais, de origem alemã no caso da Ermor (Gebruder Kullenkampf) e, de origem francesa no caso da Cacique (monopólio estatal de fumos e palitos de fósforos, S.E.I.T.A), além de duas outras de origem holandesa que não foram incluídas nesta pesquisa (*32). Há ainda o caso da firma Lopes Fumageira que produz e exporta um fumo especial para a firma alemã August Blase (*33).

Paralelamente, é necessário assinalar a forma como grande parcela dessas empresas vem desenvolvendo juridicamente seus negócios. Em sua maioria são empresas cujos diretores têm interesses em diferentes ramos de atividades, quer no campo, quer na cidade. Face a essa mescla de interesses, é comum a

alocação dessas empresas na categoria censitária de comércio atacadista, mesmo que tal função só seja **exercida** por uma das empresas, de determinado grupo, e em determinado período do ano. O reducionismo a categoria atacadista, encobre, a nosso ver, tanto a burla ao fisco como a real composição da **força** de trabalho na medida em que durante o trabalho temporário de beneficiamento do fumo, esta força é de natureza industrial e, todavia, acaba sendo classificada **como do** setor terciário. Em outras palavras, algumas dessas **empresas** restringem-se à **compra, estocagem** e venda de fumo parte do ano, mas, quantidade expressiva delas desenvolve atividades de beneficiamento e industrialização, voltadas em parte para exportação. Esta imprecisão em qualificar juridicamente a empresa, ou as firmas que a compõem, termina por **beneficiar** aquele que se apropria da produção e da mais-valia gerada no beneficiamento ou industrialização, como do lucro decorrente da exportação do produto.

Todas estas exportadoras mantêm, direta ou indiretamente, **fortes** vínculos com a região fumageira baiana, através principalmente de Feira de **Santana** e Cruz das Almas, tanto assim que é comum a venda do fumo de **Arapiraca** como sendo fumo baiano. O fumo para capa de charuto e o fumo para cigarro ou cigarrilha seguem principalmente para Espanha e França ("34) e, em menor quantidade, para Alemanha e Estados Unidos da América do Norte.

A atuação principal destas firmas diz respeito a comercialização do produto, embora a Ermor, localizada em Lagoa da Canoa, e a Altino da Fonseca de Feira de **Santana**, desenvolvam todo um processo de beneficiamento da folha capeiro. Este beneficiamento consiste de três etapas: o processo de fermentação natural, para curar e secar o fumo ("35), a passagem por máquinas a vapor e peneiras rotativas, para a retirada de impureza e mau cheiro, e a esteira rolante, onde mulheres **separam** o fumo pela cor. O valor deste fumo é mais elevado ("36) tanto pela utilização de máquinas especiais, como por necessitar do manuseio feminino por seis vezes. Esse beneficiamento transcorre principalmente de setembro a janeiro, ocupando em média seiscentos operários por estabelecimento.

Segundo o que foi apresentado para os chamados setores produtivos urbano beneficiamento e industrialização de fumo e algodão - verificamos que o engajamento da força de trabalho, nestas atividades, ocorre independente do espaço territorial que ela esteja **ocupando**. Ou seja, o entrelaçamento do urbano com o rural emerge por uma real impossibilidade de se **díssiociarem** as atividades econômicas espacialmente, o que nos leva a

uma opção em termos de pesquisa.

Tal opção tem sido, de acordo com o material disponível, a de avançar no entendimento do processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais, na medida de sua contribuição para a **melhoria** do nível de vida da classe trabalhadora. Ou ainda, de como a dinâmica do conteúdo das formas econômicas e sociais, que se aglutinam e centralizam o poder possam vir a ser responsabilizadas pela degradação da região em pauta, enquanto espaço construído pela classe trabalhadora.

Entendemos ser impossível o desabrochar de uma análise, que se diga atual, sem a recorrência a transcrição, interpretação e análise crítica. Como também torna-se-ia desgastante e sem retorno, um estudo que desvinculasse a classe trabalhadora local de seu problema crucial, o da maneira como vem se processando sua exploração pelas classes diregentes locais.

Assim sendo, esse "novo" urbano que vem surgindo por toda parte em nosso País, também se expressa num centro urbano como Arapiraca. Embora haja uma generalização de determinantes em escala nacional, há que se buscar no conteúdo deste urbano a singularidade de seu processo de formação. Este processo constitui-se, como vimos, a partir da atividade artesanal associada, a confecção de cigarros a partir do fumo em **corda**. A difusão e a ampliação desta atividade tornou-se, portanto, o marco de referência de um desenvolvimento posterior, que acaba por se confundir com o próprio crescimento de Arapiraca. A singularidade do processo não está somente na identificação da atividade base e na **organização** de seu desenvolvimento e sim, no quanto esta atividade vem sendo capaz de se **sustentar** e centralizar sob seu comando "novas" atividades econômicas que passam a convergir para Arapiraca. Haja vista a expansão temporária experimentada por Palmeira dos Índios, que concentrou por quase meio século, não só as principais atividades da região em pauta, como concomitantemente o tradicional controle político.

Se a confecção artesanal de cigarros pode ser apontada como o marco de referência da formação desse novo urbano, seu desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970 sustentou-se graças a ampliação do mercado internacional, onde esta mercadoria, em particular, pode ser comercializada. Este processo acaba por desembocar, a nível local, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e **intrinsecamente** das relações de produção, em vias aparentemente opostas. Por um lado, podemos situar as formas de produção ou de trabalho independente, representadas não só pelo trabalho artesanal a domicílio, como

também pelas feiras fixas e itinerantes. Por, outro, constatamos a presença ou a, permanência de um operário fabril que ainda, se desdobra em seu tempo livre em trabalha-, dor agrícola, de forma a complementar a, subsistência da família. O entrelaçamento **urbano/rural** decorre também da luta desses trabalhadores pela sua subsistência.

Assim sendo, a policultura alimentar fundada nas culturas de milho e feijão, ainda presente na região em foco, tem auxiliado a permanência desse contingente de população; contudo, sua reprodução, a longo prazo, está **ameaçada** em virtude de três fatores limitantes básicos. Primeiro: o limite imposto pela própria terra, dada a impossibilidade, para o pequeno **fumicultor/policultor** de aumentar a área produzida e a quantidade comercializada. Em decorrência, ou concomitantemente, ergue-se a muralha dos financiamentos bancários, **impedindo**, tanto o acesso creditício, como um possível estreitamento **comercial** e financeiro com outros centros urbanos, produtores e exportadores de fumo. Acresce, ainda, a fragilidade com que vem ocorrendo as diversas tentativas de cooperativismo, sendo engolidas pelo **grande** capital que atua na região, representado pelos comerciantes e exportadores de fumo. Verificamos com isto, que tanto a, ampliação da produção de fumo em corda para o mercado interno, como a produção de fumo capeiro para exportação, não podem ser apontadas, na forma como se desenvolvem, como **soluções** para a melhoria do nível de vida da classe trabalhadora local,

Apesar das diferenças espaço-temporais entre, a situação descrita por Lenin no final do século XIX, e a região de Arapiraca, em estudo, consideramos, ainda, **pertinente** sua análise a respeito das ligações **entre** capital comercial, capital industrial e pequeno produtor (...) "a incorporação do capital comercial ao industrial agrava enormemente a situação do produtor direto em comparação com a situação do operário assalariado, prolonga a sua jornada de trabalho, reduz os seus ganhos e trava o seu desenvolvimento econômico e cultural" (#37).

3.2.1.3 - O comércio distribuidor

Afirmamos que o crescimento populacional decorreu de dois processos concomitantes: um, mais geral, com determinações mais amplas a nível do Estado em questão, e outro interno a região de Arapiraca. Procuramos examinar **também** as formas de trabalho assumidas, a medida que se incrementa e se **aprofunda** a divisão social do trabalho. Por sua vez, o desenvolvimento da atividade comercial ligada a distribuição de bens de consumo (#38), que, passamos a examinar, tem sua expressão

mais ampla no próprio crescimento da cidade de Arapiraca. É através do comércio distribuidor que a cidade de Arapiraca se afirma regionalmente, assumindo o papel de capital regional do Agreste e Sertão alagoano, transformando-se em um centro intermediário entre as grandes metrópoles ao País e a sua **região** de influência, entre o capital **industrial-financeiro** e seu capital comercial, entre o urbano distante e o rural próximo.

Este desenvolvimento comercial expressa-se pela variação de crescimento da população economicamente ativa ocupada no setor **comércio** de mercadorias, que em Arapiraca ampliou-se no período 1950-1970 de 651%. Paralelamente, o valor da receita no **comércio** atacadista atingiu, na década 1950-60, uma variação relativa de **851%**, enquanto o **setor varejista** de comércio apresenta já na **década** seguinte, expressivo aumento de valor, **conforme** dados das tabelas 9 e 7, respectivamente.

Assim sendo, em 1940, Arapiraca, em relação a outras cidades da área, registrava ainda valores muito baixos em relação ao número de pessoas e de estabelecimentos ligados ao setor comércio, conforme dados da tabela 3. Assim, por exemplo, cidades como Palmeira dos Índios, **Santana** do Ipanema, Pão de Açúcar e Quebrangulo, eram em termos comerciais, maiores que Arapiraca. Em **1975**, esta cidade não só amplia esses **valores**, como passa a situar-se como o maior **centro** comercial da região. Os estabelecimentos atacadistas de Arapiraca registraram não só maior movimento de vendas, como também passaram a requerer maior volume de mão-de-obra. Tanto assim que em 1975, um total de 328 pessoas se encontravam ocupadas em 35 **estabelecimentos**, gerando em média nove pessoas por **estabelecimento**, enquanto Palmeira dos Índios, a segunda maior cidade da área, registrava, para o mesmo ano, uma ocupação de quatro pessoas por estabelecimento.

No caso de Arapiraca, a expansão do comércio atacadista fêz-se paralelamente a instalação de lojas modernas voltadas para o **varejo**. Entre este e aquele tipo de comércio não há, necessariamente, qualquer vínculo, ao contrário, as novas formas assumidas pelo **comércio** distribuidor varejista levam a um redirecionamento das formas de atuação do **comércio** atacadista tradicional. Assim, a guisa de exemplificação, cita-se o caso da firma **Noé Simplicio Cia Ltda**, com sede em Palmeira dos Índios e que em 1964 instala uma filial, hoje mais importante que a matriz, em Arapiraca. Tradicional atacadista de produtos alimentares em geral, abastecia no passado grande parte do comércio varejista de Arapiraca e da região. Atualmente, face a existência de importantes firmas distribuidoras varejistas no setor de produtos alimentares, que não necessitam se

abastecer no tradicional atacadista, este redireciona suas vendas para os pequenos varejistas da região, que não possuem escala para abastecimento, através de viajantes e representantes das fábricas.

A modernização varejista expande-se a partir de duas vias principais mutuamente interrelacionadas. Impõe-se tanto pela novidade e variedade do comércio moderno, como pelas facilidades colocadas a disposição dos comerciantes capitalistas visando a seleção e aquisição de mercadorias. Tanto as formas-supermercados, lojas especializadas, locais ou filiais - como seu conteúdo - o modo de transação comercial implantado - têm objetivos e metas que acabam por aglutinar uma pequena parcela da população, constituída tanto por comerciantes e alguns proprietários rurais, quanto parte da população urbana consumidora, na verdade a minoria da população que dispõe de renda mais elevada e que pode adquirir as mercadorias vendidas pelo comércio moderno.

Por conseguinte, essa primeira via traduz-se quer pela implantação de estabelecimentos comerciais filiais, como os supermercados (*39) Vascore de Aracaju, Capibaribe de Maceió, e Bom Preço de Recife, ou de tecidos, confecções, móveis e eletrodomésticos, quer pelo aparecimento de um comércio especializado controlado pelo capital local, de origem urbana e rural. Sobressaem as firmas concessionárias de veículos (*40), algumas das quais acabando por se tornarem exclusivas no Agreste e Sertão, das marcas de veículos vendidos.

Já a segunda via inaugura-se com as transações entre varejistas e fabricantes, realizadas através de viajantes de escritórios de vendas das fábricas ou de firmas de representação das fábricas. Esta via reafirma as ligações do Agreste e do Sertão com o Centro-Sul do País, trazendo em seu bojo a rede bancária constituída sobretudo pelas agências-filiais dos grandes bancos do Centro-Sul. O papel destes bancos comerciais é o de viabilizar a penetração da grande indústria do Centro-Sul na região em estudo, através da cobrança simples ou do desconto dos títulos relativos as transações comerciais entre os varejistas de Arapiraca e os industriais do Sudeste. Inerente a esta via aparece a venda de mercadorias catalogadas com publicidade feita nos vários meios de divulgação.

Se, por um lado, o comércio tradicional de varejo da cidade é substituído pelas novas formas instaladas, por outro, o comércio de atacado tende a incorporar, em certa medida, as transformações pertinentes ao varejo, tendo em vista a retração a esse tipo de atacado em cidades como Arapiraca. Na medida em que

esta perda de mercado se efetiva, a tendência, por parte do atacadista tradicional, que vende uma enorme gama de produto, é a busca por novos espaços em cidades menos equipadas. Neste centros menores como, Coité do Nória, Campo Grande, Palestina e Girau do Ponciano entre outros, a presença do atacadista tradicional para o abastecimento do comércio de varejo decorre, entre outras razões, do pequeno volume de negócios e da falta de capital de giro e crédito bancário por parte dos pequenos negociantes. Estes-comerciantes, por sua vez, dispõem de um prazo de sessenta a noventa dias para resgate, com juros, de suas dívidas junto ao atacadista. Esta forma tradicional de negociar termina por ampliar a margem de lucro no comércio de atacado, quer pelo estoque, quer pela usura e, conduz ainda a uma elevação no preço final da mercadoria, pois tais vendas são efetuadas em geral por unidade de produto.

Assim sendo, verifica-se que o comércio atacadista de distribuição continua a ter seu campo de ação coexistindo, tanto em Arapiraca, junto com as formas modernas de varejo, como nas cidades menores da região. Em ambos os casos, entretanto, sua importância já não é a mesma, ainda que a capacidade de persistência seja enorme, dada a existência de um setor comercial varejista pobre e não modernizado que, na região como um todo, convive com o moderno, rico e dinâmico comércio varejista.

Tais afirmações resumem, em grande parte, os resultados de informações obtidas diretamente junto aos comerciantes da região, quando da pesquisa de campo. Assim, Arapiraca apresenta-se hoje muito mais como um centro redistribuidor de mercadorias no varejo do que um centro atacadista-cerealista, tipo Santana do Ipanema. Desta forma, constatamos que a área de vendas do comércio atacadista de Arapiraca atinge um total de 32 municípios, ao passo que são mantidas vendas varejistas com um total de 78 municípios situados não só no Agreste, Sertão e parte da Zona da Mata alagoana, como também no Agreste pernambucano, além de alguns municípios localizados em Sergipe, Paraíba e Bahia. A maior intensidade das vendas no varejo liga-se a redistribuição de veículos, atingindo a quase totalidade da área varejista, enquanto os gêneros como tecidos e artigos de cama, mesa, banho, e confecções, além de móveis e eletrodomésticos são vendidos a distâncias menores com maior volume de vendas.

Por seu turno, o comércio atacadista além de atuar numa área de reduzidas dimensões em termos de distância, vem restringindo a quantidade vendida a determinados bens, tais como, armarinho, calçados, bolsas, chapéus, ferragens estivas, madeiras e fórmicas, e

gêneros alimentícios. Tal constrangimento no comércio atacadista de Arapiraca pode ser explicado, de certa forma, pela estrutura tradicional de seu comércio, cuja raiz e evolução quase sempre estiveram voltadas para o comércio de varejo, no que concerne a distribuição de **bens** de consumo não duráveis produzidos em outras regiões do país.

3.2.2 - O processo de rearticulação regional

Procuramos apontar no transcórre deste trabalho que o progresso das técnicas capitalistas de produção que tem por base o desenvolvimento das forças produtivas é, em verdade, o resultado da subordinação direta do trabalho ao capital, ou seja, refere-se ao processo histórico da "subsunção" do trabalhador ao capitalista. Se é assim, a rearticulação que se opera na rede de centros urbanos, nada mais é do que o reflexo dessa subordinação do trabalho ao capital. De forma a desenvolver tais afirmações é importante recuperar dois pontos básicos.

Primeiro, Arapiraca é hoje o principal centro urbano do Agreste e Sertão alagoano, em "substituição" ao que foi no passado Palmeira dos Índios. Segundo, verificamos que nestes centros ou em suas áreas de influência vêm se desenvolvendo atividades não tipicamente subordinadas ao modo capitalista de produção, em regime de certa convivência com as chamadas atividades dominantes na região.

Temos então dois fatos imediatos, cujos mecanismos necessitam ser desvendados, de forma que possamos caracterizar que aquilo que está por trás de uma forma - seja uma rede urbana, seja um tipo de atividade - são relações sociais de produção. E ainda, aquilo que é produzido com base nestas relações são mercadorias apresentadas sob o manto de "bens", como, bois, terras, fumo em corda, caminhões, peixes, etc. São todas formas para serem consumidas por olhos, bocas ou cérebros. Daí termos recorrido a Lefebvre que nos ensina que a transformação da Natureza em espaço produzido, tanto se expressa numa relação de conquista como de produção. Tal forma de desvendar uma relação significa expor o mecanismo de exploração capitalista, entendido pela classe dominante como universal.

Se, por um lado, verificamos que na rearticulação urbana regional que se processa no Agreste e Sertão de Alagoas, são redefinidos centros e portanto segmentos da classe dominante que passam a convergir seus interesses para Arapiraca, por outro lado, não é redefinida a relação clássica fundamental de subordinar o trabalho as relações capitalistas de exploração. Houve uma redefinição dos ele-

mentos que compunham a classe dominante na área em questão, com base numa divisão do poder em termos estruturais **locais**, aliados às mudanças em escala nacional. Só que tal divisão resultou no aprofundamento de estruturas já existentes e, em muitos casos, na centralização do poder econômico e político. A subordinação permanece e se aprofunda **não** obstante a entrada do capital estrangeiro na região de Arapiraca e o surgimento de novos comerciantes de nível médio nos principais centros urbanos.

Os principais centros passam a ser o ponto de convergência das decisões políticas e econômicas, aos quais se subordinam os centros intermediários com alguma especialização, além de centros menores que desempenham a função de reservar mão-de-obra para as principais atividades da região em pauta. Estas relações de dependência "estabelecidas" numa rede urbana refletem a forma como se desenvolvem na prática as relações de subordinação.

Mo caso da área em questão, mesmo que chamemos a atenção para a importância do contingente populacional ocupado nas atividades não tipicamente subordinadas ao capital, é preciso ter em mente dois limites que **julgamos** importantes. Um limite inicial situa-se na própria **caracterização** da atividade, ou seja, saber se a atividade está ou não subordinada formalmente ao capital. A questão **central**, neste caso, residiria num sentido restrito, em sabermos como vem se processando e extração do excedente. No caso da feira, da produção rapadureira, da pequena **agricultura** mercantil e na produção do fumo em corda grosso, enteridemos que tal excedente pode estar sendo aparentemente extraído no processo de circulação. É difícil precisar, porque, por um lado, necessitaríamos estudar **particularmente** estas atividades e, por outro, porque esta extração do excedente **ocorre**, em alguns casos, associada a própria extração da renda da terra, por parte do proprietário territorial.

O segundo limite situa-se na própria valorização do capital em cada uma destas atividades. Isto porque, tanto em relação aos capitais aplicados nestas formas mercantis "independentes", como sob o aspecto da acumulação global, a valorização do capital empregado nestas formas não tipicamente subordinadas ao capital, é irrelevante, quando comparada aos investimentos nas atividades organizadas em moldes capitalistas. Acresce ainda que, tanto a área de mercado ou a extensão do mercado, como a quantidade de pessoas ou população economicamente ativa, que pode ou não se **engajar** nestas atividades mercantis independentes acabam por ser "**determinados**" pelos setores capitalistas da região. Tanto **assim** que a liberação da força

de trabalho tem ocorrido sempre em função de mudanças introduzidas nas atividades organizadas em moldes capitalistas.

A disponibilidade dessa força de trabalho se evidencia em pequenos centros urbanos como Palestina, Jaramataia e mesmo São Sebastião, que funcionam como verdadeiros reservatórios de mão-de-obra para as diferentes atividades, quer no campo, quer na cidade. Exemplo típico é a cidade de Palestina, onde ruas inteiras e as respectivas moradias - que já são pequenas para as famílias que lá habitam - são transformadas em **celeiros** de feijão, a ser **comercializado** pelos atacadistas das cidades maiores ou nas feiras da região. Trata-se da população de uma cidade inteira, como tantas outras, sem ocupação fixa, que ora capina, ora colhe, ora mercadeia, enquanto o capim se alastra e o gado pasta. Por seu turno, em Jaramataia, a população do município além de se engajar nesta, atividades temporárias, passou a desenvolver um novo tipo de atividade na sede do município. Ocorre que no centro da cidade foi construído um açude e os moradores se transformaram da noite para o dia em pescadores em pleno Agreste. As técnicas pesqueiras são rudimentares - canoas, arrastão e pequenas armadilhas - e as vendas se realizam nas feiras da região. A população pescadora mais jovem não quer se envolver, ou procura se manter a margem das atividades no campo, preferindo viver dos parques rendimentos da pesca. Não se trata, como pode parecer num primeiro momento, de uma população **auto-marginalizada**, ao contrário, essa mão-de-obra foi obrigada a recorrer a outro tipo de atividade em virtude da expansão havida na pecuária de corte nos municípios próximos e da exploração vigente na atividade agrícola.

Consideramos, por um lado, importante constatar a presença desse exercito de reserva, e, por outro lado, compreender que a sua amplitude e localização vem se processando em virtude da capacidade dos capitais regionais - entendido como os segmentos, fumageiro exportador, pecuarista leiteiro e comércio moderno especializado - em mobilizar novos espaços econômicos e territoriais quando lhes interessar destruir ou redefinir as atividades denominadas independentes. Por sua vez, o **nível** de barganha dessa força de trabalho a disposição do capital, se torna cada vez mais tênue a medida que, aqueles segmentos dominantes regionais, se une o poder político, tradicionalmente em mãos de determinadas famílias em **Alagoas**.

Assim é o espaço criado pelo capital na **região** do Agreste e Sertão de **Alagoas**. Há neste espaço assim erigido uma diacronia, uma diversidade de tempos, que nos conduzem a identificar relações sociais "**pré-capitalistas**" quer no campo, quer na cidade, convivendo

com uma sincronia, uma contemporaneidade de tempos, que se realiza através da técnica e das relações capitalistas em áreas próximas a Arapiraca e Palmeira dos Índios, principalmente.

A rede de centros urbanos que é identificada num **espaço** estruturado **através** da diacronia dos diversos tempos não é um simples fato espacial, nem mera espacialização de funções; mas sim o resultado de processos dialéticos que se desenvolveram historicamente no interior da sociedade alagoana, e num nível mais geral, no conjunto da sociedade brasileira.

Num passado recente, era possível identificar na região do Agreste e Sertão alagoano, os segmentos de classe que desenvolveram suas atividades nos setores ligados ao **beneficiamento** do algodão e a pecuária bovina de corte, como também era possível associar o crescimento da **área** a uma única cidade, Palmeira dos Índios, enquanto as decisões **políticas** e econômicas ficavam a cargo de Maceió. No presente, se por um lado é possível identificar as principais atividades e associá-las a determinados grupos e espaços; por outro, não são facilmente identificáveis as personas desses capitais, na medida em que passa a haver uma mistura e ampliação de investimentos, paralelamente a uma centralização do poder econômico entre um número cada vez menor de capitalistas.

Assim sendo, a centralização de funções que passa a ser **exercida** por Arapiraca é o resultado da evolução das formas de organização territorial da produção e da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classe não só no Agreste e Sertão alagoano, mas, no conjunto do Estado em questão..

A rearticulação urbana se opera com base numa estrutura espacial subordinada e dependente **a partir** das atividades modernas que se instalam em Arapiraca e Maceió. Tanto assim, que centros que mantinham certa "autonomia" e diversidade de atividades, quando Palmeira dos Índios era o principal centro da região, hoje, além de terem se desvinculado economicamente deste centro, tendem a apresentar certa especialização em suas atividades. É o que vem ocorrendo com **Santana** do Ipanema, importante centro na comercialização de feijão; **Batalha**, voltado para a pecuária leiteira e Olho d' Água das Flores que tende a expandir o setor de laticínios.

Paralelamente a centralização que se observa a partir de Arapiraca, é importante ressaltar a vinculação por parte de alguns centros do Sertão **alagoano** a região de Recife através de Águas Belas e Garanhuns, centros localizados no Agreste pernambucano. Na verdade, **Arapiraca** não conseguiu ainda **rearticular** sob seu comando todos os centros do Sertão alagoano.

no. Tradicionalmente, tanto Mata Grande, como Piranhas e Delmiro Gouveia mantiveram maiores relacionamentos seja com o mercado extra-regional **através** da via **representada** pelo rio São Francisco, na época da exportação do algodão, seja com Palmeira dos Índios visando tanto ao comércio de gado quanto ao beneficiamento de algodão. Ocorre que atualmente a região do Sertão **alagoano** volta-se principalmente para a atividade da pecuária **de** corte e os grupos ligados a esta atividade já se encontram estabelecidos política e economicamente em Maceió, não necessitando da intermediação dos segmentos dominantes em Arapiraca. para viabilizar seus negócios.

De **forma** conclusiva, entendemos que a rearticulação urbana no Agreste e Sertão **alagoano**, mormente quando Arapiraca assume o comando das atividades econômicas regionais, é o resultado de uma base estrutural comum que historicamente permeia e reitera, sem se repetir, as diversas atividades da área em questão. Portanto, o desenvolvimento dessa rede capitalista de acumulação, na forma como se apresenta, centrada em Arapiraca e tendo Palmeira dos Índios e **Santana** do Ipanema como os dois principais centros sub-regionais, tem por base a articulação de três elementos estruturais dominantes, representados pelos proprietários rurais, pelos "novos" comerciantes e pelo político. Este terceiro elemento, o representante político, surge da associação com os dois primeiros e, em geral, é o **viabilizador** ou **avalista** dos negócios da família **e/ou** grupos que representa. Quanto aos proprietários rurais, nos referimos eminentemente ao segmento da classe dominante representado principalmente pela atividade **pecuarista** leiteira que na área em questão entendemos ser predominante em comparação a pecuária de corte, tradicional. Já o segmento que denominamos de "novos" comerciantes, que muitas vezes se articula com o anterior, trás em seu bojo uma gama variada de atividades que dizem respeito principalmente as redes de estabelecimentos comerciais modernos ligados as **concessionárias** de veículos, as redes de supermercados e as lojas especializada~.

Há, ainda, um quarto elemento que poderia ter sido incluído entre os novos comerciantes devido à forma como se desenvolve a **comercialização** de fumo. Entretanto, preferimos tratá-lo a parte em virtude tanto do restrito espaço territorial de produção, como da sua importância em termos econômicos: Referimo-nos as multinacionais do fumo que atuam na região de Arapiraca. **Mesmo** correndo sério risco em termos analíticos, entendemos que a presença dessas empresas não tenha contribuído decisivamente para as mudanças na rearticulação urbana regional. Em

certa **medida** estas multinacionais **fumageiras** já encontraram um caminho propício, **viabilizado** pelas benesses dos três primeiros elementos para se instalarem na região de **Arapiraca**. Em **contrapartida** consideramos que ao **nível** da extração da mais valia absoluta, com o prolongamento da jornada de trabalho, e num nível geral de exploração da força de trabalho, tais empresas terminem por rivalizar com os três primeiros **elementos**.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram abordados no transcorrer deste trabalho alguns aspectos que dizem respeito à **forma** como vem se processando a expansão **capitalista** numa área da Região Nordeste. Entendemos que parte dessas características **não** sejam imanentes à região do Agreste e Sertão alagoano, na medida em que se reportam ao desenvolvimento do processo de acumulação capitalista em **escala** nacional. De forma a associarmos este conjunto, enquanto totalidade em processo, ao conjunto da área em questão, **fizemos** algumas escolhas face a realidade objetiva, traduzidas quanto ao **metodo** de análise, aos determinantes conceituais, às raízes do processo histórico de desenvolvimento, **às** estruturas espaciais assumidas ao longo do tempo - as forças de permanência e os **condicionantes** da dinâmica a nível regional - à dinâmica da rearticulação dos centros urbanos e também, quanto as relações de subordinação **que** marcaram cada uma das etapas e cada conjunto de atividades econômicas neste espaço-tempo sob análise.

Mo estudo do processo de rearticulação regional vimos que a questão da "subordinação formal e real" caminha pari passu ao crescimento progressivo da divisão do trabalho, ao processo de formação do mercado interno e à **paulatina** proletarização do trabalhador. Procuramos resumir também, na medida de sua importância, o papel desempenhado pelos setores capitalistas regionais, em **virtude** da ênfase dada, com muitas limitações, ao processo de acumulação e as decisões de investir, em detrimento da questão do mercado de consumo.

Foi com base nessa delimitação do real, seja em termos teóricos, seja em relação a escolha de uma área do espaço nacional, que demos ênfase no transcorrer do trabalho ao desenvolvimento das forças produtivas face à relação de subordinação **trabalho/capital**, em sentido amplo. Como não era nosso propósito inicial a superação da amplitude de determinações que tal conceito envolve, restringimo-nos a estudá-lo quanto a dois aspectos, referentes a organização territorial da produção e ao papel do espaço urbano no conjunto do Agreste e Sertão **alagoano** no que

diz respeito' às relações assumidas pelas formas não tipicamente capitalistas subordinadas ao capital em relação a subordinação real. Tais limites decorrem tanto em função do material disponível para análise, como no que diz respeito ao conteúdo de cada um dos dois aspectos na área em questão.

Inicialmente procuramos mostrar como a organização do espaço traduz-se numa contradição no sistema capitalista e numa primeira barreira a própria evolução do capital, tendo em vista a relação que se estabelece entre a socialização das forças produtivas e os detentores dos meios de produção. Tanto assim que, o desenvolvimento algodoeiro, de fins do século XIX até cerca de 1930, como o aperfeiçoamento técnico ligado a atividade pecuária em Batalha e Major Isidoro, e a expansão fumageira, na área próxima de Arapiraca, se apresentam, de acordo com suas estruturas econômicas, como as principais formas de organização do espaço em questão ao longo do tempo, mas, também como limitadoras da expansão tecnológica na região, em virtude das formas retrógradas de desenvolvimento das relações de produção, tendo em vista as forças tradicionais de apropriação fundiária, como também o desgastado esquema de comercialização.

Se este espaço assim organizado tem limitações estruturais, ditas tradicionais, as cidades localizadas na área em questão, enquanto representantes da expansão urbano-industrial, serão concentradoras e difusoras das contradições inerentes ao espaço próximo, em particular, e decorrentes do espaço mais amplo, enquanto intermediária das decisões econômico-políticas regionais. É esse urbano que simultaneamente acoberta o emprego na feira e o da loja instalada; o trabalho familiar domiciliar e o trabalho na destalação de fumo; a produção do fumo em corda e a exportação do capeiro, etc. Foi ainda nesse urbano que as formas de cooperativismo fumageiro e cerealista não lograram êxito, como logra permanecer nostálgicamente o comércio rapadureiro em Mata Grande. Quer dizer, se a organização do espaço, conforme apontamos anteriormente, traduz-se, na forma como se organiza, numa barreira ao próprio desenvolvimento capitalista, então, os centros urbanos erigidos num espaço tão contraditoriamente organizado

NOTAS

1 - Esta pesquisa de campo contou com a participação dos geógrafos Roberto Lobato A. Corrêa, Lourdes Manhães de M. Strauch e Nilo David Celho Mello.

2 - Cf. M. L. de Melo (1980), p. 257.

3 - Cf. M. Santos (1978), p. 207.

terminam por traduzir o segundo aspecto limitante e viabilizador da expansão capitalista. Se o urbano é o reflexo e difusor desse desenvolvimento, é também o locus propício para o entendimento das relações de subordinação entre trabalho e capital e portanto, o mais cabal exemplo da dialética capitalista.

A história do espaço é plena de testemunhos, de lutas engasgadas, de embates abortados. Desarmar as tramas urdidas pelo desenvolvimento capitalista é revelar a luta de classes e as relações de produção. Não criamos realidade alguma no desenrolar deste trabalho, pois nenhum pensamento por mais fantasioso que seja é capaz de operar tal milagre. Começamos por levantar alguns pressupostos e cuidadosamente procuramos tirar-lhes as capas, os invólucros, as formas. Nos determinantes conceituais nos atrelamos aos fatos teóricos, estudados e erigidos historicamente, e paulatinamente prescindimos deles; atrelamo-nos à realidade, que se apresenta mais fértil que nossos próprios conceitos. Em verdade trabalhamos sob utopias, não há conceito, não há totalidade ou singularidade, por mais ampla e restrita ao mesmo tempo, que seja mais verossímil, nos limites desse trabalho, que a realidade traduzida pela História, enquanto tempo urdido socialmente e, pela Geografia, enquanto espaço em processo. Qualquer ortodoxia, qualquer sectarismo nestas conclusões, seria ainda mais utópico, tendo diante dos olhos tanto a atual nostalgia rapadureira e os testemunhos de embates inacabados de Palmeira dos Índios, como também as "emergências" de Batalha e Arapiraca, os sucedâneos se fazendo bens na feira regional, as destaladeiras que não cantam e o fumo capeiro sendo ostensivamente exportado. Tratam-se de "continuidades e descontinuidades", como diria Marx referindo-se ao trabalho excedente e ao processo de mais-valia, que só não são tragédias por estarem tradicional, dialética e historicamente determinadas no âmago de nossa sociedade. Desatar esses nós, desarmar tais estruturas, desvendar-lhes os mistérios é tarefa de todos nós, enquanto pesquisadores, enquanto população trabalhadora, com vistas a construirmos uma sociedade mais justa e menos desigual com base numa real socialização dos meios de produção.

4 - Cf. M. C. de Andrade (1979), p. 50.

5 - Cf. Apratto Tenório (1979). p. 41.

6 - Cf. R. L. Correa (1969), p. 37.

7 - Cf. Moacir M. de Sant'Ana (1970), p. 62.

8 - Ibid., p. 61.

9 - A política de preços adotada era viável dada a escala de produção da empresa. A adoção eventual de "dumping", em particular,

era viabilizada pela transferência de prejuízo, no mercado de algodão a outras de produção da SANBRA.

10 - Cf. Wilson Cano (1978), p. 18.

11 - Ibid., p. 61.

12 - A proposta apresentada pelo PROTERRA era mais um pacote de medidas que se juntava as outras que a antecederam desde o Estatuto da Terra, a criação de órgãos e siglas para efetivar planos de reforma agrária, o IBRA, o INDA, o GERA reunidos depois no INCRA, sem que nenhuma dessas intenções viesse em nenhum momento afetar a estrutura da propriedade latifundiária. Não seria o PROTERRA um instrumento mais eficaz neste sentido, porém, só o fato de propor, ainda que de forma indefinida e abstrata, a desapropriação de terras, já era o suficiente para de novo levantar os ânimos da classe latifundiária". Cf. Tereza Sales (1982), pp. 44s.

13 - Para uma interpretação pormenorizada dos aspectos referentes a política financeira regional, ver Raimundo Moreira (1979), pp: 88-98.

14 - Esses planos integrados de desenvolvimento compreendem, "de um lado, a projetos básicos visando a produção agropecuária, de caráter renovador, a serem implementados pela iniciativa privada, e de outro, à realização simultânea nos seguintes campos: estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, pesquisa e experimentação, extensão rural e crédito rural orientado. Devido a esse caráter integrado dos projetos, é exigida a participação de vários órgãos na sua execução: de extensão rural, de saúde, de educação, de eletrificação rural, de transportes, etc". Cf. Tereza Sales, op. cit., p. 49.

15 - Cf. M. Santos (1979b). "A totalidade do diabo ...", p.155.

16 - Cf. Zezito Guedes (1978), p. 11.

17 - Chã é o resultado do aplainamento do cristalino em regiões semi-áridas, dando margem ao aparecimento de um relevo tabuliforme, conhecido localmente como "tabuleiros". A presença de uma estação chuvosa de abril a meados de agosto favorece a fumicultura.

18 - Cf. Zezito Guedes, op. cit., p. 13.

19 - Cf. José S.L. Lopes et alii. Em particular o capítulo introdutório onde se acham reunidas as diferentes formas de dependência ao capital, compiladas nos diversos estudos, denominadas de: formas mercantis simples, formas não capitalistas, formas de trabalho independente, formas de trabalho por conta própria, etc., pp. 9-40.

20 - Ibid., p. 27.

21 - A cooperativa tem sede em Major Isidoro,

tendo sido fundada entre 1959 e 1964, com a denominação de Cooperativa Agropecuária da Bacia Leiteira do Sertão Alagoano Ltda. Em 1972 adotou o nome atual, CAMIL, e com a incorporação da CILA, há interesse em transferir a Sede para Batalha. A CAMIL a filiada a ORCEAL - Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas, em Maceió, e a COCAME - Cooperativa Central Agrícola do Nordeste Ltda., em Recife.

22 - As firmas NESTLE e VIGOR tentaram comprar as instalações da CILA, mas, os fazendeiros da região, através da CAMIL impediram que a transação se efetivasse, obtendo o direito de explorar suas instalações.

23 - O atual proprietário de uma das principais lojas de móveis e eletrodomésticos da cidade é natural de Pernambuco, e chegou a Santana de Ipanema em 1959. Até 1967 possuía um pequeno artesanato, dedicado ao fabrico de corda de agave. Em 1968 instalou um restaurante e, em 1975, a loja atual.

24 - De acordo com informações obtidas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira dos Índios, fundado em 1953, enquanto trinta trabalhadores se inscrevem por mês nesta entidade, quarenta abandonam o Sindicato com destino a São Paulo.

25 - Imposto pelo chão, diz respeito ao imposto cobrado, por feira, pela Prefeitura aos feirantes com barraca. Já a multa pela banca, é a multa cobrada pelos fiscais àqueles feirantes que por não dispor de barraca, arrumam suas sacas de cereais e/ou produtos diversos, no chão. Tal multa, entretanto, nem sempre é contabilizada pela prefeitura e sim pelo "bolso" dos fiscais.

26 - A região de Arapiraca, voltada para o comércio e beneficiamento de algodão e fumo corresponde, principalmente, aos municípios de Anadia, Taquarana, Limoeiro de, Anadia, Coité do Nória, Lagoa da Canoa, São Sebastião, Feira Grande, Junqueiro, Campo Grande e Girau do Ponciano.

27 - A relação entre acumulação e centralização entendemos conforme expressa por Marx em O Capital - (...) "é evidente que a acumulação, o aumento progressivo do capital pela reprodução, que passa da forma circular para a de espiral, é processo bastante lento, comparado com a centralização que precisa apenas alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social (grifo nosso). O mundo estaria sem estradas de ferro se tivesse de esperar que a acumulação capacitasse alguns capitais isoladas para a construção de uma ferrovia. A centralização, entretanto; por meio da organização de sociedades anônimas, cria num instante as condições para, uma tarefa dessa ordem (...).

Ao falar hoje em dia do progresso da acumulação social, devemos considerar nela implícitos os efeitos da centralização". Cf. K. Marx, capítulo 23 - A Lei Geral da Acumulação Capitalista, p. 729.

28 - A "desolha", ou retirada do "olho" que nasce entre as folhas, refere-se a um dos mais importantes tratos culturais da lavoura fumageira, pois sua presença na folha significa desvalorização do produto final. Acresce tratar-se de uma ocupação que necessita de cuidados especiais, para não afetar o restante do vegetal, além de representar, para o assalariado, maior desgaste físico. Tanto que a mão-de-obra, principalmente feminina, tende a "desaparecer" dos campos de fumo nesta etapa, preferindo ocupar-se de tarefas afins nos centros urbanos da região. Pois, quando da pesquisa de campo, em 1979, verificamos que na fase da semente a mão-de-obra recebera Cr 30,00 por dia, enquanto na "desolha", dois meses após, aquele valor se situava em torno de Cr 150,00. Por outro lado, os proprietários alegavam escassez de mão-de-obra, pois mesmo com diárias mais elevadas, "as mulheres só se empregavam durante dois dias na semana".

Situação semelhante ocorre na fase da retirada dos "talos" das folhas, o "destalamento", nos armazéns de fumo, principalmente em Arapiraca. Esta atividade é necessária por tratar-se, o talo, da parte da folha que retém maior umidade após a secagem. Daí que, a qualidade do produto, ou melhor, o preço de exportação varia de acordo com a umidade. Trata-se de trabalho executado por mulheres e crianças, que recebiam em 1979, Cr 2,00 por Kg de fumo destalado.

29 - As folhas mais valorizadas são as que se destinam a exportação. Em 1979, a variação de preços por Kg de produto era a seguinte:

TIPO DE FOLHA	INTERMEDIACÃO	
	SAPATA	BAIXEIRO
Do armazém ao intermediário	Cr\$ 6,00	Cr\$ 11,00
Do intermediário ao produtor rural	Cr\$ 4,00	Cr\$ 8,00

Já, quando da exportação, o preço médio girava em torno de Cr 21,00/Kg.

30 - São médios e grandes intermediários, e mesmo algumas de fumo desfiado que financiam esse adubo a preços e juros extorsivos. Em geral, o produtor pede empréstimo nos meses de março, abril, maio, junho e julho e paga todo o valor emprestado com base no mês de março, com juros de 5 e 10% ao mês. No final, a dívida a ser resgatada alcança uma cifra onde 70% corresponde aos juros.

31 - A alimentação restringe-se, de quando em vez, a um copo de leite diário, coisa inviável num ambiente escuro e com forte odor de nicotina no ar, onde crianças trabalham e "brincam" entre os acúmulos de fumo pelos cantos dos armazéns.

32 - Ver a este respeito a pesquisa de Silvette Barbosa sobre a Mobilidade da Força de Trabalho em Arapiraca, da qual transcrevemos o Quadro I, p. 63.

FIRMAS DE BENEFICIAMENTO DE FUMO EM FOLHA

NOME DAS FIRMAS	ORIGEM DO CAPITAL	
	NACIONAL	ESTRANGEIRO
1. Tabacarama Tabacos do Brasil	-	100% (holandês)
2. Carvalho e Falcão Ltda	100%	-
3. Altino da Fonseca	Baiano	Americano
4. Iphaco Exportadora Ltda	3%	97% (holandês)
5. Cacique S/A Ind. e Exp. de Fumos	40%	60% (francês)
6. Americano Portugal S/A Com. e Ind.	100%	-
7. Lopes Fumageira Exportadora e Importadora de Arapiraca Ltda	100%	-

Fonte: Pesquisa de Campo, setembro de 1980.

33 - A August Blase alemã importa preferencialmente o fumo capeiro, da folha baxeiro, para encapar charutos. Esta multinacional comprou a Suerdieck, com subsidiária em Salvador e fábrica de charutos em Cruz das Almas. Portanto, esta firma opera tanto através de sua subsidiária em Salvador, como através da importação direta de Arapiraca, via Maceió.

Na verdade, há um acordo entre Eloisio Lopes, o maior produtor e comerciante local de fumo, a Agust Blase e a subsidiária de Salvador, no sentido do suprimento do capeiro, em caso de menor oferta desse tipo de fumo por parte dos produtores baianos.

34 - Segundo informações obtidas na pesquisa de campo, grande parcela de importação levada a efeito pelo monopólio estatal francês de tabaco, a S.E.I.T.A., seria reexportada para a Espanha a um preço inferior aquele pago pelos espanhóis no Brasil.

35 - A fermentação natural é realizada na maioria dos países produtores, a exceção da Argentina e França, que utilizam a fermentação artificial. O processo natural, entretanto, se estende por aproximadamente quarenta e cinco dias, permitindo a circulação do ar e evitando a combustão. Após quinze dias a "viração" ocorre a cada cinco dias.

36 - Preço de exportação do fumo em 1979: - fumo comum para cigarro e cigarrilha - Cr 23,00/Kg, FOB; - fumo capeiro - Cr 100,00/Kg, FOB.

37 - Cf. **Lenin**, p. 281.

38 - A atividade comercial a que nos referimos está centrada em ramos do comércio eminentemente varejista, embora algumas empresas sejam também atacadistas. Principais agrupamentos realizados, com base nas informações da pesquisa de campo:

- Tecidos, cama, mesa, banho e confecções.
- Móveis e eletrodomésticos.
- Louças, **alumínios** e plásticos.
- Armarinho, calçados, bolsas e chapéus.
- Veículos.
- Ferragens, estivas, madeiras e fórmicas.
- Gêneros alimentícios.
- Produtos **agrópecuários**.

39 - Supermercados Vascore - Vasconcelos, Comercio e Representações, com matriz **em** Arcaju, tem filiais em Salvador e em **Aracaju** (duas filiais). A filial de Arapiraca é a única existente no Estado, tendo sido instalada em **1969**.

- Supermercados Capibaribe - Gracindo **Vieira** e Filhos Ltda, com matriz em Maceió, filiais nesta cidade e Rio Largo, em **Alagoas**. As duas filiais de Arapiraca foram instaladas em 1976 e 1977.

- Supermercados Bom Preço - corr'esponde a maior cadeia de supermercados do Nordeste,

com matriz em Recife. Esta empresa **adquiriu** os supermercados da cadeia, C.E.I.A. **em Alagoas**, instalando, em 1975, o primeiro **supermercado** desta rede em Arapiraca.

40 - A Mandacaru **Veículos** Ltda (**FORD**) e a Automóveis de Arapiraca S.A. - **Autoasa (GM)** são exemplos de comércio especializado controlado pelo capital de origem-local. No primeiro caso a firma foi fundada em **1977** por quatro sócios, todos proprietários rurais em Limoeiro de Anadia, Arapiraca e Campo Grande: Tais propriedades são anteriores à atual sociedade e estão voltadas para os cultivos de fumo e algodão, e para criatório bovino; além disto há interesses no **comércio** de tecidos. O segundo caso refere-se a uma sociedade anônima, fundada em 1975, cujo maior acionista é **Mair Amaral**, um dos maiores **pecuaristas** de **Alagoas**, que desenvolve tal atividade na região desde 1934. Possui seis propriedades situadas nos municípios de Major Isidoro, Batalha, Cacimbinhas, Jaramataia e **Monteirópolis**. São propriedades, com elevada tecnologia e infraestrutura, que perfazem cerca de 20.000 ha, cujo rebanho leiteiro produz em média 9.000 litros diários de leite. Tal acionista é proprietário também da Caeté Veículos (GM) em São Miguel dos Campos, fundada em 1978; além disto foi prefeito de Batalha no período de 1960 a 1964.

REFERÊNCIAS

- 1 - ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. 252 p.
- 2 - ----- . O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. 2. ed. Recife, SUDENE, 1979. 144 p.
- 3 - BARBOSA, Silvestre. Cultura fumageira e mobilidade da força de trabalho em Arapiraca - Alagoas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982. 180 p.
- 4 - BUCH-HANSON, Mogens; NIELSON, Bue. Marxist geography and the concept of territorial structure. Antipode, Worcester, 9 (2):1-11, 1977.
- 5 - CANO, Wilson. Questão regional e concentração industrial no Brasil - 1930/1970. Campinas, 1978. 65 p.
- 6 - ----- . Raízes de concentração industrial em São Paulo. 2. ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981. 320 p.
- 7 - CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em sociologia urbana 2. ed. São Paulo, Livraria Martins Pontes, 1979. 301 p.
- 8 - CORAGGIO, José L. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas de organização do espaço e suas tendências na América Latina. Planejamento, Salvador 7 (1):5-32, jan. /mar. 1979.
- 9 - CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas; a importância dos meios de transportes na sua evolução. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), São Paulo, 15: 27-46, 1969.
- 10 - -----; DUARTE, Aluizio Capdeville. Aspectos da urbanização do Nordeste. Fortaleza, BNB/ETENE/IBGE, 1977. 86 p.
- 11 - COSTA, Wanderley Messias da. O espaço como uma categoria de análise. In: CONFERÊNCIA REGIONAL LATINOAMERICANA, Comissão Nacional do Brasil, U.G.I, Rio de Janeiro, 1982. 17 p.
- 12 - DEMATTEIS, Giuseppe. La rete urbana (1945-75), rassegna degli studi. Storia Urbana, Torino (1):15-32, 1977.
- 13 - DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização; considerações metodológicas. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, 10(20):5-32, 1980.
- 14 - FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro; um resumo das características e tendências recentes. Estudos CEBRAP, São Paulo (18):91-115, 1976.
- 15 - GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 144 p.
- 16 - GUEDES, Zezito. Cantigas das destaladeiras de fumo de Arapiraca. Arapiraca, ed. do Autor, 1978. 174 p.
- 17 - HARVEY, David. La geografía de la acumulación capitalista; una reconstrucción de la teoría marxista. Geografía Anglosajona, Barcelona, p. 109 - 142, 1978
- 18 - ----- . Urbanismo y desigualdad social. Madrid, Siglo Veinteuno, 1977. 242 p.
- 19 - IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 316 p.
- 20 - KAISER, Bernard. El espacio rural y el nuevo sistema de relaciones ciudad-campo. Revista Geográfica, Barcelona, 6(2):209-17, 1972.
- 21 - KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2. ed. , Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230 p.
- 22 - LÉFEBVRE, Henri. Para compreender o pensamento de Karl Marx. 2. ed., Lisboa, Edições 70, 1966. 390 p.
- 23 - ----- . Espacio y politica. In: El derecho a la ciudad II. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1976. 157 p.
- 24 - LENIN, V. I. O des'envolvimento do capitalismo na Rússia; o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 402 p.
- 25 - LIPIETZ, Alain. El capital y su espacio. Mexico, Siglo Veinteuno, 1979. 210 p.
- 26 - LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981. 340 p.
- 27 - Mudança social no Nordeste; a reprodução da subordinação José S. Leite Lopes et alli. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 230 p. (Estudos sobre trabalhadores urbanos.)
- 28 - MARX, Karl. Crítica da economia política. In: ----- O capital Livro primeiro, volumes I e II. São Paulo, Civilização Brasileira, s.d.. 924 p.
- 29 - MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio; contribuição a revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Tese Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, 1975. 201 p.
- 30 - MELO, Mario Lacerda. O agreste alagoano. In: Os agrestes; Estudos dos espaços modesto do sistema grado - policultura de uso recursos. Recife, SUDENE. 1980. p. 257-321.
- 31 - MINGIONE, Enzo. Social conflict and city. Oxford, Basil -Blackwell, 1981. 207 p.
- 32 - MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro; uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 170 p.
- 33 - MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. Encontros Com A

Civilização Brasileira, São Paulo, (16) 143-70, out 1979.

34 - NAPOLEONI, Cláudio. Lições Sobre o capítulo VI (inédito) de Marx. São Paulo, Ciências Humanas, 1981. 175 p.

35 - OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma **re(ti)gião**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 132 p.

36 - QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 155 p.

37 - REICHSTUL, Henri-Philippe; GOLDENSTEIN, Lídia. Sessenta anos de economia. Jornal Gazeta Mercantil, São Paulo, 29 de abril, 1980. p.36-45.

38 - ROCHA, Tadeu. Delmiro Gouveia; o pioneiro de Paulo Afonso. 3. ed. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970. 215 p.

39 - SÁ JR., Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. 3. ed. SELEÇÕES CEBRAP; questionando a economia brasileira, São Paulo (1): 79-134, 1977.

40 - SALES, Teresa. Agreste, agrestes; transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro, CEBRAP/Paz e Terra, 1982. 200 p.

41 - SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. **Contribuição** à história do açúcar em Alagoas. Recife, Instituto do Açúcar e do Alcool/Museu do Açúcar, 1970. 517 p.

42 - SANTOS, Milton. Por uma geografia nova; da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo, Hucitec, 1978. 236 p.

43 - _____. O espaço dividido; os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979a. 348 p.

44 - _____. Economia espacial; críticas e alternativas. São Paulo, Hucitec, 1979b. 168 p.

45 - _____. Espaço e sociedade (ensaio). Rio de Janeiro, Vozes, 1979c. 156 p.

46 - _____. Espaço e seus elementos; documentos metodológico n.3 - P.U.R., Rio de Janeiro, material para discussão do Curso de Organização Territorial do P.U.R., 1980. 20 p.

47 - _____. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. Rio de Janeiro, 1982. 15 p.

48.- Silva, José Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 1980. 402 p.

49 - SINGER, Paul. Evolução da economia brasileira; 1955-1975. Estudos CEBRAP, São Paulo, 17: 61-83, jul/set 1976.

50 - SOJA, Edward W. The socio-spatial dia-

lectic. Annals of the Association of American Geographers, Washington, 70(2): 207-25, june - 1980.

51 - TENORIO, Douglas Apratto. Capitalismo e ferrovias no Brasil; as ferrovias em Alagoas. Maceió, Edufal, 1979. 274 p.

52 - TOPALOV, Christian. Las Contradicciones de la urbanización capitalista In: La urbanización capitalista, algunos elementos para su análisis. Mexico, Edicol, 1978. p. 15-35 (Colección D'Seno; Rupturas y Alternativas).

CADERNOS DE GEOCIÊNCIAS
D ■ VULGA O SEU TRABALHO

Projeto Editorial/IBGE/DGC/NDI
Avenida Brasil, 15 671, bloco 111-i3
21 241 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone (021) 391-1420 ramal 223

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

Os originais entregues para publicação devem obedecer as seguintes normas:

1 - Texto datilografado em papel branco formato A4 (21cm x 29,7cm), em um só lado, em espaço duplo, com margem de 30cm, sem rasuras ou emendas que dificultem sua leitura e compreensão.

2 - As laudas deverão ser numeradas seguidamente.

3 - A primeira página do original deve conter: título, nome completo do autor, qualificação profissional, órgão a que está vinculado, endereço para correspondência, colaboradores, agradecimentos.

4 - O artigo deve ser acompanhado de um Resumo informativo, de no máximo 200 palavras, de modo a expressar seus pontos relevantes, datilografado em espaço duplo e em folha separada, em português e inglês.

5 - Notas explicativas devem ser numeradas numa sequência única, listada após o final do texto, antes das referências bibliográficas.

6 - Fórmulas matemáticas devem ser apresentadas com clareza, para evitar problemas de interpretação e desenhadas a nanquim, em papel vegetal ou plástico, à parte, numeradas ou indicadas no texto por ordem de entrada.

7 - Tabelas devem ser apresentadas em fo-

lhas separadas, com títulos que permitam perfeita identificação e desenhadas a nanquim, em papel vegetal ou plástico, à parte, numeradas ou indicadas no texto por ordem de entrada.

8 - Fotografias devem ser nítidas, em preto e branco, contrastadas, de tamanho 6x9cm.

9 - Figuras devem ser desenhadas a nanquim, em papel vegetal ou plástico, à parte, numeradas e indicadas no texto por ordem de entrada.

10 - Tamanho das figuras devem obedecer às seguintes medidas: largura = 171 mm, altura = 230 mm

11 - Referências bibliográficas devem ser listadas no final do artigo, em ordem alfabética e numeradas. No corpo do artigo a referência será feita pelo número da lista, entre parênteses.

12 - Divisão em capítulo, seções e partes, devem ser numeradas progressivamente, para orientar a diagramação.

13 - Os originais devem ser encaminhados ao Projeto Editorial DGC/NDI, em 02 (duas) vias, com carta anexa, autorizando sua publicação, com cessar de direitos autorais ao IBGE.

14 - Os autores receberão 10(dez) exemplares de cada número,